

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DARISON NALESSO

**CIDADANIA E SOLIDARIEDADE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE MEMBROS
DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA A PARTIR DE SEU
TRABALHO SOCIAL**

São Leopoldo

2010

DARISON NALESSO

**CIDADANIA E SOLIDARIEDADE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE MEMBROS
DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA A PARTIR DE SEU
TRABALHO SOCIAL**

**Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Teologia Prática**

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Willy Rieth

São Leopoldo

2010

DARISON NALESSO

**CIDADANIA E SOLIDARIEDADE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE MEMBROS
DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA A PARTIR DE SEU
TRABALHO SOCIAL**

**Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração:
Teologia Prática**

Data:

Ricardo Willy Rieth - Doutor - EST

Doutor

Doutor

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Jesus e ao Espírito Santo pelo cuidado especial para com minha vida, pelos presentes cotidianos me ofertados, pelos milagres que realizou em minha vida, por me amar incondicionalmente, pela infinita misericórdia derramada sobre mim, dia após dia.

Aos meus pais, DARCY (in memória) e ILDA, por tudo que me ofereceram para o alcance deste objetivo.

A minha família, aos mais próximos outros mais distantes, pela descontração e energia nos momentos de necessidade.

A minha noiva, que contribuiu muito me ajudando a refletir alguns processos interessantes na construção deste objetivo.

Aos amigos e às amigas que disponibilizaram seu tempo em me ouvir em momentos necessários, para que o trabalho continuasse.

Ao pastor Hernandez e ao pastor Marcus e extensivo a toda a Igreja Presbiteriana de Vitória pelo rico material que subsidiou as reflexões para a composição essencial neste trabalho.

Aos entrevistados(as) com os quais pude aprender mais sobre as ações diversas realizadas pela Igreja e perceber o amor que sentem por estes trabalhos sociais.

RESUMO

Refletir a igreja e o seu trabalho social encontra-se num contexto ampliado, pois muitas são as ações desenvolvidas por diversas instituições no âmbito social. A ampliação dessas práticas sociais deve-se muito à ausência crescente do estado em responsabilizar-se pelas demandas sociais da população. Torna-se relevante, desta forma, avaliar se estas instituições vêm oferecendo esse trabalho de maneira a formar cidadãos capazes de compreender seu papel de cidadania, e porque não dizer, de solidariedade. A presente pesquisa propõe discutir e analisar essas práticas sociais baseada na fundamentação das seguintes categorias: cidadania e solidariedade. Compreende-se que essas categorias são de suma importância para a sociedade em que vivemos, principalmente, no que tange ao enfrentamento das diversas expressões da questão social. O tema cidadania tem se construído ao longo da história, favorecendo o desenvolvimento dos chamados direitos civis, políticos, sociais e econômicos, bem como de outros que propiciam ao sujeito o exercício da cidadania. O tema solidariedade acompanha a cidadania na medida em que ser solidário significa oferecer ao outro a possibilidade de ser cidadão, através do cuidado, da doação e do amor, na busca coletiva pela justiça social e pela igualdade. A partir das análises sobre cidadania e solidariedade, fez-se relação à teologia, especialmente, a teologia da libertação e a teologia pública. Intencionou-se promover um debate necessário à compreensão e prática dessas categorias no seio das igrejas. Para tanto, realizou-se uma investigação qualitativa, acerca da representação social dos sujeitos da pesquisa, sobre os diversos trabalhos sociais desenvolvidos na Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, em linha com as categorias supramencionadas. A coleta e análise dos dados possibilitaram a compreensão do nível de entendimento dos membros da igreja a respeito dos trabalhos sociais e sua vinculação com a prática da cidadania e da solidariedade.

Palavras-chave: Cidadania. Solidariedade. Teologia. Presbiterianismo. Trabalho social.

ABSTRACT

Reflecting the church and its social work should be done in an expanded context, because many actions are undertaken by various institutions in our society. The extension of these social practices by the church is due to lack much of the state taking responsibility for the social demands of the population. Becomes important, therefore, to assess whether these institutions have been offering this work so as to form citizens capable of understanding their role as citizens, and why not say, of solidarity. This study aims to discuss and analyze these social practices based on the foundational of the following categories: citizenship and solidarity. It is understood that these categories are of prime importance for the society we live in, especially in regard to the coping of the various expressions of social issues. The theme of citizenship has been built along the historical, favoring the development of so-called civil rights, political rights, social and economic rights as well as others that provide the subject to the exercise of citizenship. The theme of solidarity is attached to citizenship in that it means being supportive to each other offer the possibility of being a citizen, taking care, of giving and love, in the collective search for social justice and equality. From the analysis of citizenship and solidarity, a relation to theology was made, especially the theology of liberation and the public theology. Here we proposed to promote a needed debate to better understand the practice of these categories within the churches. To this end, we carried out a qualitative research concerning the social representation of the research subjects, on the various social work developed at the First Presbyterian Church of Vitoria, in line with the above categories. The collection and analysis of data allowed us to understand the level of understanding of church members about the social work and its connection with the practice of citizenship and solidarity.

Keywords: Citizenship, Solidarity, Theology, Presbyterianism, Social Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CIDADANIA E SOLIDARIEDADE SUA APROXIMAÇÃO COM AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E COM A TEOLOGIA.....	12
1.1 CIDADANIA E SEU DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS.....	12
1.1.1 Cidadania, Estado liberal burguês e o Estado de direito.....	26
1.1.2 Cidadania, Segunda Guerra Mundial, Welfare State e os Direitos Humanos.....	30
1.1.3 Movimentos sociais e a luta pela cidadania.....	39
1.1.4 As tendências em relação à cidadania, novos formatos do estado.....	44
1.2 SOLIDARIEDADE E SEU DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.....	47
1.2.1 Alguns tipos de solidariedade.....	49
1.2.2 Solidariedade e sua relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as gerações de direitos humanos.....	51
1.2.3 Aspectos gerais da solidariedade e sua relação com a história e alguns movimentos sociais.....	53
1.2.4 Solidareidade e Direitos Constitucionais.....	57
1.2.5 Solidariedade e voluntariado.....	58
1.2.6 Aspectos reflexivos e práticos para a Solidariedade hoje.....	60
1.3 CIDADANIA E SOLIDARIEDADE E SUA INTERFACE COM A TEOLOGA.....	66

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PENSAMENTO DE CALVINO, DO PRESBITERIANISMO E DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	77
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CALVINISMO	77
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA IGREJA PRESBITERIANA NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO	84
2.3 A PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA E O PROJETO SARÇA.....	87
2.4 A PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA E O PROJETO VENTUROSA PERNAMBUCO.....	94
3 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA.....	99
3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	99
3.2 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA.....	104
CONCLUSÃO.....	132
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICE – 1 ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS.....	148
APÊNDICE – 2 ROTEIRO DE PESQUISA.....	149
APÊNDICE – 3 REFLEXÃO DO AUTOR SOBRE CIDADANIA E SOLIDARIEDADE.....	150

INTRODUÇÃO

A idéia para inspiração da temática deste trabalho de dissertação surgiu ao se pensar a teologia e sua articulação com as disciplinas estudadas no mestrado em teologia prática, as quais abriram horizontes para compreensão das diversificadas formas de pensar as práticas teológicas em diversos contextos e diálogos com outros conhecimentos.

Pode-se afirmar que a minha experiência na área social possibilitou o perceber o quanto é importante conhecer mais a fundo as práticas sociais desenvolvidas pelas igrejas. A escolha pela igreja aqui estudada se fez pelo fato dela desenvolver projetos sociais de grande impacto na cidade de Vitória-ES.

O objetivo desta pesquisa é perceber e entender o conceito e a compreensão de cidadania e solidariedade no debate atual das ciências humanas e sociais e no discurso de membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória com base no trabalho social por ela desenvolvido, em especial seus projetos comunitários.

Ações e práticas de cidadania e solidariedade encontram-se desenvolvidas em diversos trabalhos sociais, essa praticidade bastante cotidiana em nossos tempos, se expressa em grande parte pelas ONGs, o chamado terceiro setor, e pela filantropia. As igrejas, em geral, historicamente se empenham, há muito tempo, no desenvolvimento dessas ações na tentativa de dar respostas às diversas expressões da questão social no cotidiano social.

Baseado nessa construção teórica procurou-se investigar, a partir do discurso de membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória/ES, como os trabalhos sociais empreendidos pela Igreja auxiliam no desenvolvimento tanto do entendimento quanto do fortalecimento dos conceitos e práticas de cidadania e de solidariedade.

Para a investigação de conceitos e reflexões trazendo aspectos históricos e contemporâneos e ao mesmo tempo conceitos a respeito de cidadania e

solidariedade, foram analisados referenciais de diversificados autores para uma visão ampliada a respeito do tema.

Nossa necessidade nesta dissertação foi no sentido de perceber em que as igrejas e, no caso, Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória/ES, têm contribuído para construção de uma cidadania plena e de uma solidariedade crítica, que exija uma participação efetiva, principalmente do Estado, na proposição e efetivação de políticas públicas eficazes.

Conceitos como trabalho social, terceiro setor, questão social, ação social, solidariedade crítica, políticas públicas e aspectos a respeito da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória/ES foram retratados nos três capítulos desta dissertação, a saber.

O capítulo I aborda os aspectos históricos, conceituais, processuais e práticos, da cidadania, da solidariedade e da teologia.

No primeiro momento do capítulo I, discorre-se sobre a articulação da cidadania com as ciências humanas e sociais, com o estado liberal burguês e o estado de direito. Contextualiza-se também a cidadania com a segunda guerra mundial, com o welfare state (estado de bem estar social) e os direitos humanos. Relaciona-se ainda, a cidadania com os movimentos sociais e a luta pela cidadania e contemporaniza a cidadania e as suas atuais tendências.

Em um segundo momento do capítulo I, discute-se sobre a solidariedade e o seu diálogo com as ciências humanas e sociais.

Destacam-se também alguns tipos de solidariedade e relaciona-se solidariedade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as gerações de direitos humanos e com os direitos constitucionais. Descrevem-se os aspectos gerais da solidariedade. Articula-se a solidariedade com a história e com alguns movimentos sociais que promoveram, ao longo de sua luta, a solidariedade. Pensa-se ainda, a solidariedade e a ação do voluntariado e, por fim, levantam-se aspectos reflexivos e práticos para a Solidariedade hoje.

No terceiro momento do capítulo I desta dissertação, promove-se, no discurso bibliográfico, uma discussão entre cidadania e solidariedade com interface da teologia, principalmente, com reflexões da teologia da libertação e da teologia pública.

O capítulo II desta pesquisa tem como discussão os aspectos históricos do pensamento de João Calvino, do presbiterianismo e da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória e suas práticas sociais. Nele aborda-se a historicidade do presbiterianismo, de seus pensadores e predecessores, com a chegada deste pensamento cristão na cidade de Vitória/ES e com a fundação da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória. Apresentam-se ainda aspectos da constituição desta igreja e de suas práticas sociais.

Trata-se também no capítulo II sobre os principais trabalhos sociais da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória como: Instituto Sarça – Projeto Sarça e Projeto Venturosa Pernambuco, em que se abordam aspectos diversos sobre ambos os trabalhos sociais.

O capítulo III expõe a metodologia utilizada para realização desta dissertação. Como fundamentação teórica utilizou-se diversos autores que discutem a tríade metodológica, a saber: pesquisa bibliográfica, pesquisa social e pesquisa qualitativa. Assim fundamentam-se cada uma destas metodologias com seus respectivos referenciais teóricos.

Ao optar-se pela entrevista como método de coleta de dados, esclarecemos teoricamente como ela ocorre em um trabalho de pesquisa. Descreve-se neste capítulo III o tipo de entrevista e o quantitativo de entrevistas realizado para esta dissertação.

Ainda no capítulo III, ilustra-se como se realizou a análise qualitativa das diversas questões abordadas pelo questionário de entrevistas que se encontram em anexo. São feitos comentários sobre algumas questões, em que a análise das respostas foi feita a partir do objetivo desta dissertação.

Para melhor elucidar o conteúdo teórico desenvolvido nesta dissertação e as respostas das entrevistas, por vezes, far-se-á menção ou comentários a algumas idéias discutidas no capítulo I e capítulo II.

Nas considerações finais, pretendeu-se resumidamente e de forma crítica, com base na fundamentação teórica, aprofundada nos capítulos I e II com contextualizações conceituais, expressar nossos indicativos e descrever o entendimento resultado com base nas respostas dos entrevistados.

1 - CIDADANIA E SOLIDARIEDADE: SUA APROXIMAÇÃO COM AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E COM A TEOLOGIA.

A cidadania e a solidariedade fazem uma trajetória juntas. Quando nosso olhar se volta para a percepção e construção nos diversos tempos e lugares, percebemos que estas categorias estão lado a lado.

Essa caminhada longa, percorrida pelo homem, mostra-nos que em momentos distintos, esse mesmo homem, sujeito histórico, não consegue acessar o patamar de cidadania, e nestes casos ele era cuidado e assistido por instituições e por pessoas. Assim podemos dizer que a chamada caridade e o amor pelo outro sempre existiram na história do homem.

Ao realizarmos uma retrospectiva remetemo-nos também, à percepção de como ocorre um avanço no entendimento conceitual em ambas as categorias em análise nesta pesquisa. Elas se transformam à medida que o homem passa a se organizar, reivindicar e a mudar seus padrões de comportamento.

Na contemporaneidade, atreladas ao sistema de produção capitalista, encontramos expressões diversificadas sobre cidadania e solidariedade, que se multiplicam à medida que se tornam complexas as questões sociais na sociedade.

1.1 Cidadania e seu diálogo com as ciências humanas e sociais.

Reconhecer a cidadania como resultado de um processo histórico é indiscutível, porém há uma tendência para discorrer sobre uma tipologia dos direitos do cidadão. O conceito de cidadania vem muito mais ligado ao direito, ou aos direitos, confundindo-se por muitas vezes, com os Direitos Humanos. Como regra, os cidadãos são os portadores de direitos. E é o conjunto desses direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida, do governo e da política. Quem não consegue acessar ao patamar de cidadão fica em uma posição inferior

dentro do grupo, uma vez que está excluído da vida social. Assim pensamos que a Cidadania pode designar o conjunto das pessoas que gozam desses direitos.

Silva¹ contribui ao afirmar que cidadania: “qualifica os participantes da vida do Estado, é atributo das pessoas integradas na sociedade estatal, atributo político decorrente do direito de participar no governo e direito de ser ouvido pela representação política”.

Segundo Dallari², cidadania expressa: “conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”. Ele ainda acrescenta: “Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição inferior dentro do grupo social”.

Segundo Herkenhoff³, ser cidadão hoje é muito mais do que gozar os direitos civis e políticos e desempenhar deveres para com o Estado ou a comunidade, a cidadania amplia este horizonte.

A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor fonte a plenitude da vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente.

Para Moraes⁴, a cidadania "representa um status e apresenta-se simultaneamente como objeto e um direito fundamental das pessoas". Todos têm o direito de gozar do status de cidadão, com possibilidades plenas de acessar seus direitos em qualquer tempo que necessitem.

Bonavides expõe sobre cidadania:

é a conversão sobretudo em pretensão da cidadania à titularidade direta e imediata do poder, subjetivado juridicamente na consciência social e efetivado, de forma concreta, em nome e em proveito da sociedade e não do estado propriamente dito⁵.

¹ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 334 - 335.

² DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. p. 14.

³ HERKENHOFF, João Batista. *ABC da Cidadania*. 2. ed. rev. e amp. Vitória: Editora Bravim, 1997. p. 12-13.

⁴ MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 19. ed. São Paulo: Atlas. 2006. p. 48.

⁵ BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 38.

A palavra cidadania já se incorporou de tal maneira em nosso vocabulário que, sob certos aspectos, tende a se transformar em substantivo, como se representasse todo o povo. Os direitos dos cidadãos são, cada vez mais, reivindicados por todos e esses direitos estão explicitamente elencados na Constituição do nosso país.

Ao longo da história, o entendimento da cidadania alterou-se devido às diversas lutas impetradas por aqueles que, via de regra, foram excluídos e almejavam a conquista de seus direitos.

A cidadania pressupõe a existência de uma comunidade política nacional, na qual os indivíduos são incluídos, compartilhando um sistema de crenças com relação aos poderes públicos, à própria sociedade e ao conjunto de direitos e deveres que se atribuem aos cidadãos. O pertencimento à comunidade política pressupõe também, além de crenças e sentimentos, um vínculo jurídico e político, o que requer a participação ativa dos indivíduos na coisa pública.

A cidadania implica um princípio de justiça que possui uma função normativa na organização do sistema político, sendo contemporânea ao desenvolvimento dos Estados modernos e do modo de produção capitalista. Nos estados modernos, o poder é exercido em nome dos cidadãos, que devem legitimar a autoridade política. A expansão da cidadania é parte do processo de democratização do sistema político. A cidadania é considerada um atributo central da democracia, uma vez que a igualdade é ampliada pela expansão do escopo da cidadania e cada vez mais pessoas têm acesso a essa condição.

Paradoxalmente, o status político da cidadania foi estendido de forma conjunta com um sistema econômico fundamentado na diferenciação de classe baseada na propriedade. Enquanto a classe social está fundamentada na desigualdade econômica, a cidadania garante os mesmos direitos e deveres a todos.

A discussão da cidadania tem uma ampla bibliografia, podemos destacar muitos autores e pensadores que contribuem para a análise desta categoria, a começar por Marshall⁶, que explica o advento da Cidadania a partir dos direitos civis

⁶ MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

conquistados no século XVIII, dos direitos políticos alcançados no século XIX e dos direitos sociais do século XX.

Marshall⁷ dá destaque à cidadania, evidenciando a necessidade de reconhecimento dos direitos sociais dos cidadãos, correspondendo tais direitos (sociais de cidadania) à aquisição de um padrão de bem-estar e de segurança social, que devem ser garantidos aos cidadãos, em especial, a garantia de direito a uma renda mínima. Em sua análise o autor verifica a possibilidade de todos os indivíduos virem a ser considerados cidadãos, como detentores de direitos universalmente reconhecidos pelo Estado e pelos outros indivíduos.

Assim, Marshall parte sua análise da noção de Cidadania como um status: “Cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status⁸”.

Marshall⁹ recupera o desenvolvimento do conceito de cidadania, dividindo-o em três elementos – civil, político e social –, cada um deles tendo sua expansão – consolidação, associada a um século diferente, respectivamente, o século XVIII para os direitos civis; o século XIX para os direitos políticos; e, o século XX para os direitos sociais.

O autor esclarece sua compreensão da dimensão civil:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça¹⁰.

O autor esclarece também a respeito da dimensão política:

Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local¹¹.

⁷ MARSHALL, 1967, p. 60.

⁸ MARSHALL, 1967, p. 61.

⁹ MARSHALL, 1967, p. 66.

¹⁰ MARSHALL, 1967, p. 63.

¹¹ MARSHALL, 1967, p. 63.

E a respeito da dimensão social:

O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais¹².

Carvalho¹³ compreende que, além de uma cronologia, havia uma lógica nesta seqüência, isso porque com a conquista dos direitos civis, os ingleses logo reivindicaram o direito ao voto. Assim, ao participarem do governo de seu país, os ingleses criaram o Partido Trabalhista e também elegeram pessoas oriundas da classe operária para atuarem no governo, promovendo o aparecimento progressivo dos direitos sociais.

Nesta evolução histórica, a percepção que se tem nas reflexões dessa seqüência, e que na medida em que a sociedade avança em conhecimento a construção de uma cidadania mais real, complexa, abrangente e efetiva é realizada pela mesma.

No caso do Brasil, Carvalho¹⁴ afirma que essa seqüência "foi invertida" o que comprometeu a lógica e a cronologia. Inicialmente, tivemos os direitos sociais, depois os direitos políticos. Por fim, "ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo".

Assim é que a desigualdade social não é para Marshall um impeditivo para o exercício da cidadania, ao contrário, é elemento de tensão por força das conquistas no plano dos direitos humanos, desde a Revolução Francesa.

Souki¹⁵ ao citar Marshall diz que a cidadania é fundamentalmente um método de inclusão social, ou seja, aquilo que permite ao indivíduo compartilhar uma herança social e ter acesso aos bens culturais e simbólicos. Souki¹⁶ acrescenta que, historicamente, a cidadania representou o surgimento e a celebração do indivíduo enquanto unidade política desvinculado das instituições gremiais e corporativas, cujo

¹² MARSHALL, 1967, p. 63-64.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 10-11.

¹⁴ CARVALHO, 2007, p. 219-220.

¹⁵ SOUKI, Lea Guimarães. *A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil*. In: *Civitas*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006. p. 41.

¹⁶ SOUKI, 2006, p. 41 .

início se deu no contexto das revoluções inglesas do século XVII, na Revolução Francesa de 1789 e no Bill of Rights, de 1689.

No período que precede a Revolução Francesa, a burguesia, apesar de ter grande parte dos recursos financeiros em suas mãos, pagava altos impostos e sua participação política era quase nula. Esses entraves foram aos poucos incomodando a classe burguesa, retirando-lhes a liberdade e limitando suas práticas comerciais por existir controle total do Estado sobre o mercado.

A partir dessa realidade a burguesia começa a descontentar-se com as práticas abusivas do rei e da nobreza. Revoluções fomentadas pela burguesia começam a acontecer. A primeira foi a Revolução Inglesa, também chamada de Revolução Gloriosa de 1688, que realizou na Inglaterra a junção entre monarquia e burguesia com regime monárquico-parlamentar.

Essas e outras revoluções foram inspiradas nas idéias do movimento chamado Iluminismo, em que a razão começa a ser usada em substituição ao sentimentalismo e a divinização das coisas.

O iluminismo abria perspectivas, possibilitando uma nova abordagem da arena pública (e, conseqüentemente, da questão da cidadania), ao afirmar ser cada indivíduo possuidor de direitos inalienáveis. Em contraste com as teorias sociais mais antigas, que apresentavam a hierarquia e a desigualdade como necessárias e inevitáveis, na época das Luzes, um conjunto de suposições filosóficas afirmava a igualdade entre os indivíduos e as vantagens de reformar, aperfeiçoar a sociedade por meio das aplicações de princípios fundados mais na razão do que nos costumes¹⁷.

Inspiradas também pelos ideais iluministas, uma das revoluções então de grande impacto e de grandes transformações, como já mencionado, foi a Revolução Francesa de 1789. Nela, a burguesia toma o poder político, inclusive utilizando contra os líderes do antigo regime a mesma prática utilizada sobre ladrões e desordeiros, a guilhotina. Para Singer, essa revolução tem duas frentes:

Havia, na realidade, duas revoluções em marcha. A da burguesia, em plena ascensão [...] e a outra revolução era dos trabalhadores sem propriedade, que viviam à beira do desemprego e da indigência. Estes almejavam não só os direitos políticos, mas também sociais¹⁸.

¹⁷ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 266.

¹⁸ SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: *História da cidadania*. (orgs). PINSKY, Jayme; PINSKY, Carla B. São Paulo: Contexto, 2003. p. 209.

Os princípios da Revolução Francesa, igualdade, liberdade, fraternidade, aos poucos foram sendo traduzidos a uma prática que priorizava o individualismo, a igualdade (formal) e a liberdade. Assim questiona-se: para quem esses princípios serviam e quais conquistas eles trouxeram para os camponeses, trabalhadores e mulheres em geral.

Percebe-se que os princípios da Revolução Francesa não atenderam muito aqueles que verdadeiramente precisavam de uma revolução, ou melhor, de uma transformação em suas realidades.

Diante de todo esse processo revolucionário, que beneficiou somente a classe burguesa, alguns aspectos ultrapassaram esse fenômeno. Um deles, bastante interessante, e que rompeu com o antigo regime monárquico foi o da liberdade individual.

Segundo Marshall¹⁹ a liberdade individual contemplaria: a liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento, direito à justiça, escolha de atividade e o lugar onde iria exercê-la, mudança de trabalho servil para o livre etc.

Além disso, a liberdade formal:

Serviu de moldura para centenas de lutas sociais que redundaram na efetiva melhoria das condições da classe operária de desfrutar de fato seus direitos civis e políticos [...]. Sem a liberdade jurídica não há liberdade substantiva. É preciso partir da liberdade, no sentido jurídico, para chegarmos à liberdade no sentido material²⁰.

Ao pensarmos a cidadania no Brasil, podemos afirmar que os direitos civis, políticos e sociais, bases da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, estão contemplados de forma abrangente na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e considerada uma das mais amplas e completas do mundo.

Com a Constituição de 1988, a Cidadania e a nacionalidade passaram a possuir nova denotação, especialmente com a inclusão da Cidadania como princípio fundamental da República (art. 1º, II)²¹, a Cidadania deixou de ser mero sinônimo da

¹⁹ MARSHALL, 1967, p. 67.

²⁰ ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-Estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 25.

²¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

nacionalidade, para representar não apenas o estado do indivíduo detentor de direitos civis e políticos, mas daquele capaz da totalidade de direitos sociais e obrigações perante o Estado.

A partir da Constituição de 1988, deve-se então conferir uma interpretação mais abrangente de cidadania no Brasil que seria o “direito de usufruir direitos”, não estando ligada apenas a expressão do “votar e ser votado”, e sim ligada diretamente ao conceito de dignidade da pessoa humana.

A dignidade da pessoa humana consiste na garantia de condições justas e adequadas para a vida do ser humano seja enquanto sujeito ou família. Faz-se destaque a garantia de direitos que asseguram uma existência digna a todo cidadão brasileiro, como direitos sociais, ao trabalho, a uma seguridade social efetiva e a proteção material.

Spink nos traz uma reflexão interessante a respeito do desenvolvimento da cidadania no Brasil.

A cidadania que se desenvolveu no Brasil não é ampla, e não resulta de consciência de que ‘aqueles que contribuem para a riqueza e o bem-estar do seu país têm o direito de serem ouvidos, merecem um status de respeito’. A noção de direitos sociais, como decorrentes da contribuição que os cidadãos fazem para a riqueza da nação, e como um atributo da cidadania, como forma de compensar o indivíduo pelo seu consentimento em ser governado, não parece estar universalmente presente no Brasil²².

Contribui também Dal Ri Júnior, que nos apresenta uma reflexão em que diferencia a nacionalidade da cidadania:

As normas brasileiras sempre deram à cidadania uma interpretação vertical, distinguindo materialmente a nacionalidade da cidadania: a primeira, como uma relação baseada na neutralidade política, e a segunda, como a garantia de tais direitos, concedida com maior ou menor amplitude segundo o período histórico²³.

No entanto, sabemos que grande parte dos direitos garantidos ao povo brasileiro não é por ele efetivamente usufruído. Embora represente um grande avanço, a Constituição Federal de 1988 na prática não é efetivada, não há garantia de que se possa gozar dos direitos. O que se verifica é uma constante e ostensiva

²² SPINK, Mary Jane Paris (org). *A cidadania em construção: Uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87.

²³ DAL RI JÚNIOR, Arno. *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais-regionais-globais*. Ijuí: Editora Unjuí, 2002. p. 243.

falta de atenção a diversos direitos de cidadania para a maioria da população, a qual fica sem o acesso à riqueza social e aos seus benefícios.

No entanto, a dificuldade de se efetivar a cidadania não é só brasileira, em todos os países fundados nos princípios dos Direitos Humanos essa dificuldade se apresenta em menor ou maior grau.

Portanto, o grande desafio para os povos (especialmente nós, brasileiros) vai além da incorporação de novos direitos aos já reconhecidos, como vem acontecendo na história da humanidade e foi tão bem percebido por Marshall ²⁴.

Precisamos também desenvolver maneiras de ampliar cada vez mais, o número de indivíduos que gozam plenamente dos direitos, afinal, cidadania implica também se responsabilizar pelos outros, o que poderíamos chamar de solidariedade.

O pensamento da filosofia política nos ajuda a refletir sobre a cidadania. Kymlicka²⁵ filósofo político, se refere à cidadania como um ideal normativo substancial de pertença e participação em uma determinada comunidade política.

Ser um cidadão, então, é ser reconhecido como um membro integral e igual da sociedade, com o direito de participar do processo político e das diversas decisões daquela sociedade. O filósofo ainda nos faz uma reflexão, sobre aquelas pessoas que são governadas por ditaduras diversas, estas são súditos e não cidadãos.

Segundo os pensadores Kymlicka e Norman²⁶; Mouffe²⁷; e Dagnino²⁸ a cidadania é mais que um conjunto de direitos e responsabilidades, envolvendo um sentido de identidade política e de pertencimento a uma comunidade política, ela é uma cidadania ativa no sentido forte do termo, que expressa o direito a ter direitos de forma igualitária, na definição e invenção de uma nova sociedade.

²⁴ MARSHALL, 1967.

²⁵ KYMLICKA, Will. *Teorias da Cidadania*. In: <http://www.didacticaeditora.pt/arte_de_pensar>. Uma panorâmica clara e pormenorizada das teorias da cidadania.

²⁶ KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne. *El retorno del ciudadano*. *Agora*, Buenos Aires, ano 3, n. 7, p. 5-42, Inverno 1997.

²⁷ MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

²⁸ DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Nas palavras da pensadora Hannah Arendt²⁹, é preciso garantir a todos “o direito a ter direitos”. E isso só é possível quando participamos politicamente, nos associando, reivindicando e negociando melhorias a toda a sociedade.

Dessa maneira, ser cidadão é participar. Além disso, participar é ir além de simplesmente criticar. Um verdadeiro cidadão sabe que usufruir de um conjunto de direitos, devendo respeitar a outro conjunto de deveres, é apenas uma parte do significado de cidadania.

Cidadãos conscientes sabem que só há cidadania efetiva se houver ação e cooperação na luta por uma sociedade melhor, em que os direitos humanos sejam respeitados e efetivados em sua totalidade.

É essa a verdadeira cidadania, a cidadania ativa, na qual todos devem participar de forma ampla e irrestrita. Gentilli nos ajuda na reflexão de como o acesso pelo cidadão aos meios informacionais pode contribuir para o entendimento e a participação:

O acesso à informação é uma porta de acesso a outros direitos: numa sociedade de massas moderna, o acesso à informação [...], por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo³⁰.

A circulação da informação, cada vez mais popularizada e irradiada, amplia a possibilidade do acesso cada vez maior de pessoas vulnerabilizadas aos respectivos direitos a elas positivados.

As rádios comunitárias, os jornais populares, a televisão e o acesso pelos centros sociais de inclusão digital à internet têm um papel importante nesta divulgação.

O papel da mídia na orientação e esclarecimentos de direitos fundamentais, na exposição de práticas coercitivas, na denúncia do não cumprimento por parte do Estado tanto da articulação como da efetivação de políticas públicas e sociais, que dêem conta de tornar prática esses direitos, é fundamental para organização da sociedade civil na busca de meios alternativos para que se exija o cumprimento do que está estabelecido em lei.

²⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.

³⁰ GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p.128.

Neste aspecto a cidadania tem um sentido muito mais vasto e mais rico. É o direito a ter uma vida com dignidade. Os manuais brasileiros de Direito Constitucional, em regra, não costumam se alongar muito sobre este assunto de vital importância, isso quando abordam a cidadania neste sentido amplo. Mesmo os dicionários não têm o cuidado de abordarem o assunto de modo mais ampliado. Vejamos exemplos deste conceito mais amplificado:

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem nenhum constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido³¹.

Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública³².

Cidadania é esse exercício contínuo do respeito mútuo, de pensar coletivamente. A cidadania para ser exercida pressupõe ser vivida. Ou seja, uma cidadania para além de apenas direitos civis, sociais e políticos num plano abstrato, formal e programático. Cidadania essa desencadeadora do desenvolvimento das potencializações individuais e coletivas. De concretização efetiva da apropriação do exercício de direitos.

É fundamental a busca por uma sociedade mais justa, por uma cidadania além das fronteiras, “num tempo em que a globalização promoveu a livre circulação de capitais e mercadorias, mas não a de seres humanos³³”, uma cidadania universal, que seja vivida e, por isso, proporcione mais igualdade (em sentido amplíssimo).

Não se pode mais tolerar o trabalho escravo e a divisão regional e global injusta do trabalho, a utilização do conhecimento e da fome como formas de dominação, a utilização do poder punitivo – pelos detentores do discurso hegemônico – como forma de controle social.

O papel do estado democrático seria o de ofertar políticas públicas de qualidade que incidissem diretamente nas chances da efetiva cidadania:

³¹ ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário jurídico Acquaviva*. Rideel, São Paulo, 2008.

³² DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 29.

³³ ZAFARONI, E. Raúl. *O inimigo no direito penal*. 2. ed. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 69.

universalização da educação; funcionamento adequado das políticas sociais básicas; acesso informacional; o cultivo de identidades culturais; e, a segurança pública.

O estado, através do seu aparato judicial, deve ser o responsável pelo cumprimento e efetividade dessa cidadania.

O papel do judiciário na concretização dos direitos fundamentais não se restringe ao âmbito processual formal. O judiciário, como órgão do Estado, também está imediatamente vinculado aos direitos fundamentais e não pode ausentar-se ante a omissão do Executivo ou do Legislativo, sob pena de também deixar de cumprir o seu dever³⁴.

A formação para o exercício pleno de cidadania deve ser também voltada para a visão crítica da sociedade observada como parte integrante dos acontecimentos históricos, culturais etc. A sociedade, sendo parte desse processo, deve perceber-se como capaz de transformar a realidade e a si mesma.

Assim, historicamente, passamos por diversos estágios da cidadania e até o momento podemos dizer que o mais avançado, alcançado após anos de reivindicações pela classe trabalhadora, são os direitos sociais. Essa classe, que lutou por anos no combate a seu estilo de vida degradante e as suas mazelas produzidas pelo sistema capitalista, só obteve garantias mínimas de direito a partir do século XX.

Justifica-se a apreensão desses direitos pelo eixo do Estado de Bem Estar ao se entender que os direitos sociais se materializam em políticas sociais, consolidando-se, de forma desigual, nos países das sociedades capitalistas ocidentais, onde se pode reconhecer a existência de algum tipo de estado dessa natureza. Os diferentes conteúdos e as explicações derivadas dos arranjos econômicos e políticos, reconhecem que os diferentes modelos de Welfare State (Estado de Bem Estar Social), retratam a face social da cidadania.

Na contemporaneidade, tem-se então um novo olhar sobre os direitos sociais, saindo-se de uma perspectiva formalista, a-histórica, para colocá-los em vetores mais concretos e palpáveis, nas condições reais de existência

³⁴ TESSLER, Luciane Gonçalves. O papel do judiciário na concretização dos direitos fundamentais. In: MARINONI, Luiz Guilherme (coord.). *Estudos de direito processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 164.

particularizados em cada formação social. Telles³⁵ endossa que a busca dos novos direitos sociais se situa como uma instância de lutas coletivas, tendo como palavra de ordem, o direito a ter direitos.

Demo nos apresenta uma concepção contemporânea de cidadania, muito interessante:

Entende-se por cidadania a competência histórica em termos de decidir e efetivar a oportunidade de desenvolvimento humano sustentado; indica a capacidade de compreender criticamente a realidade e de, com base nesta consciência crítica elaborada, intervir de maneira alternativa; trata-se de fazer-se sujeito histórico e como tal participar ativamente; neste sentido, a capacidade organizativa é fundamental, porque potencializa a competência inovadora; no reverso da medalha, a questão volta-se para a superação da massa de manobra e da pobreza política³⁶.

Este pensamento nos leva a refletir sobre a necessidade de investimentos que possam se articular na promoção do ser humano como sujeito, entendido esse como possuidor de direitos. Ou seja, em investimentos que possam levá-lo a se tornar um ser crítico, analítico, que possa perceber sua condição muitas vezes vitimada por um sistema explorador, e que busque uma saída para a situação em que se encontra.

O atendimento de direitos sociais exige, para a sua efetivação e concretude, um aparato estatal que dê conta de oferecer serviços públicos garantidos como direitos. Por isso são os mais difíceis de serem concretizados, na medida em que o cumprimento dessa função estatal não se limita aos princípios éticos, morais e normativos, mas antes exige investimentos financeiros que dêem sustentação e acessibilidade a tais direitos, que estão em constante ampliação e complexificação.

Oliveira³⁷ afirma que a cidadania é mediada pelo espaço público e pelas instituições o que exige uma expressão coletiva. Há a exigência, ainda, da autonomia, a plena capacidade de intervir nos negócios da sociedade, e através de outras mediações, intervir também nos negócios do Estado, que regula a sociedade da qual ele faz parte. Isso na concepção ativa de cidadania, não apenas de quem

³⁵ TELLES, Vera da S. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: públicos. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

³⁶ DEMO, Pedro; OLIVEIRA, Liliene Lúcia Nunes de Aranha. *Cidadania e Direitos Humanos – sob o Olhar das Políticas Públicas*. IPEA. Brasília, 1995. p. 14.

³⁷ OLIVEIRA, Francisco de. *O que é formação para a cidadania?* Entrevista realizada por Sílvia Caccia Bava, em 1999. Disponível em : <<http://www.dhnet.org.Br/textos/coliveira.htm>>. Acesso em 14 maio 2002.

recebe, mas na verdade de um ator que usa seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar no espaço público.

Na busca destes direitos sociais, os sujeitos coletivos se expressam na nova esfera pública, pois sabem que neste espaço suas carências podem merecer atenção. No espaço público, mediado pelas instituições, o indivíduo se torna cidadão onde a lei cria o espaço da virtualidade, podendo interrogar as instituições e não apenas o outro indivíduo.

A construção desse espaço público não se confunde com a esfera pública na concepção burguesa clássica. Completamente independente da esfera estatal, transcende a forma estatal ou privada possibilitando construir um mundo comum, onde os conflitos e interesses em presença têm visibilidade pública. Convém recordar que, para o pensamento liberal clássico, a esfera estatal não representa diretamente o interesse de ninguém, pois “seria ilegítimo um estado em que interesses privados específicos prevalecessem na ordem pública, ou onde essa ordem interferisse na ordem privada” como afirma Coutinho³⁸.

Na construção da nova esfera pública ocorre um processo político que Coutinho³⁹ chama de socialização da política, ou seja, uma visibilidade do interesse privado através de sujeitos coletivos organizados em torno de interesses e necessidades comuns, tanto os ligados à produção quanto os que se referem à reprodução da vida social, que discutem publicamente suas demandas, tentando conferir-lhes uma visibilidade tal que as inscreva na agenda política estatal.

Os direitos sociais são pensados no interior das políticas sociais as quais são apreendidas, como as políticas econômicas, como estritamente vinculadas aos processos de acumulação capitalista, em seu estágio monopolista. Essa afirmação nos esclarece que os direitos sociais podem ser analisados e estudados como produtos do desenvolvimento histórico, marcados por desigualdades e contradições entre os continentes, entre os países e no interior de cada país, em seus aspectos regionais e locais.

³⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. Representação de Interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, Sonia Flury (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: CORTEZ/ABRASCO, 1989. p. 40.

³⁹ COUTINHO, 1989, p 41.

1.1.2 Cidadania, Estado liberal burguês e o Estado de direito

Neste horizonte de um modelo de Estado burguês ou liberal as concepções de cidadania começam a aparecer envoltas com caráter de lei. Um fato bastante importante nesse contexto foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, decretada na França na pós-revolução.

Essa Declaração foi aprovada em 26 de agosto de 1789, sintetizando em dezessete artigos e um preâmbulo os ideais libertários e liberais da primeira fase da Revolução Francesa. Pela primeira vez são proclamados as liberdades e os direitos fundamentais do Homem de forma ecumênica, visando abarcar toda a humanidade. Essa declaração demonstra como a burguesia estava interessada em ampliar as conquistas e direitos inerentes ao homem como cidadão.

Offe⁴⁰ nos diz que a noção de direitos, ou de cidadania, nos Estados liberal-democráticos de bem-estar, abrange três aspectos: os cidadãos são fonte última da vontade política (cidadania política); os “súditos” que mantêm uma esfera autônoma de ação social cultural e econômica privada (cidadania civil); e os “clientes que dependen de servicios, programas y bienes colectivos suministrados estatalmente para asegurar sus medios materiales, sociales y culturales de supervivencia y bienestar en sociedad⁴¹”. Tais componentes da cidadania têm suas raízes fincadas nas teorias políticas do liberalismo, na democracia e no Estado de Bem-Estar.

A cidadania, a partir do modelo de Estado Burguês, começa a se caracterizar como algo de inerência ao ser humano, legislada e garantida, pelo menos em lei, a todo o homem.

Um dos pensadores que influenciou muito o pensamento burguês foi Locke. Seu pensamento se desenvolveu fundamentado nos chamados direitos naturais,

⁴⁰ OFFE, Claus. *Contradicciones en el Estado de Bienestar*. Madrid:Alianza Editorial,1994, p.169

⁴¹ Tradução para português da expressão em espanhol: clientes que dependem de serviços, programas e bens coletivos oferecidos estatalmente para assegurar seus meios materiais, sociais e culturais de sobrevivência e bem estar em sociedade.

que aparecem em detrimento a um direito divinizado no qual se elegiam os “escolhidos” a usufruírem desses direitos emanados de “deus”.

Para o Jusnaturalismo, pensamento defendido por Locke, os direitos eram inerentes ao ser humano, e por isso, fundamentais para a sua existência. Locke priorizou a propriedade privada como um direito natural sendo que o Estado Liberal teria o dever de protegê-la. O governo representava os homens livres e independentes, porém, somente os proprietários eram considerados cidadãos. O voto somente podia ser exercido pelos proprietários. Através de um censo averiguava-se a condição econômica do indivíduo, objetivando-se constatar a suficiência de bens suficientes para que tivesse direito ao voto.

A cidadania liberal, no entanto, foi um primeiro – e grande – passo para romper com a figura do súdito que tinha apenas e tão somente deveres a prestar. Porém, seus fundamentos universais (“todos são iguais perante a lei”) traziam em si a necessidade histórica de um complemento fundamental: a inclusão dos despossuídos e o tratamento dos “iguais com igualdade” e dos “desiguais com desigualdade”. Para tal fim, por uma “liberdade positiva”, é que virá à tona nos séculos vindouros a luta por igualdade política e social, tarefa árdua a ser conquistada não mais pelos liberais, mas regularmente contra eles, pelas forças democráticas e socialistas⁴².

A construção da cidadania é processual e constante, sendo somente no final do século XIX que a Europa começa a discutir os chamados direitos políticos. Esses foram resultado de reivindicações constantes da classe trabalhadora. Coutinho (1992) nos diz:

Na França, por exemplo, somente nos anos 70 do século XIX é que os trabalhadores conseguiram revogar a Lei Le Chapelier [...] que proibia a associação dos trabalhadores e as greves. Também outra forma básica de organização na democracia moderna, o partido de massa, é uma invenção da classe trabalhadora⁴³.

A partir da segunda metade do século XX, podem ser identificadas nas produções teóricas sobre a cidadania duas tendências críticas. Na primeira, a exigência de se superar a sua concepção passiva com o exercício ativo de responsabilidades e das virtudes cidadãs (a auto-suficiência econômica, a participação política e o civismo). A segunda assinala a exigência da revisão do

⁴² MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 131.

⁴³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 49.

próprio conceito de cidadania no sentido de incorporar o crescente pluralismo social e cultural das sociedades modernas.

As tendências de esquerda e os defensores da democracia participativa afirmam que a participação política levaria à cidadania responsável, apontando o papel das decisões coletivas como uma escola para a cidadania plena.

A tradição cívico-republicana moderna considera a participação política nas instâncias representativas como uma forma de coexistência superior contendo em si os atributos da cidadania ativa.

Os teóricos da sociedade civil entendem, por sua vez, que o aprendizado da responsabilidade e das virtudes cívicas é efetivado a partir das organizações voluntárias da sociedade civil.

Destaque deve ser dado às institucionais educacionais públicas que são importantes na efetivação deste aprendizado da capacidade crítica e da autonomia dos sujeitos.

Assim, as explicações e as sugestões para a ampliação do estatuto da cidadania sugerem ora o mercado, ora a família, ora a ação política, ora a educação, ora as organizações da sociedade, como matrizes da expansão da cidadania responsável, compondo duas tendências analíticas.

A primeira, com uma clivagem de conteúdo mais normativo, com expressões políticas e jurídicas; a outra, que a apreende desde sua concretização, via a introdução, na agenda pública, de mecanismos e estratégias com vistas a sua garantia com financiamento estatal e alcance coletivo.

Sob as duas perspectivas, a garantia dos direitos sociais vem, cada vez mais, se impondo como uma exigência para a consolidação democrática e para a ampliação da cidadania, denominada social, nos marcos do sistema capitalista contemporâneo.

Atualmente, de acordo com Barbalet⁴⁴, a cidadania tem, primordialmente, um estatuto político, mas também exige uma reflexão sobre as capacidades não políticas dos cidadãos, derivadas dos recursos sociais que dominam e aos quais têm acesso. Assim, “um sistema político com igualdade de cidadania é na verdade

⁴⁴ BARBALET, J.M. *A Cidadania*. Lisboa: Editora Estampa, 1989. p. 11.

menos do que igualitário, se faz parte de uma sociedade dividida por condições de desigualdade”.

A indicação de Barbalet⁴⁵ alerta para uma polêmica que não pode ser dispensada do debate, ou seja, a inter-relação entre os três tipos de direitos – civis-políticos e sociais – e as argumentações que uma ou outra posição defende.

Os elementos políticos e sociais possuem uma relação direta e prática com o estado social de direito. Isso se dá na medida em que, em um estado que provê direitos sociais, fica potencializada a concessão de direitos fundamentais acessíveis e coletivos, em detrimento daqueles essencialmente individuais.

Percebemos então, na construção da cidadania, uma função mais prática da proteção aos que necessitam. Esse avanço foi lento e de acordo com Kant é o Estado de Direito que “pode assegurar o desenvolvimento pacífico necessário ao progresso da humanidade, sem retomar a barbárie primitiva. É o instrumento pelo qual se pode viver civilizadamente⁴⁶”. Kant afirma que o desenvolvimento da história humana depende do desenvolvimento da história da sociedade jurídica.

Para entendermos melhor o Estado de Direito citamos Malberg que nos revela como seria esse estágio de organização do estado:

Estado em que as relações com os súditos para a garantia do estatuto individual, submete-se ele mesmo a um regime de direito, porquanto encadeia sua ação em respeito a eles, por um conjunto de regras, das quais umas determinam os direitos outorgados aos cidadãos e outras estabelecem previamente as vias e os meios que poderão se empregar com o objetivo de realizar os fins estatais: duas classes de regras que têm por efeito comum limitar o poder do Estado subordinando-o à ordem jurídica que consagram⁴⁷.

Para Bobbio⁴⁸, o Estado de Direito tem sua relação na construção das gerações de direitos onde a primeira geração por corresponder aos direitos de liberdade, não deve haver um agir do estado, porém com os direitos de segunda geração que são os direitos sociais necessita-se de uma ação positiva do estado.

⁴⁵ BARBALET, 1989, p. 12.

⁴⁶ KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1992. p. 28.

⁴⁷ MALBERG, Raymond Carré de. *Teoría general del Estado*. México: Facultad de Derecho/UNAM: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 449-461.

⁴⁸ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 67.

1.1.5 Cidadania, Segunda Guerra Mundial, Welfare State e os Direitos Humanos

Um divisor de águas, para o processo de cidadania como se entende na contemporaneidade é a Segunda Guerra Mundial. A partir desse evento é que se repensou a forma de garantias mais efetivas de valorização, discussão e efetivação dos direitos humanos e logo, da cidadania.

A mudança no modelo de estado para o estado de bem estar social (welfare state), bem como a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, vieram somar efetivamente para um novo processo da cidadania no mundo.

Um movimento importante segundo Bobbio⁴⁹ foi quando “ocorreu a passagem dos direitos de liberdade – das chamadas liberdades negativas, de religião, de opinião, de imprensa, etc. – para os direitos políticos e sociais, que requerem uma intervenção direta do Estado”⁵⁰.

O surgimento do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) na Europa e nos Estados Unidos em meio aos conflitos e mazelas da guerra foi um exemplo dessa constante luta da classe trabalhadora em busca de melhorias. Para King:

A força da classe trabalhadora, atestada por sua organização e mobilização sindical, foi causa importante das primeiras leis do estado de bem estar social... Por volta de 1930, doze importantes países europeus já haviam implementado os elementos centrais do sistema de seguridade social: seguro contra acidente, auxílio-doença, previdência para idosos e seguro desemprego⁵¹.

Dentre estudos diversos, autores definem como modelos de Welfare State, três variações que foram: O *liberal*, onde a ação do Estado acontecia para suprir insuficiências do mercado e onde a assistência social é prestada ao comprovadamente pobre. O *conservador*, onde os benefícios estão atrelados ao

⁴⁹ BOBBIO. 1992, p. 68.

⁵⁰ BOBBIO. 1992, p. 69.

⁵¹ KING, Desmond S. *O Estado e as Estruturas Sociais de Bem-Estar em Democracias Avançadas*. Trad. Artur R. B. Parene. São Paulo: Novos Estudos- CEBRAP – n° 22 – Outubro de 1998. p. 59.

trabalho, ou seja, renda e contribuição prévia. O *social-democrático*, onde são assegurados a todos, benefícios básicos e iguais. Esse último modelo baseia-se em princípios de universalidade, solidariedade e igualdade.

A consolidação do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) se deu no pós Segunda Guerra Mundial, sua fundamentação tem influências nas idéias de John Maynard Keynes, em que o Estado estabelece uma ação reguladora junto ao mercado. O Welfare State é erigido sob o princípio de que o Estado deve garantir padrões mínimos de vida a todos os seus cidadãos, estabelecendo a partir daí um direito social.

Uma definição resumida do Estado de Bem-Estar Social seria: pleno emprego, serviços sociais universais e assistência social. Assim pensam e complementam Flora e Heidenheimer.

O crescimento do moderno Estado de bem-estar pode ser entendido como uma resposta a dois desenvolvimentos fundamentais: a formação dos Estados nacionais e sua transformação em democracias de massa após a Revolução Francesa, e o crescimento do capitalismo que se tornou o modo dominante de produção após a Revolução industrial⁵².

Podemos afirmar que a tentativa de melhorar o acesso da população menos favorecida a um padrão mínimo de vida tem suas tentativas bem sucedidas nos países que desenvolveram este pensamento, o do Estado de Bem-Estar Social.

Junto a estas ações foram realizadas outras, em função daquilo que o mundo vivia no pós-guerra. Mas uma triste constatação é que os países na ocasião chamados de “terceiro mundo” não foram contemplados por estes modelos e foram sufocados pelos países de “primeiro mundo”.

Não podemos esquecer que neste mesmo momento, em que se desenvolvem pensamentos em países de economia capitalista de modelos que se preocupam com o bem-estar social, se desenvolve também um pensamento em grande crescimento de um modelo econômico em expansão, o modelo Socialista.

Bobbio nos apresenta uma reflexão interessante a respeito desse modelo:

O método democrático, como é praticado no sistema capitalista, não parece permitir a transformação do sistema, isto é, a passagem do sistema capitalista ao socialista. O ponto máximo atingido até hoje pelos Estados social-democratas, foi o Welfare State não o Estado socialista⁵³.

⁵² FLORA, P. e HEIDENHEIMER, A. J. *The Development of Welfare State in Europe and America*. New Jersey (EUA): Transaction Publishers, 5. ed. 1995, p. 43.

⁵³ BOBBIO, 1992, p. 59.

Percebemos então, que, com o surgimento do welfare state e com o surgimento do sistema socialista, entramos em uma nova fase da construção da cidadania. Fase esta, mais empírica, de proteção a todos. A construção desta nova fase da cidadania foi lenta, de acordo com Covre que busca situar o estado de direito na visão de Kant:

Para Kant, é o Estado de Direito que pode assegurar o desenvolvimento pacífico necessário ao progresso da humanidade, sem retomar a barbárie primitiva. É o instrumento pelo qual se pode viver civilizadamente. Kant afirma que o desenvolvimento da história humana depende do desenvolvimento da história da sociedade jurídica⁵⁴.

Para entendermos melhor o Estado de Direito citamos Malberg, que nos revela como seria esse estágio de organização:

Estado em que as relações com os súditos para a garantia do estatuto individual, submete-se ele mesmo a um regime de direito, porquanto encadeia sua ação em respeito a eles, por um conjunto de regras, das quais umas determinam os direitos outorgados aos cidadãos e outras estabelecem previamente as vias e os meios que poderão se empregar com o objetivo de realizar os fins estatais: duas classes de regras que têm por efeito comum limitar o poder do Estado subordinando-o à ordem jurídica que consagram⁵⁵.

Outros países sofreram como nos diz Chauí⁵⁶: “a exploração mais violenta do trabalho pelo capital recaiu sobre as costas dos trabalhadores do Terceiro Mundo”. Assim, a parte do mundo hoje chamado de “países em desenvolvimento”, sofreu e sofre ainda com a exploração e muitos foram vitimados por regimes de total controle, como foi o caso da ditadura no Brasil, Chile, Argentina e outros.

Nos países desenvolvidos de “Primeiro Mundo” um dos fatores principais para essa intervenção mais direta do Estado, principalmente na questão social, foi o evento da 2ª Guerra Mundial. Outro fator significativo para a preocupação do até então Estado Liberal, com as expressões da questão social, foi o avanço das correntes inspiradas nas idéias socialistas a partir da experiência russa.

Em suma, é importante ressaltar que no contexto de desenvolvimento da cidadania nos diversos modelos de estado existentes, a cidadania não alcançou a sua completude restringindo-se a grupos seletos e minoritários. Entretanto, com as

⁵⁴ COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 28.

⁵⁵ MALBERG. 2001, p. 449.

⁵⁶ CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. p. 434.

construções acerca do estado em um modelo de maior responsabilidade, intensificado pelo pensamento socialista, observa-se a emergência de novas formas de pensar e exercer cidadania, tal qual a conhecemos hoje.

Todos esses modelos de estado, muitos deles alcançados pelos movimentos revolucionários e as lutas sociais empreendidas, fazem do homem um eterno conquistador de direitos, e eterno lutador para transformá-los em leis.

Com a modernidade e o pensamento iluminista o homem apropria-se da razão instrumental, assim nasce o sujeito do conhecimento, que toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos. A igreja, seja ela católica ou protestante, perde um pouco seu espaço; o estado agora tem um papel e este separado da igreja de garantir ao cidadãos os seus direitos, porém a igreja ainda tem um papel de promover a cidadania e a solidariedade, contudo o estado tem o dever de assistir aos necessitados.

Canotilho nos aponta algumas questões sobre a geração de direitos e sua discussão a respeito da solidariedade:

A partir da década de 60, começou a desenhar-se uma nova categoria de direitos humanos vulgarmente chamados direitos da terceira geração. Nesta perspectiva, os direitos do homem reconduzir-se-iam a três categorias fundamentais: os direitos de liberdade, os direitos de prestação (igualdade) e os direitos de solidariedade. Estes últimos direitos, nos quais se incluem o direito ao desenvolvimento, o direito ao patrimônio comum da humanidade pressupõem o dever de colaboração de todos os estados e não apenas o actuar activo de cada um e transportam uma dimensão colectiva justificadora de um outro nome dos direitos em causa: direitos dos povos. Por vezes, estes direitos são chamados direitos de quarta geração⁵⁷.

A primeira fase de internacionalização dos direitos humanos teve início na segunda metade do século XIX e findou com a 2ª Guerra Mundial, manifestando-se basicamente em três setores: o direito humanitário, a luta contra a escravidão e a regulação dos direitos do trabalhador assalariado⁵⁸.

Um dos movimentos que promoveram o surgimento dos Direitos Humanos a nível internacional foram situações provocadas pela industrialização desenfreada da economia ao longo do século XIX. O processo industrial expôs os seres humanos a situações indignas de sobrevivência. Os trabalhadores passaram a viver em

⁵⁷ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002. p. 386.

⁵⁸ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva. 4. ed. 2005. p. 54.

situação de ultrajante miséria e de falta de segurança. Nessa conjuntura os Direitos Humanos passaram a ser exigência da grande maioria da sociedade⁵⁹.

De acordo com Leal⁶⁰, a partir de agora, o homem não é colocado em oposição ao estado, mas é ele que se vê como responsável pela estruturação política da Sociedade a que pertence; motivo pelo qual merece toda e qualquer consideração e proteção de seus direitos.

As promessas do sistema capitalista e mesmo do mercado que tudo e a todos regulava, contribuíram para que as tensões institucionais aumentassem em nível também de estado, ocasionando, dentre outros motivos, as duas grandes Guerras Mundiais. Segundo Leal,

Surge a luta contra os modelos de Estados de terror de natureza nazista, denunciando as enormes violações de Direitos Humanos ocorridas nos campos de concentração nazista, com o massacre de milhões de grupos étnicos e religiosos. Daí surgem as preocupações urgentes com os denominados direitos de solidariedade, isto é, aqueles que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de determinado Estado, mas têm primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta⁶¹.

Ao emergir da 2ª Guerra Mundial, a humanidade (mais especificamente o Ocidente) compreendeu, mais do que em qualquer época da História, o valor supremo da dignidade humana. Conforme Comparato⁶²: “o sofrimento como matriz da compreensão do mundo e dos homens, segundo a lição luminosa da sabedoria grega, veio aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos.”

Conforme nos ensina Leal:

A história dos Direitos Humanos no Ocidente é a história da própria condição humana e de seu desenvolvimento nos diversos modelos e ciclos econômicos, políticos e culturais pelos quais passamos; é a forma com que as relações humanas têm sido travadas e que mecanismos e instrumentos institucionais as têm mediado⁶³.

Podemos dizer que foram dois os documentos que contribuíram para a valorização do homem e ampliação dos seus direitos de ser humano. No primeiro momento para uma valorização de um homem descaracterizado pela política

⁵⁹ LEAL, Rogério Gesta. *Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. p. 39.

⁶⁰ LEAL, 2000, p. 42.

⁶¹ LEAL, 2000, p. 43.

⁶² COMPARATO, 2005, p. 54.

⁶³ LEAL. 2000, p. 33.

monárquica, excluído e subjugado. Em um segundo momento, pelo que o homem se tornou, descartável e desvalorizado.

Fez-se necessário então estabelecer acordos, em diversos momentos históricos, para que se produzir um homem, sujeito histórico e social, possuidor de direitos universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes.

No primeiro documento, o da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, faz-se uma distinção entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. O homem é colocado como alguém que existe fora da sociedade, eis que preexiste a ela e seus direitos são naturais e inalienáveis. No que tange ao cidadão, ele se encontra exatamente no centro da sociedade e sob a autoridade do Estado seus direitos são positivados e garantidos pelo direito constitucional.

O segundo documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada unanimemente pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948, e a Convenção Internacional sobre a prevenção e punição do crime de genocídio, aprovada um dia antes também no quadro da ONU, constituem os marcos inaugurais da nova fase histórica, que se encontra em pleno desenvolvimento.

A referida Declaração representou a manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, o reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens, como ficou consignado em seu artigo primeiro⁶⁴: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

A cristalização desses ideais em direitos efetivos far-se-á progressivamente, no plano nacional e internacional, como fruto de um esforço sistemático de educação em direitos humanos.

O processo de universalização dos direitos humanos permitiu, por sua vez, a formação de um sistema normativo internacional de proteção desses direitos.

⁶⁴ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integral.htm>. 10 de dezembro de 1948. Acesso em: 20 ago. 2009.

Ressalta-se, no entanto, que tal positivação de caráter universalista é muito relativa em termos de concretude e efetividade, pois continua extremamente abstrata por não estabelecer meios capazes de colocá-los em prática.

O próprio Bobbio⁶⁵ acentua que tal Declaração, embora mais que um sistema doutrinário sendo constitucionalmente posta, não chega a ser um efetivo sistema de normas jurídicas: “a liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever-ser”.

Os efeitos diretos das guerras produziram algumas políticas públicas voltadas para assegurar esses direitos. Essas políticas foram assim realizadas em grande parte dos países ditos desenvolvidos, a partir da década de 1950.

Desde a década de 1980, sob o efeito das grandes crises da economia mundial, da globalização e do neoliberalismo, aumentam-se os grupos, dos excluídos social e economicamente, formando uma vasta gama de sujeitos fragilizados em seus direitos mínimos, individuais e coletivos, situados à margem do mercado formal de emprego e, como diz Faria⁶⁶ “[...] tornando-se supérfluos no âmbito do paradigma econômico vigente”.

A partir da criação da ONU institucionalizaram-se diversos organismos internacionais como instrumentos de defesa dos direitos humanos. Segundo Comparato:

Meio século após a 2ª Guerra Mundial, 21 convenções internacionais, exclusivamente dedicadas à matéria, haviam sido celebradas no âmbito da Organização das Nações Unidas ou das organizações regionais. Entre 1945 e 1998, outras 114 convenções foram aprovadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho. Não apenas os direitos individuais, de natureza civil e política, ou os direitos de conteúdo econômico e social foram assentados no plano internacional. Afirmou-se também a existência de novas espécies de direitos humanos: direitos dos povos e direitos da humanidade⁶⁷.

Decorre daí a busca de novas demandas e novos direitos, ampliando ainda mais o rol dos Direitos Humanos e Fundamentais.

Considerando-se os Direitos Humanos como produtos da história, nascidos de lutas pela preservação da liberdade e pela execução de políticas para a

⁶⁵ BOBBIO.1992, p. 29.

⁶⁶ FARIA, José Eduardo. *Direito e globalização econômica*. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 142.

⁶⁷ COMPARATO, 2005, p. 56.

promoção da igualdade, suas possibilidades estão sempre em aberto, contanto que sempre digam respeito e articulem-se à natureza humana e sua capacidade de expansão e realização.

Os direitos humanos estão intrinsecamente ligados aos sistemas políticos, econômicos e sociais, assim como a legislação comum e a prática administrativa de qualquer governo, democrático ou não.

Mais importante do que quem deve governar, os direitos humanos se preocupam em como deve ser a participação do povo no governo. Essa é a inter-relação entre os direitos humanos a democracia e a cidadania. Não poderá haver democracia sem o exercício dos direitos e liberdades fundamentais, ocorrendo assim, a igualdade no exercício de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais acessando o sujeito ao patamar da cidadania no gozo de seus direitos.

Para que se tenha noção da formação histórica do conjunto de direitos humanos, costuma-se recorrer ao critério das gerações, baseado na ordem cronológica em que os diversos direitos foram sendo reconhecidos ao longo da história.

Essa divisão em gerações é utilizada como um recurso metodológico para a sua melhor compreensão e não deve ser interpretada como um desrespeito ao princípio da indivisibilidade dos Direitos Humanos.

Essa classificação tradicional, entretanto, tem sido objeto de inúmeras críticas, as quais apontam para a não-correspondência entre tais “gerações de direito”, e o processo histórico de efetivação e solidificação dos Direitos Humanos⁶⁸.

Assim, faz-se importante ressaltar que, da classificação em gerações, não se deve deduzir o surgimento de uma geração posteriormente a outra, substituindo-a gradativamente, e nem mesmo, que com esse surgimento, a nova geração torne a outra obsoleta.

Complementando o pensamento acima, Sarlet⁶⁹ afirma: “não há como negar que o reconhecimento progressivo de novos direitos fundamentais tem o caráter de um processo cumulativo, de complementaridade, e não de alternância”.

⁶⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direitos humanos, constituição e os tratados internacionais*: estudo analítico da situação e aplicação do Tratado na Ordem Jurídica Brasileira. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. 456 p. p. 211.

Também contra a classificação das chamadas gerações de direitos, Cançado Trindade⁷⁰ esclarece que a noção simplista das chamadas “gerações de direitos”, histórica e juridicamente infundada, tem prestado um desserviço ao pensamento mais lúdico a inspirar a evolução do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Distintamente, do que a infeliz invocação da imagem analógica da “sucessão geracional” parece-nos supor que os direitos humanos não se “sucedem” ou se “substituem” uns aos outros, mas antes se expandem, se acumulam e se fortalecem, interagindo os direitos individuais com os sociais.

A Cidadania enquanto vivência dos Direitos Humanos é uma conquista da própria humanidade. Assim nos faz refletir Corrêa:

A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor fonte a plenitude da vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente⁷¹.

Podemos então perceber que a participação social e política da população, de uma forma crítica na proposição de políticas que promovam o acesso aos direitos, à cidadania plena e a distribuição de renda, é fundamental para mudança do quadro que vivemos hoje.

O povo pode contribuir para que essa participação aconteça, ou melhor forçar ao estado para que ele promova essa participação.

Muitos foram os movimentos em favor da valorização humana e respeito às diversidades, com garantias as chamadas “minorias”. Assim afirma Bobbio⁷² a respeito da evolução das diversas convenções e declarações, “em 1952, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher; em 1959, a Declaração da Criança; em 1971, a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental; em 1975, a Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos”.

⁶⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 53.

⁷⁰ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997. v.1. p. 24.

⁷¹ CÔRREA, Darcício. *A construção de cidadania*. 3. ed. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí. 2002. p. 217.

⁷² BOBBIO. 1992, p. 69.

1.1.3 Movimentos sociais e a luta pela cidadania

Com a consolidação do capitalismo, as lutas sociais passam para além da subsistência e vão buscar também consolidar direitos. Essas lutas se fazem pela via dos movimentos sociais que buscam realizar uma construção coletiva da cidadania. Eles partem de uma formulação estratégica de demandas e táticas, para o enfrentamento das questões vivenciadas, para se obter o bem-estar, por se entender este enquanto um direito social.

Foram muitas as investidas do estado na tentativa de garantir a promoção da cidadania, porém o estado por si só, não conseguiu viabilizar e satisfazer as demandas oriundas dos mais diversos setores da sociedade.

Para suprir as lacunas deixadas pelo estado, surgiram, organizações paralelas, como é o caso dos movimentos sociais e as organizações não-governamentais (ONGs).

Os movimentos sociais seriam a expressão da sociedade civil, mais revolucionária e reivindicativa, em luta constante na busca da cidadania.

Entretanto, precisamos entender que nem todas as ações da sociedade civil caracterizam-se como movimentos sociais.

Gohn nos esclarece a diversidade de interpretações a respeito dos paradigmas explicativos sobre os movimentos sociais e nos apresenta pelo menos três fatores principais para tal:

As diferentes interpretações sobre o que é movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais: primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais⁷³.

Neste aspecto apresentado, a autora nos esclarece que nem todo fenômeno social pode ser designado movimentos sociais.

⁷³ GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 243.

Vejamos então um conceito amplo para o entendimento de movimentos Sociais nos apresentado por Gohn:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo⁷⁴.

Segundo Alvarenga⁷⁵, os movimentos sociais e as pessoas a eles relacionadas, alegam ser manifestações espontâneas da assim chamada sociedade civil organizada e que exerceriam a "função social" de representar interesses coletivos e praticar atos tendentes à sua defesa.

Os movimentos sociais se caracterizam, na maioria das vezes, por atuarem de forma explícita e evidente no ambiente político. Suas atividades se desenvolvem seja pacificamente (por meio de passeatas, atos públicos, simbólicos e cívicos, lobby junto a representantes eleitos, promoção de ações judiciais), sejam mediante manifestações violentas, arbitrárias e/ou polêmicas (ocupações de bens públicos, ocupações de propriedades, invasão de órgãos, de agências, de concessionárias e de serviços públicos, conflitos armados etc.).

Dentro do espectro mencionado, há movimentos sociais que atuam dentro da mais estreita legalidade e outros cujos dirigentes estão presos ou sofrem indiciamentos ou processos criminais.

Em busca da cidadania, os movimentos sociais se configuram por uma nova forma de luta coletiva, pelo acesso aos direitos e pela autonomia da população vulnerabilizada.

No seu processo de organização, os movimentos sociais estimularam o debate interno em torno das verdadeiras bandeiras de luta: tratava-se de abraçar

⁷⁴ GOHN, Maria da Glória. *Classes Sociais e Movimentos Sociais*. Brasília: UNB/Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000, v. 2. p. 44.

⁷⁵ ALVARENGA, Márcia soares de. *A inter-relação entre educação popular e organização comunitária como um fator de contribuição à construção da cidadania: um estudo de caso*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

questões de caráter mais geral (direitos iguais, autonomia, liberdade, democracia, cidadania e qualidade de vida) ou causas localizadas (índio, mulher, crianças, entre outras).

Esse debate tensionado entre o geral e o específico, gerou um processo de mudanças rico em aprendizagem, marcado por avanços e recuos, mas capaz de se colaborar na edificação de uma história de ação política e social.

Os movimentos sociais informais e as entidades formais representados pelas ONGs, associações, institutos e fundações, construíram, na América Latina, a história do terceiro setor, que engloba o esforço de pessoas físicas e entidades criadas pela sociedade civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de desenvolver atividades sociais.

Dois grandes conceitos que retratam a história política dos movimentos populares brasileiros em direção à cidadania, são: "libertação" e "hegemonia".

A "libertação" foi tônica predominante nos anos 1960 e 1970. A "hegemonia" tem sido a palavra de ordem ao longo dos anos 1980 e 1990.

A primeira, representada particularmente pelo pensamento de Paulo Freire, expressava os anseios e as lutas dos que queriam se libertar da ditadura (1964-1984) e da história de colonialismo imposto ao Brasil.

A segunda, tendo Antonio Gramsci como referência, passou a significar o projeto das forças populares que com o fim da ditadura orientavam seus esforços para a construção de uma democracia social, e para a conquista da direção política.

Para a construção da cidadania Carvalho e Martins nos dizem que deve haver um equilíbrio entre o público e o privado, pois o predomínio excessivo de um sobre o outro inviabiliza esse processo:

A construção da cidadania requer uma ética comunitária que dificilmente prosperará numa sociedade onde há uma insatisfação entre o público e o privado, uma forte hierarquia de privilégios, uma complexa e variada estrutura de preconceitos, uma violência para impedir a reinvenção coletiva⁷⁶.

Os movimentos que se seguiram em todo mundo e no Brasil, começam a se moldar a novas modalidades de organização sócio-político-econômica, como o estado neoliberal e a economia da globalização.

⁷⁶ CARVALHO, André; MARTINS, Sebastião. *Nacionalidade e cidadania*. 4. ed. Coleção Pergunte ao José. Belo Horizonte, MG: Lê, 1998. p. 25.

Essas novas modalidades vêm ao encontro dos movimentos sociais de forma a suprimir e sufocá-los, mas a luta permanece contínua na busca da plena cidadania.

Cresce a atuação da cidadania, através do aumento da participação do número de organizações internacionais não-governamentais, constituindo uma verdadeira e nova cultura cívica global. Hoje, existem mais de 20 mil organizações no mundo inteiro, com múltiplas atividades internacionais, repartindo poder de decisão com Estados e organismos internacionais⁷⁷.

Os movimentos sociais de cunho popular têm se constituído em um espaço permanente de confronto de saberes, num processo em que as necessidades populares se transformam em demandas coletivas e sociais.

Estes movimentos contestam o modelo de educação popular vigente, o processo de alfabetização iniciado na segunda metade do século XX, apelando à necessidade de adaptação dessas práticas às especificidades e necessidades comuns dessas populações.

Os movimentos sociais nem sempre são imunes a uma possível instrumentalização por diversas correntes político-sociais, e ao mesmo tempo podem ser cooptados ou controlados.

Ao estado, enquanto regente da questão política e da coisa pública, caberia a tarefa de fazer respeitar a comunidade como um todo, ouvindo a reivindicação e a voz daqueles que vêm sendo ignorados.

Desta perspectiva, os movimentos sociais teriam de assumir o confronto permanente entre as possibilidades já alcançadas, as possíveis de alcançar e as demandas utópicas.

Há uma necessidade de se construir um espaço abrangente, de debate e possibilidades, numa dinâmica sem fim. Gestando-se neste espaço, uma tensão contínua entre uma idéia já legalizada e positivada, já prevista constitucionalmente, e outra, preocupada, antes de tudo, em fazer respeitar o ideal de uma justiça social muito mais ampla ou a mais abrangente possível. É necessário recuperar a consciente participação política da população.

⁷⁷ BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto. *Globalização a olho nu*. São Paulo: Moderna, 1998. p. 49.

Os movimentos sociais precisam se erguer para contribuir no sentido de uma mediação incessante entre a legalidade do procedimento e a legitimidade de demandas que não têm chance de serem ouvidas na lógica legalista.

Exista a idéia das políticas precisarem de uma reformulação contínua, ou seja, de uma mudança sem repouso, que produza respostas coerentes com a dinâmica do processo político frente às transformações rápidas no mundo moderno e suas produções sociais.

Os movimentos sociais não podem renunciar a formas de ação que ultrapassam os próprios limites da legalidade vigente. Se concedida a esses movimentos a função de trazer à tona demandas que não se vêem levadas em consideração, no espaço político legal, seria um contra-senso obrigá-los a respeitar incondicionalmente o marco legal de suas ações.

A contribuição na reestruturação do espaço político dentro do sistema neoliberal depende justamente desta possibilidade de também recorrer à transgressão parcial das regras legais do jogo.

Colocar os movimentos sociais numa função essencial na busca por uma democracia parlamentar de verdade, implica em atribuir-lhes o direito de transgressão limitada dos caminhos institucionais e legais.

Somente com base na concessão deste privilégio eles terão o poder de cumprir seu papel de motor de possibilidades, numa sociedade complexa e excludente e em constante transformação.

Os movimentos sociais contemporâneos seriam capazes de forçar o sistema vigente a abrir-se ao que nele estava sendo recalcado, dele exigindo uma maior flexibilidade interna, que o levasse à reformulação de si mesmo.

Enfim, os movimentos sociais hoje não são um estorvo político, uma baderna sem direção, eles são uma chance de reconquistar a idéia de uma sociedade mais solidária e mais justa.

1.1.4 As tendências em relação à cidadania, novos formatos do estado.

A globalização, analisada pelo lado econômico-financeiro, teve seu início na década de 1980, com a integração em nível mundial das relações econômicas e financeiras tendo como pólo dominante os Estados Unidos.

Analisando a globalização pode-se destacar o lado positivo como sendo o intercâmbio cultural e comercial entre nações, importante para todos os povos. Quanto ao lado negativo, os povos ficam a cada vez mais interdependentes.

Neste processo de globalização, os países desenvolvidos são os maiores beneficiados tornando-se cada vez mais ricos, enquanto os países em desenvolvimento ficam cada vez mais pobres.

No intuito, então, de amenizar os problemas gerados pelo processo global, e o exacerbado poder do capital em sua interface neoliberal, movimentos sociais e organizações não-governamentais vêm crescendo em quantidade e exercendo um papel representativo na sociedade civil, em especial, na elaboração e, muitas vezes, colaborando enquanto parceiros, na execução de políticas públicas.

Assim, explicita Vieira:

Em muitos países, as ONGs ajudam a formular as políticas públicas. Em outros, seu papel é importante para fiscalizar projetos, bem como para denunciar arbitrariedades do governo, desde violações de direitos humanos até omissão no cumprimento de compromissos públicos, nacionais e internacionais⁷⁸.

Muitos são os novos movimentos sociais, que procuram desencadear a luta pela cidadania, transcendendo os limites geográficos. As ações em prol do cidadão, na era da globalização, são realizadas contemplando uma articulação do local com o global.

No neoliberalismo, a intervenção do estado no âmbito do mercado é diminuída, chamando este modelo de “estado mínimo”. Entretanto, ele continua garantindo o funcionamento do mercado, devendo atuar em políticas sociais voltadas para a população em vulnerabilidade.

⁷⁸ VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 68.

A discussão maior é pensar como o estado, dentro de uma política de compensação aos “menos favorecidos”, pode oferecer de fato uma cidadania que garanta direitos a todos.

Com o controle do aspecto econômico, vinculado a setores internacionais ligados a organismos como FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), a cidadania, os direitos e a democracia se tornam algo em processo de estrangulamento. Muitos países em desenvolvimento se vêem obrigados a adquirir a famosa dívida externa, diminuindo assim seus investimentos nas políticas sociais, na educação, na saúde, na habitação, no saneamento básico.

Há inúmeros outros aspectos negativos provocados pela globalização que terão conseqüências nefastas para a cidadania. O mais notório é o desemprego estrutural que, segundo Gorender⁷⁹, está ligado ao novo paradigma da organização do trabalho e com as inovações da tecnologia, e também, com as medidas para conter a inflação, que dificultam o crescimento econômico afetando o mercado de trabalho.

Além do desemprego, há a degradação das relações de trabalho com a *terceirização*, que não garante direitos sociais trabalhistas; com o *trabalho informal*, que cresceu expressivamente na década de 1990, em função do aumento do desemprego; e com a *desregulamentação e flexibilização* do mercado de trabalho.

Enfim, por diversos aspectos, a nova ordem do capitalismo globalizado tende a causar prejuízo à cidadania, seja pela profunda exclusão típica do capitalismo; seja pela negação de muitos direitos ou pela dificuldade de se lutar por eles.

O que garante então a conquista da plena cidadania a cada pessoa é certo grau de poder econômico, necessário para satisfazer as necessidades de bem estar, e a autonomia necessária para a livre participação política.

⁷⁹ GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados Nacionais Diante do Processo de Globalização. In: GADELHA, R.M.F. (org.). *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo: EDUC. 1997.

Estes elementos só podem ser conquistados pela educação crítica e de qualidade. Uma educação de qualidade fomenta a competência construtiva, baseada no manejo e produção do conhecimento.

A educação pública e de qualidade proporciona ao sujeito a possibilidade de participação ativa das atividades políticas do meio em que vive, e tem condições de conquistar e garantir o poder econômico que lhe garante os mínimos direitos de vida digna como cidadão.

A cidadania é plena liberdade, é o direito a uma vida digna de bem estar, é a proteção à pessoa, é a participação política consciente sem manipulações, nas atividades do governo municipal, estadual ou do país. É fazer parte da história como protagonista como sujeito que ajuda a fazer a sua própria história, e a história do seu povo, participando ativamente na construção de uma democracia e de um governo político que tenha a participação dos cidadãos.

A cidadania é um processo pelo qual o homem se torna responsável por si e pelos outros, ao mesmo tempo, a consciência de que, é responsável pelo bem comum. Não é apenas exigir direitos, mas também cumprir deveres, fiscalizando e controlando aquilo que é feito pelo Estado, que exerce a função de mediador entre os indivíduos e a sociedade.

A educação segundo Demo⁸⁰ como competência passa a ser o indicador-chave, porque nela está à chance de formação qualitativa que incide na cidadania, trata-se de oportunidade.

A qualidade educativa representa a maior condição de possibilitar a oportunidade. Somente um sujeito histórico, conscientemente crítico, pode elaborar sua própria história dentro das circunstâncias dadas.

Demo⁸¹ continua sua reflexão sobre a educação, dizendo que ela tem uma forte correlação com a cidadania, na medida em que mantém uma qualidade formal e política. Pode-se entender por qualidade formal a competência com base no conhecimento construído e por qualidade política a capacidade crítica e criativa de intervenção alternativa, sobretudo organizada.

⁸⁰ DEMO, OLIVEIRA. 1995, p. 7.

⁸¹ DEMO, OLIVEIRA. 1995, p. 12.

Uma sociedade democrática e cidadã exige uma atuação crítica de seus membros, além de discernimentos, propostas e planos alternativos de futuro.

1.2 Solidariedade e seu diálogo com as ciências humanas e sociais.

Podemos iniciar a discussão acerca da solidariedade com a definição dada a ela por Rios⁸²: “sentimento que leva os homens a ajudarem-se mutuamente”, o termo tem sua origem associada ao latim *solidarium* que vem de *solidum*, *soldum*.

Para Assmann e Mo Sung, o conceito de solidariedade aparece na parte I dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio⁸³ em dois sentidos interligados, porém distintos:

O primeiro é a solidariedade entendida como um fato e uma necessidade de interdependência na vida social, um conceito associado à coesão social. Neste sentido, a exclusão social aparece como um perigo para os necessários processos de solidariedade, isto é, para a própria coesão social. Em outras palavras a atual forma de gerenciamento da economia pautada no conhecimento está gerando uma exclusão social que está comprometendo a própria capacidade da sociedade de se manter coesa e se reproduzir como uma sociedade⁸⁴.

Neste primeiro sentido, os autores questionam o posicionamento do estado frente à questão social atual, a isenção do Estado conseqüentemente causaria uma maior exclusão. Abaixo a perspectiva dos autores sobre o segundo sentido:

O segundo sentido [...] é mais normativo ou propositivo. É chamado à superação da exclusão e da segmentação sociais através de uma educação que contribua para a aprendizagem de competências de caráter geral e que leve as pessoas a praticarem a solidariedade. [...] a solidariedade é vista mais como uma atitude capaz de respeitar as diferenças e se interessar pelos problemas da coletividade, principalmente dos que estão sofrendo mais com a situação⁸⁵.

⁸² RIOS, Dermival Ribeiro. *Dicionário global de língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: DCL, 2004.

⁸³ Os parâmetros curriculares nacionais são pensados pelo Ministério da Educação tendo o objetivo de nortear o trabalho dos profissionais da educação a fim de desenvolver ou estimular os conceitos, aqui em questão, de cidadania e solidariedade na escola.

⁸⁴ ASMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 74-75.

⁸⁵ ASMANN; MO SUNG, 2000, p. 75.

Neste segundo sentido os autores ressaltam a relevância de atrelar o processo educativo ao conceito de solidariedade na formação geral do educando e sua práxis.

Novaes nos apresenta uma reflexão que sintetiza esses dois aspectos:

estamos condenados, agora em nível interplanetário, cósmico – como já descobrira Jean Paul Sartre num campo de prisioneiros – a ser solidários; a solidariedade é um fato, antes de poder ser um imperativo ético⁸⁶.

Segundo Gohn⁸⁷ o princípio da solidariedade é aquele que articula os diferentes atores envolvidos nos movimentos sociais, criando unicidade e visão do todo. A solidariedade é o princípio que costura as diferenças internas, fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro seja coerente e articulada em propostas que encubram essas diferenças, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva.

Para tal é preciso observar os códigos político-culturais expressos nas reivindicações dos movimentos que estão presente nas linguagens de seus discursos e falas, bem como nos documentos que constroem. São estes códigos que sistematizam as demandas e criam as representações sobre as mesmas.

De acordo com Gohn⁸⁸: “a forma como as demandas são codificadas varia segundo a cultura política local, ou seja, segundo o repertório das tradições culturais e as forças sociopolíticas de uma dada conjuntura histórica onde o movimento esta ocorrendo”.

A solidariedade supera qualquer esforço isolado dos setores da sociedade; a unidade e participação de todos, é o maior recurso, diante das urgentes necessidades daqueles que não contam com o menor bem-estar, e frente aos desafios do mundo contemporâneo.

No modelo de sociedade brasileira tão desigual, entender a solidariedade como fruto das conquistas do bem comum é fundamental. Não podemos deixar que os cidadãos percam o conceito de responsabilidade pública, que deixem de ter

⁸⁶ NOVAES, Washington. “A era da solidariedade”. O Estado de São Paulo, São Paulo, 05/05/00. In: ASMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75.

⁸⁷ GOHN, 2007, p. 253.

⁸⁸ GOHN, 2007, p. 253.

consciência que uma parte de suas vidas, deve ser em luta, em comum com os outros, isso é o real significado da solidariedade.

Assmann e Mo Sung contribuem acrescentando que:

Solidariedade não é só uma questão temática a ser tratada por algumas disciplinas da área de humanas ou sociais ou então por temas transversais. Solidariedade tem a ver com o modo de ver o mundo e a vida. Solidariedade é uma relação inter-humana fundamentada na alteridade, que pressupõe o reconhecimento do/a outro/a na diferença e singularidade, atributos da alteridade. Reconhecer o/a outro/a na diferença pressupõe relativizar a si mesmo, as nossas certezas, enfim, todas as mesmices. Sendo assim, ensinar pressupondo a possibilidade de certezas é tender para uma negação da solidariedade com os/as que estão “dentro-e-fora” do sistema⁸⁹.

Se a solidariedade se constitui, enquanto um desejo mútuo, aflorado de forma espontânea nas pessoas, produzido por uma educação de formação social e humana, que discuti a interdependência de todos à coesão social, teríamos uma solidariedade enquanto questão ética, transformando as sociedades hedonistas, individualistas e excludentes numa sociedade mais humana e solidária.

As competências para um agir solidário num mundo tão excludente e competitivo só podem ser construídas de forma prática e reflexiva através de uma educação crítica que transmita em seus conteúdos informações vinculadas ao contexto social, histórico, político, econômico e religioso, formando indivíduos críticos tornando-os atores protagonistas no combate aos mecanismos que engendram a violência, a miséria e a exclusão.

1.2.1 Alguns tipos de solidariedade

Alguns autores discutem sobre os tipos de solidariedade, como são, de que forma se manifestam e interagem com a realidade, conforme segue.

O primeiro tipo e entendido como relevante é a solidariedade crítica apresentado por Selli e Garrafa como sendo um instrumento eficaz na busca de uma transformação tão desejada da realidade.

⁸⁹ ASMANN; 2000, p. 97.

A solidariedade crítica não aceita que diferenças naturais (sexo, raça, cor, idade etc.) ou sociais (renda, cultura, descendência etc.) possam levar a tratamentos desiguais entre indivíduos, tanto no mundo privado quanto no mundo público. Enumeram-se algumas características do conceito de solidariedade nos moldes que respaldam a presente proposta: é um valor próprio da pessoa humana, que tem origem em sua dignidade; independente de determinações, prescrições e crenças religiosas, que criam comunidades distintas e na maioria das vezes, antagônicas. É tal como os direitos civis (vida, liberdade, direito de expressão etc.), um valor universal; é exercida pela pessoa, na sociedade civil, e exercê-la independe, portanto, do papel de cidadão, de crente etc.; é praticada entre pessoas que comungam tanto idênticas quanto diferentes moralidades; sua prática deve estabelecer uma relação horizontal (unívoca); situa-se entre a ideia de imparcialidade – ser movido pelo bem geral do outro – a ideia de benefício mútuo – reciprocidade⁹⁰.

A solidariedade crítica será adotada neste trabalho dissertativo como o eixo norteador, como prática de solidariedade que daria o ‘tom’ necessário as nossas reflexões a respeito do que pensamos ser essa prática.

A solidariedade crítica, como espaço de organização de um movimento reivindicatório, tem a possibilidade de enfrentamento dos problemas coletivos, buscando uma progressiva mudança no contexto sócio-político-econômico e guiando as pessoas para um verdadeiro exercício da cidadania pautado nos marcos da democracia participativa.

Nabais⁹¹ classifica a solidariedade em vertical e horizontal. A solidariedade vertical seria aquela comumente identificada com os deveres do Estado. Constituindo-se enquanto um Estado social, os órgãos públicos estão obrigados a tentar a minimização das desigualdades na correção dos desníveis sociais produzidos pelo próprio Estado capitalista, na implantação e efetivação de direitos em benefício de todos os membros da sociedade.

Podemos dizer que foi este tipo de solidariedade a que foi convocada para a resolução da chamada questão social, quando a pobreza deixou de ser um problema individual e se converteu num problema social a exigir intervenção política⁹².

A solidariedade horizontal levanta a questão de não apenas um dever do Estado, mas também uma obrigação de toda a sociedade civil. A solidariedade

⁹⁰ SELLI, Lucilda; GARRAFA, Volnei. *Solidariedade crítica e voluntariado orgânico*: outra possibilidade de intervenção societária. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 13, n. 2, 239-251, abr.-jun. 2006, p. 243.

⁹¹ NABAIS, José Casalta. Solidariedade social, cidadania e direito fiscal. In: GRECO, M. A.; GODOI, M. S. de. [coord.]. *Solidariedade social e tributação*. São Paulo: Dialética, 2005. p. 114.

⁹² NABAIS, 2005, p. 115.

horizontal determina que a efetivação dos direitos fundamentais, seja vista como obrigação não apenas do Estado, mas da própria sociedade. Cada cidadão, também é, vinculado à ideia de solidariedade.

A solidariedade horizontal, como vinculadora da própria sociedade, vem adquirindo especial importância pela verificação e questionamento das limitações do Estado, em garantir os direitos constitucionais.

Não pensamos em substituir pelas práticas da solidariedade, as ações e o papel do Estado em proporcionar aos seus cidadãos as garantias e direitos previstos, ao contrário, pela solidariedade percebemos um meio de construção, articulação e união da coletividade na busca constante para que se concretize a cidadania a todos.

Aos poucos, o entendimento histórico da solidariedade horizontal, representada pela assistência aos desempregados e aposentados, a partir de contribuição dos trabalhadores ativos, amplia-se na lógica da solidariedade universal, levando a um sistema de proteção social universal, possibilitando novas políticas sociais, promovidas pelo Estado.

1.2.2 Solidariedade e sua relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as gerações de direitos humanos.

Em relação à Solidariedade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 apresenta evidentes traços solidários, embora não contenha literalmente a expressão “solidariedade”. Godói⁹³ coloca que o preâmbulo da Declaração menciona que todas as pessoas são “membros da família humana”, e no artigo 1º dispõe que todos “devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

⁹³ GODOI, Marciano Seabra de. Tributo e solidariedade social. In: GRECO, M. A.; GODOI, M. S. de. [coord.]. *Solidariedade social e tributação*. São Paulo: Dialética, 2005. p. 143.

Pensa-se numa relação direta entre os direitos de quarta geração que são considerados segundo Bonavides⁹⁴, o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo, com os chamados direitos de solidariedade.

Segundo Bonavides⁹⁵ para a concretude dos direitos de quarta geração: “depende a concretização da sociedade aberta do futuro, em sua missão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência”.

Podemos destacar alguns exemplos dessa relação, como a interligação entre solidariedade e meio ambiente, podendo-se afirmar que há uma solidariedade entre gerações, ou a inter-relação entre solidariedade e democracia, em que se percebe uma busca coletiva pelo bem estar social comum.

A idéia de solidariedade, então, está em plena consonância com as modernas preocupações do direito, em razão da chamada quarta geração de direitos fundamentais, constituída justamente pelos designados “direitos ecológicos” ou “direitos de solidariedade”.

Entretanto, não seria equivocado dizer que a solidariedade está também entre os direitos de terceira geração, inclusive pela proximidade entre os termos “solidariedade” e “fraternidade”, um dos lemas da Revolução Francesa.

O princípio então da solidariedade poderia ser situado como direito de terceira geração. Podemos identificar cinco direitos da fraternidade: o direito ao desenvolvimento; o direito à paz; o direito ao meio ambiente; o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade; e, o direito de comunicação.

Muitos autores chamam os direitos de terceira geração como “direitos de solidariedade”. Karel Vasak⁹⁶, em 1979, foi quem primeiro apontou a existência dessa terceira geração de direitos, chamando-os exatamente de “direitos de solidariedade”.

⁹⁴ BONAVIDES, 2006, p. 569.

⁹⁵ BONAVIDES, 2006, p. 571.

⁹⁶ Vasak é um oficial internacional tcheco- francês e professor universitário. Em 1969, Vasak tornou-se o primeiro Secretário-Geral do Instituto Internacional de Direitos Humanos, em Estrasburgo, uma posição que ocupou até 1980. Ele atuou como Diretor da Divisão de Direitos Humanos e Paz e depois como Assessor Jurídico da UNESCO e da Organização Mundial do Turismo.

Segundo Sarlet⁹⁷, esses direitos denominados usualmente como direitos de solidariedade ou fraternidade, trazem como nota distintiva o fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos como: a família, o povo, a nação, e caracterizando-se, como direitos de titularidade coletiva em face de sua implicação universal.

Pode-se dizer então que o princípio da solidariedade tem íntima relação com os chamados direitos de terceira geração o que não significa dizer que não represente, também, o direito de quarta geração, entendendo que uma nova onda de direitos não suplanta a anterior.

1.2.3 Aspectos gerais da solidariedade e sua relação com a história e alguns movimentos sociais

A solidariedade esteve presente em alguns conceitos e acontecimentos históricos. Ela está presente no pensamento do iluminismo, na figura de Rousseau, que via na solidariedade a capacidade de integrar o ser humano isolado.

Na Revolução Francesa a fraternidade tanto discutida, mesmo sendo contraponto da burguesia, tem características marcantes de solidariedade.

Nabais contribui na reflexão sobre solidariedade nos contextualizando baseado na Revolução Francesa, nas declarações que se postulam e na reflexão de teóricos franceses:

Podemos dizer que, descontadas algumas manifestações constantes, primeiro, da declaração de direitos da (rejeitada) Constituição girondina e depois, da declaração de direitos da Constituição jacobina, em que as exigências da solidariedade se apresentavam já claramente afirmadas, a ideia da solidariedade apenas vai ser (re) descoberta no dobrar do século XIX para o século XX, através duma espécie de frente comum formada, sobretudo por teóricos franceses, em que encontramos economistas como Charles Gide, sociólogos como Émile Durkheim e juristas como Léon Duguit, Maurice Hauriou e Georges Gurvitch⁹⁸.

⁹⁷ SARLET, 2004, p. 53.

⁹⁸ NABAIS, 2005, p. 110-111.

A solidariedade não se esgota apenas na organização da sociedade civil, ela está correlacionada com o Estado e a cidadania. Assim para Selli e Garrafa:

A Solidariedade não é se esgota enquanto relação típica da sociedade civil. Ao contrário, possui um elemento político que tem como referência o Estado. A capacidade de entender essa dimensão política, que se refere à cidadania e à possibilidade de intervir de forma ativa na definição de políticas públicas, também caracteriza essa dimensão crítica.

A solidariedade que se busca compreender e propor como motivação central para atuação voluntária em organizações da sociedade civil é um valor que está ligado à organização da sociedade moderna [...] a atividade voluntária nos marcos da solidariedade é elemento importante para aqueles que buscam a justiça social, aliada ao interesse pela compreensão do fenômeno, [...] e com isso legitimar o interesse pelo 'outro'⁹⁹.

A solidariedade assim entendida é uma constante organização em torno do interesse coletivo, na busca não só de sanar elementos problemáticos do cotidiano social, mas de buscar juntos elementos e movimentos que possam exigir do Estado políticas e programas sociais que atendam as demandas geradas pelo sistema capitalista excludente.

Mas é preciso termos clareza dessa dependência para com o outro, desse olhar acolhedor e solidário, antes mesmo de nos organizarmos, para que possamos de fato construir juntos, uma sociedade justa e igualitária, transformada pela ação de todos. Para que assim todos sejamos sujeitos da nossa história, construindo “laços” que não poderão ser mais dissolvidos por sistemas econômicos perversos.

Para Camps¹⁰⁰ a solidariedade é uma lei da natureza, sentimento de adesão ao grupo. O sujeito do prazer aqui não é o indivíduo e sim a sociedade. Camps¹⁰¹ diz: “é certo que em toda sociedade humana, a solidariedade é uma lei da natureza infinitamente mais importante que a luta pela existência cuja virtude nos canta os burgueses em seus refrãos a fim de embrutecer-nos o mais completamente possível”. Assim os miserabilizados pelos diversos sistemas econômicos se organizam em torno de suas condições na mútua ajuda.

Uma iniciativa de grande valia e que hoje tem feito um papel de sensibilização pelo coletivo, pela luta, e pela conquista e manutenção de direitos de solidariedade são os movimentos sociais.

⁹⁹ SELLI; GARRAFA, 2006, p. 240.

¹⁰⁰ CAMPS, Victoria. *Virtudes públicas*. Madri: Piliar Cortés, 1996, p. 37.

¹⁰¹ CAMPS, 1996, p. 37.

Essa é uma expressão técnica usada para denominar organizações estruturadas com a finalidade de criar formas de associação entre pessoas e entidades que tenham interesses em comum, para a defesa ou promoção de certos objetivos perante a sociedade.

Godói¹⁰² observa que, com a crise do Estado Liberal, o conceito de direito de solidariedade torna-se mais delineado pela atuação do trabalhismo, no final do século XIX e no início do século XX.

As bases socialistas podem ser consideradas um dos fundamentos para essa discussão da solidariedade, no campo do trabalho.

Afirma-nos Farias¹⁰³, que ao se discutir o solidarismo jurídico não se fala apenas em direito, ele é um olhar sobre a sociedade como um todo. Ele nos diz claramente a interligação entre socialismo e solidariedade, que a verdadeira essência do socialismo repousa sobre uma filosofia pluralista do direito e da sociedade.

As categorias como o são “solidariedade, democracia e socialismo” não podem ser realmente entendidas separadamente. Uma sociedade solidária que não tenha um regime democrático, onde aconteçam grandes desigualdades, é paradoxal.

A solidariedade não está intrinsecamente ligada ao desejo individual de liberdade, e sim na busca da igualdade, que é seu maior desejo.

Um cidadão que seja solidário não deve somente agir em busca de seus interesses individuais. A opção pela solidariedade implica no renunciar de privilégios e vantagens pessoais. Assim se assemelha ao socialismo que vê o Estado como responsável não apenas da liberdade, mas muito mais efetivador do bem comum.

A solidariedade é muito mais do que atos isolados ou transitórios, têm uma relação direta com a coesão social com o estabelecimento de ações políticas, permanentes, conscientes e pedagógicas.

Assmann e Mo Sung¹⁰⁴ contribuem nesta reflexão distinguindo por um lado, os apelos de uma solidariedade referente a situações emergenciais transitórias e por

¹⁰² GODOI, 2005, p. 143.

¹⁰³ FARIAS, José Fernando de Castro. *A origem do direito de solidariedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 15.

¹⁰⁴ ASMANN; MO SUNG, 2000, p. 69.

outro, uma solidariedade de cunho ético-político nas soluções estruturais e sustentáveis de problemas amplos e persistentes.

A temática da solidariedade irá favorecer um debate acerca da intervenção pública. Assim faz-se necessário a participação de todos na garantia do bem-estar por parte do Estado, que adquire um papel de responsabilidade pela materialização da solidariedade, através de mecanismos e estratégias para repartição dos bens e serviços sociais.

Quando pensamos a cidadania e a solidariedade podemos dizer que são conceitos irmãos.

Nabais¹⁰⁵ nos apresenta o conceito de cidadania solidária. Segundo ele, num primeiro momento a cidadania era entendida como uma situação de passividade, uma liberdade comum para ser usufruída por todos os cidadãos, com destino à preservação da vida, da liberdade e da propriedade.

Num segundo momento, para ele, a idéia de cidadania passa a ter um conteúdo ativo, passando a designar mais propriamente a atuação no indivíduo na condução do Estado, ligado à idéia do voto e da ampla participação política.

Em um terceiro momento, incorpora-se a idéia de cidadania solidária na qual o cidadão assume a condição de protagonista na vida pública.

A perda da dimensão política e o equacionamento da questão social hoje impõem o encontro de novas mediações e canais institucionais de negociação.

Em contextos sociais de extrema complexidade e diversidade de situações, valores e demandas, embora o Estado seja ainda um elemento chave para a definição de políticas públicas e sociais de reinserção social, é fundamental fazer interagir as dimensões públicas e privadas ou os espaços societários e estatais, permanentemente como o são os das práticas de solidariedade.

Chevallier nos ajuda a refletir o ressurgimento da solidariedade enquanto espaço de direito e de conquistas:

O ressurgimento do tema da solidariedade combina-se a uma inflexão de seu conteúdo. A concepção ligada à cobertura de riscos sociais é transformada. A noção de inserção, no lugar do direito a um benefício, passa a traduzir uma idéia ativa de solidariedade¹⁰⁶.

¹⁰⁵ NABAIS, 2005 p. 124-125.

¹⁰⁶ CHEVALLIER, Jacques. La resurgence du theme de la solidarite. In: CHEVALLIER, Jacques. (org.) *La Solidarité: Un Sentiment Republicain?* Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 132.

Podemos refletir então que a noção de “dever de solidariedade” é, portanto, o estágio mais avançado da cidadania, como fórmula complexa e eficaz da organização da sociedade civil na busca e tentativa de forçar o Estado a cumprir com as constitucionalidades de forma universal e equânime.

Segundo Sacristán¹⁰⁷, as relações de solidariedade podem ser estimuladas por vínculos amorosos e por imperativos éticos de reconhecer o outro como semelhante.

1.2.4 Solidariedade e Direitos Constitucionais

A solidariedade “explica” a existência de diversos direitos fundamentais abrangidos pela Constituição que, muitas vezes, são realizados pela própria sociedade em disfunção do Estado. Encaramos então essa atividade como uma contraprestação dos direitos constitucionais fundamentais.

Assim sendo, todo o sujeito possuidor de direitos e que tem o cumprimento deles na sua vida (pelo menos os direitos básicos), tem o dever de prestar solidariedade àqueles que se encontram em posição mais frágil que a sua, afinal essa é uma prática de solidariedade e de cidadania.

É importante perceber que a prática da solidariedade para com o outro requer que estejamos também na luta constante pela aquisição por todos, ao acesso à cidadania plena no gozo dos direitos já celebrados constitucionalmente.

Em relação aos direitos fundamentais podemos perceber que alguns dispositivos constitucionais comprovam a direta interferência do princípio da solidariedade sobre o pensamento constitucional.

O princípio da igualdade, *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988¹⁰⁸, tem uma interligação com a idéia de solidariedade, pois se constituímos um

¹⁰⁷ SACRISTÁN, José Gimeno. *Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania*. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 132.

todo, somos, ao menos em direitos, iguais, então para se ter uma sociedade efetivamente solidária tem que haver igualdade.

A liberdade para criação de associações e cooperativas, artigo 5º inciso XVIII¹⁰⁹, encontra-se também relacionada à solidariedade, existente entre os membros da sociedade, ainda mais forte quando os indivíduos encontram laços de interesse comum, que justificam uma maior unificação, possibilitando, inclusive um reconhecimento e representação judicial desses grupamentos de indivíduos pelas entidades criadas por eles junto ao Estado, artigo 5º inciso XXI¹¹⁰.

Os princípios Constitucionais têm como objetivo a construção de uma sociedade solidária, repudiando, por exemplo, atitudes anti-solidárias como a prática do racismo, que é considerado crime inafiançável, artigo 5º inciso XLII¹¹¹, o respeito à cidadania e a dignidade da pessoa humana, artigo 1º incisos II e III¹¹², a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação artigo 3º inciso IV¹¹³, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo como crime hediondos artigo 5º inciso XLIII¹¹⁴, tidos como atentados graves à solidariedade social.

1.2.5 Solidariedade e voluntariado

À medida que se aprofunda mais o entendimento e a prática da solidariedade crítica como valor ético, entende-se mais como se faz uma ação voluntária orgânica, valorizando a auto-organização social e assim como guiar as pessoas no exercício da atividade voluntária, constituindo um espaço singular para o exercício da cidadania nos moldes de uma democracia verdadeira e participativa.

¹⁰⁸ BRASIL. Constituição 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Edição atualizada em 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000. p. 15.

¹⁰⁹ BRASIL, 2000, p. 16.

¹¹⁰ BRASIL, 2000, p. 16.

¹¹¹ BRASIL, 2000, p. 17.

¹¹² BRASIL, 2000, p. 13.

¹¹³ BRASIL, 2000, p. 13.

¹¹⁴ BRASIL, 2000, p. 17.

O voluntariado orgânico¹¹⁵ tem sua força na organização cada vez de um maior número de grupos se mobilizarem contra os problemas sociais e ecológicos (no pensar nas futuras gerações) e, por muitas vezes, nascerem ao lado de movimentos sociais organizados.

O voluntariado, que organicamente está ligado às demandas dos setores populares, tem um papel fundamental no suprimento das necessidades de políticas públicas efetivas em um princípio de justiça eqüitativa.

Sua capacidade de organizar-se com a clara percepção dos problemas sociais e suas possíveis soluções, necessariamente precisa passar pela via da política, estabelecendo um papel pedagógico no esclarecimento e defesa da garantia de direitos constitucionais fundamentais aos setores populares.

A prática do voluntariado deve estar acompanhada pelo comprometimento próprio de quem entendeu o seu papel na sociedade civil, sendo porta-voz das aspirações e desejos dos segmentos que não possuem ainda voz na sociedade.

O voluntariado tem que ter um espírito de comprometimento solidário na busca da liberdade efetiva e da igualdade social, pressuposto de uma sociedade verdadeiramente justa e cidadã.

A sociedade civil precisa urgentemente ter uma presença ativa na discussão das prioridades sociais, e no desenvolvimento de ações que contemplem as camadas menos favorecidas.

O voluntariado atrelado à concepção de solidariedade crítica tem um papel pioneiro e fundamental na construção de uma sociedade comprometida e eficaz com o bem-estar de seus membros e na construção de um estado com a participação efetiva baseado na verdadeira cidadania e nas decisões de interesse coletivo.

Precisa-se desmitificar a visão tradicional do voluntariado focalizando-o sob uma visão orgânica. O voluntariado orgânico não tem intenção de substituir o estado no seu compromisso público de garantias constitucionais e de políticas públicas de qualidade a todos.

¹¹⁵ Caracterizamos como voluntariado orgânico, aquele grupo que se empenha e se dispõe a contribuir de forma gratuita e crítica na construção dos outros grupos por perceber-se igual e assim poder proporcionar não apenas uma “ajuda”, mas uma verdadeira ação em prol das mudanças político-econômico-sociais.

Seria, na verdade, uma forma de apoio às atividades relacionadas com a organização e o bem-estar social.

A solidariedade crítica deveria ser então assumida pelos grupos voluntários, e outras associações da sociedade civil, constituindo uma forma alternativa às organizações do estado, no sentido inclusive de fomentar organizações de reivindicações para com o estado, de atividades públicas que visam promover o bem-estar social e a cidadania.

1.2.6 Aspectos reflexivos e práticos para a solidariedade hoje

Quando nos deparamos com a temática da exclusão social¹¹⁶ e as diversas variações da questão social¹¹⁷ produzidas pelo sistema capitalista em sua forma globalizante e neoliberal, se entende que é fundamental a participação de todos na tentativa de reconhecer universalmente o outro como possuidor de direitos e assim dar a ele tal acesso.

Solidariedade é uma relação inter-humana fundamentada na alteridade, que pressupõe o reconhecimento do/a outro/a na diferença e singularidade, atributos da alteridade. Reconhecer o/a outro/a na diferença pressupõe relativizar a si mesmo, as nossas certezas, enfim, todas as mesmices¹¹⁸.

¹¹⁶ O tema exclusão social aparece em nosso trabalho em vários momentos e vem com uma conotação de não pertencimento a uma dada sociedade, uma ausência de tudo aquilo que é necessário para que haja um pleno gozo dos seus direitos de cidadão, inclusive direitos fundamentais constitucionalmente positivados. É um tema complexo e não pode ser esgotado aqui, porém nos cabe uma reflexão crítica do seu aumento, e das multiformas da questão social que se gera a partir dele.

¹¹⁷ Entende-se como questão social nesta dissertação, apesar de sua complexidade, como as diversas formatações dos problemas sociais, desenvolvidos ao longo da história da sociedade, principalmente na atualidade e no avanço do sistema capitalista. Problemas esses nas suas multiformas em diversos setores da sociedade.

¹¹⁸ ASMANN; MO SUNG, 2000, p. 97.

Para que haja uma solidariedade para com os/as excluídos/as segundo Assmann e Mo Sung¹¹⁹, é preciso antes de qualquer coisa uma “sensibilidade solidária”, uma solidariedade como ato ético-subjetivo radical, com a percepção empática do sofrimento e angústia dos/das outros/as, alterando-se a sensibilidade de nossa pele.

Nossa opção, já afirmada no início dessa discussão, é pela solidariedade crítica, pela característica que ela tem de orientar as pessoas na prática de uma solidariedade comprometida e interventiva, visando à transformação social na busca de políticas públicas e sociais democratizadas, universais e equitativas que produz mudanças em nível individual e coletivo.

Através da solidariedade crítica se faz possível a busca pela justiça social beneficiando o indivíduo na sua particularidade e o coletivo em suas expressões similares. Pela prática solidária crítica, os sujeitos estabelecem relações que lhes possibilitam exercer seus direitos políticos e civis, de liberdade e igualdade.

Na medida em que o indivíduo reveste-se enquanto sujeito que possui direitos políticos e civis reconhece também, novos direitos como: os sociais e os econômicos. Começa então a ter autonomia nas decisões que implicarão diretamente em suas vidas.

Assim, a solidariedade crítica promove no sujeito da ação solidária a consciência de si mesmo, de seus direitos e deveres, como cidadão que pertence à sociedade em que vive integrado à vida pública e política, no exercício de sua cidadania.

O sujeito passa a compreender, à medida que se compromete com os demais, a realidade sociopolítica e como exercê-la em prol de si mesmo e do coletivo.

Na concepção de solidariedade o que está em prática é a participação em uma problemática que corresponde a todos. Com uma oposição direta ao Estado se busca participar na tentativa de criar laços efetivos de solidariedade, os quais o Estado não foi capaz de estabelecer.

A perspectiva é possibilitar novas formas de organização em direção ao exercício de pressionar para que haja uma ampliação de investimentos sociais.

¹¹⁹ ASMANN; MO SUNG, 2000, p. 98.

A solidariedade poderá realizar mudanças sócio-político-econômicas, entre outras mais, por meio da ação concreta de grupos organizados de voluntários comprometidos com transformações sociais e com a luta pela inclusão crescente de um maior número possível de cidadãos nas decisões públicas que lhes dizem respeito.

A participação social precisa fazer parte da agenda daqueles que querem promover esta solidariedade, especialmente, no que diz respeito ao bem comum, decisões políticas, novas legislações e políticas de proteção e assistência aos menos favorecidos.

Essa participação deve ser crítica de forma a possibilitar contribuir na construção de condições necessárias ao cumprimento dos compromissos que são dever do estado, na direção de todas as suas dimensões, principalmente na prestação de serviços na área da saúde, educação, assistência, habitação e alimentação.

No Brasil, as intervenções estatais no combate à pobreza e a fome, são caracterizados pela timidez, precariedade e intermitência. Os direitos sociais básicos à população pobre não estão assegurados, a tarefa de reconstituir um perfil de convivência menos ameaçador é fundamental.

A ação do estado no Brasil é muitas vezes corrupta, inócua e incapaz de garantir a equidade, assim a necessidade de um debate acerca da construção de alternativas solidárias de convivência social e cívica mostra-se extremamente oportuno.

No vazio do estado, que não tem experiências de assegurar os direitos sociais mais básicos à população vulnerabilizada, se fazem necessárias novas e irradiadoras formas de solidariedade na tentativa de reconstituir o tecido social já demais esgarçado pelo sistema político-econômico vigente.

Assim, cada vez mais, a pobreza e a miséria em nossa sociedade impõem-se na busca de uma nova atuação do estado, na descoberta de respostas locais e flexíveis capazes de articular múltiplos atores sociais e diferentes parcerias na tentativa de amenização desse quadro.

Para que haja verdadeiramente uma democracia no Brasil, exige-se uma postura radical das pessoas no sentido de participarem, de forma efetiva, da condução das decisões públicas.

As organizações sociais sejam elas frutos das origens mais diversas, na medida em que fazem a mediação entre o indivíduo isolado e as instituições públicas, devem funcionar como pressionadoras na busca da democratização horizontalizada do estado.

A solidariedade não pode ser vista apenas como 'benevolente', mas como princípio de democratização da sociedade que resulta de ações coletivas. Supõe-se então uma constante luta coletiva pela igualdade de direito para todas as pessoas.

Um exemplo histórico da herança revolucionária e do ideal republicano foi o da realidade francesa, em que a fraternidade revolucionária pretendia romper com a caridade substituindo-a por uma política da solidariedade com bases no pertencimento de todos a um espaço político, que conhece doravante apenas indivíduos livres e iguais governados pelo ideal de cidadania.

Outro movimento histórico importante é o movimento operário e socialista, laboratório das formas associativas e das utopias da associação, inspirados estes em nome da solidariedade que tornam abundante as associações operárias entre 1830 e 1848.

Um movimento importante na história do Brasil e que levanta uma bandeira clara de solidariedade e voluntariado nessa perspectiva é a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida¹²⁰ de 1993. Ela foi inspirada e conduzida de forma honrosa pelo saudoso Herbert de Souza, o Betinho.

A Ação da Cidadania no âmbito da sociedade política conseguiu sensibilizar o então presidente da república Itamar Franco, que em 18 de março de 1993 assumiu o compromisso de implantação da proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, transformando essa ação em política de governo. Esses acontecimentos tornaram-se fonte de inspiração para a redescoberta de novas ações de solidariedade.

¹²⁰ AÇÃO DA CIDADANIA. Cartilha para ajudar a formar comitês. Brasília, Secretaria Nacional da Ação contra a Miséria e da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida. 1993.

O agravamento da crise ética no interior do campo político brasileiro, em 1992, antecedeu a criação desta Ação da Cidadania. Essa crise levou a entidades da sociedade civil a constituírem o chamado Movimento pela Ética na Política, cujo objetivo inicial era: “Aglutinar as esperanças e ações de todo o povo na direção de uma política guiada por valores éticos em favor da justiça social, da solidariedade e da vida”¹²¹.

Segundo o Consea¹²², o objetivo da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, é: “Mobilizar, e acima de tudo sensibilizar, a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país [...] que leva à exclusão, à fome e à miséria”

Foi inegável, de acordo com o Consea¹²³, o grande impacto da sensibilização que o apelo à solidariedade no combate à fome conseguira concretizar no interior da sociedade brasileira, tanto por meio das ações emergenciais, como por aquelas de pressão sobre a opinião pública.

A Ação da Cidadania com slogans como “A fome tem pressa” e “Fome: não dá pra esquecer”, iniciou por todo o Brasil um processo de formação dos chamados Comitês de Combate à Fome. Sua abrangência podia ser local, municipal ou, até mesmo, estadual. Os comitês poderiam ser formados por pequenos, amplos e diversificados setores da sociedade como, por exemplo: sindicatos, universidades, igrejas, organizações não-governamentais, intelectuais, artistas, estudantes, empresários, funcionários públicos, políticos etc., explicitando assim um caráter de pluralidade ao movimento.

Percebe-se então que a sociedade brasileira não estava alheia ao sofrimento e a necessidade de grande parte da população que passava por necessidades naquela ocasião (e ainda passa). Assim a sociedade organizou-se em milhares de comitês em todo o país, vinculados, por exemplo, as agências do Banco

¹²¹ AÇÃO DA CIDADANIA, 1993, p. 1.

¹²² CONSEA. (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Relatório final). Brasília, Consea/Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. 1995.

¹²³ CONSEA, 1995.

do Brasil; as agências da Caixa Econômica Federal; e outros vinculados as empresas, as associações, as igrejas e outros órgãos comunitários.

Segundo o Consea¹²⁴, os comitês tinham tarefas básicas desenvolvidas em dois tipos de ação em seu território: ações emergenciais de combate à fome, que consistiam de diversas atividades de ajuda alimentar; e, ações de pressão sobre a opinião pública, atividades diversificadas de divulgação, denúncia e debate em torno da questão, com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil e a sociedade política.

Percebe-se que a Ação da Cidadania tinha intenção de chamar a atenção para a necessidade de resgate, construção e valorização de um novo comportamento humano, solidário e ético, em que cada brasileiro fosse responsável ou co-responsável pelo perfil da fome em nosso país, e sua conseqüente e necessária superação.

Peter Singer nos faz refletir sobre o discurso de apelo à solidariedade, observando que ocorre certa comunhão com as concepções defendidas a respeito da distinção entre o princípio de ‘matar e deixar morrer’ e o seu conseqüente argumento da ‘obrigação de ajudar’:

Por não darem mais do que damos, as pessoas dos países ricos estão permitindo que os que vivem nos países mais pobres sofram de pobreza absoluta, com a conseqüente desnutrição, falta de comida e morte. Esta conclusão não diz respeito apenas aos governos. Aplica-se também a cada indivíduo absolutamente rico, pois todos nós temos a oportunidade de fazer alguma coisa para melhorar essa situação; temos, por exemplo, a oportunidade de dar nosso tempo ou dinheiro para as organizações voluntárias como a Oxfam, a Care, a War on Want, a Freedom from Hunger, a Community Aid Abroad, e outras do gênero. Portanto, se o fato de permitir que alguém morra não é intrinsecamente diferente de matar alguém, fica a impressão de que somos todos assassinos¹²⁵.

Ainda que não venha a ser muito compreendida pela sociedade hoje, Assmann e Mo Sung¹²⁶ nos dizem que a solidariedade é um fato e deve se tornar um imperativo ético. Para que isso aconteça à sociedade precisa entender que a interdependência e a coesão social são fatores determinantes.

O conhecimento da interdependência e o problema da coesão social é uma condição de possibilidade para uma atitude pessoal e social de solidariedade, mas não conduz necessariamente a essa atitude. Pois entre o conhecimento e a nova atitude há desejos e interesses¹²⁷.

¹²⁴ CONSEA, 1995.

¹²⁵ SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 233-234.

¹²⁶ ASMANN; MO SUNG, 2000, p. 75.

¹²⁷ ASMANN; MO SUNG, 2000, p. 75.

Reconhecer que estamos interligados, que dependemos uns dos outros, é um aspecto importante para termos uma solidariedade ativa. A prática efetiva da solidariedade, com real e transformadora ética, tem relação com a forma de ver o mundo e a vida.

Assim precisamos desconstruir muitos paradigmas que nos levam a fragmentar o nosso conhecimento e nosso entendimento. A atitude solidária deve ser entendida como algo integral ou sistêmico¹²⁸ que compreenda as necessidades coletivas e que possa contribuir para as garantias do mínimo a todos.

1.3 Cidadania e solidariedade e sua interface com a teologia

Refletir sobre a teologia e as discussões da cidadania e a solidariedade requer aproximar-se dos processos de transformação social desencadeados por setores diversos da sociedade, admitindo a pluralidade dos sujeitos e o produto capitalista da exclusão social, política e econômica.

A perspectiva da transformação social é pensada e desafiada a partir de uma teologia que percebe o movimento dos excluídos, desesperançosos, famintos de pão, de amor, de afeto, de prazer, de justiça, de sensibilidade e de espiritualidade.

Para a discussão e análise das categorias cidadania e solidariedade e sua aproximação com a teologia, utilizaremos alguns teólogos e pensadores que

¹²⁸ Para entendermos melhor o conceito de sistêmico propomos a leitura de: CAPRA, Frijot. *A teia da vida – uma compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1997. Ele reflete que a visão sistêmica é entendida como um complexo de coisas que estão interligadas e são interdependentes.

entendemos serem aqueles que promovem reflexões e que se aproximam das categorias aqui em análise.

Nos anos 1960 e 1970, a grande discussão no Brasil estava em torno da questão da libertação, e este tema não ficou somente no campo político e social, mas adentrou-se também no campo da teologia, assim chamada então teologia da libertação.

Assim, de acordo com Anjos¹²⁹, a doutrina social da Igreja e a teologia da libertação têm em sua gênese a solidariedade com todas as populações vitimadas pelo sistema liberal perverso capitalista.

A teologia da libertação pensa que a solidariedade autêntica é aquela entre desiguais. É uma solidariedade que postula transformações estruturais que corrigem as assimetrias existentes.

Acreditamos ser um grande expoente da corrente da teologia da libertação, o teólogo Leonardo Boff, sem dúvida, um intelectual que contribuiu e contribui para a reflexão e pensamento da solidariedade e cidadania no Brasil.

Boff esteve presente no início das reflexões que procuravam articular o discurso indignado frente à miséria e à marginalização, com o discurso promissor da fé cristã, gênese da conhecida Teologia da Libertação. Foi sempre um ardoroso defensor da causa dos Direitos Humanos, tendo ajudado a formular uma nova perspectiva dos Direitos Humanos a partir da América Latina, com “Direitos à Vida e aos meios de mantê-la com dignidade”.

A Teologia da Libertação na América Latina apresentou características similares nos diversos países latino-americanos por onde se desenvolveu; havia uma união na busca de uma luta comum: “opção preferencial pelos pobres” que foi adotada assim pelo Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM) em 1968 em Medellín e em 1979 por Puebla.

Gustavo Gutiérrez¹³⁰ nos diz que essa opção preferencial se dá pela universalidade do amor de Deus que não exclui ninguém, é um compromisso, com uma solidariedade profunda e permanente, uma inserção no mundo do pobre.

¹²⁹ ANJOS, Márcio Fabri dos. Bioética nas desigualdades sociais. In. GARRAFA, Volnei; COSTA, Sergio Ibiapina Ferreira. (org.). *A bioética no século XXI*. Brasília, UnB, 2000.

A Teologia da Libertação é um movimento que defende os direitos dos pobres e oprimidos como obrigação da igreja, onde alguns defendem o Cristo como libertador, como se sua missão pudesse ser compreendida em termos de luta de classes própria do marxismo. Apesar de sua característica, deve-se destacar a dedicação social de certos líderes do movimento. É fato que esta Teologia encontra duras críticas dentro da própria denominação.

O surgimento da Teologia da Libertação na América Latina vem como um movimento utópico, de um lado denunciava todos os tipos de injustiças e de outro lado promovia o anúncio do Evangelho, que trazia em sua boa nova possibilidades de uma nova vida e uma vida de pertencimento.

A solidariedade tem uma vinculação com esta utopia no que tange o desejo de construir novos horizontes, novas oportunidades com a contribuição de todos. Ela também se vincula na luta por uma sociedade mais justa e mais ética além de espiritualmente comprometida com o outro.

Asmann e Mo Sung¹³¹ nos dizem: “[...] a solidariedade se transformou em bandeira abrangente para enfrentar a crise civilizacional do mundo de hoje.”

Para a ação da Igreja na América Latina, em relação à solidariedade, é preciso entender nossa diversidade cultural e estabelecer com o ser humano uma nova relação, uma valorização sem fronteiras da vida.

No Brasil, a Teologia da Libertação se inicia diante de uma realidade em que a exclusão social é gritante, na qual a ditadura se faz pelos atos institucionais de forma perversa e severa, além do fato da maioria da população viver uma pobreza degradante.

A cidadania e, por que não dizer, a solidariedade para Sinner¹³² abriu seu caminho na teologia, principalmente por aqueles que seguem a Teologia da Libertação, a exclusão a tornou urgente e a mudança política possível.

¹³⁰ Gustavo Gutiérrez Merino, nasceu em Lima, 8 de junho de 1928 é um teólogo peruano e sacerdote dominicano, é considerado por muitos como o fundador da Teologia da Libertação, na década de 1970, quando lançou o livro Teologia da Libertação.

¹³¹ ASMANN; MO SUNG, 2000, p. 74-75.

¹³² SINNER, Rudolf Von. *Da teologia da libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública*. Texto publicado no International Journal of Public Theology. a. 1, n.3/4, p. 338-363, 2007. Trad. Luís Marcos Sander.

As igrejas precisavam se manifestar, mesmo em setores, com uma ação de denúncia e repúdio. As igrejas na verdade são formadas por homens e mulheres inseridos nesta realidade, elas são históricas e precisam assim se perceber como instâncias políticas.

A Igreja historicamente tem uma ação forte, principalmente na América Latina, com a questão do voluntariado; ela consegue organizar em torno dos seus serviços uma multidão de pessoas interessadas na prática do bem comum.

Muitos desses serviços já se profissionalizaram, transformando-se em ONGs (Organizações não-governamentais) e OCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), o assim chamado, terceiro setor¹³³.

O pensamento teológico de Boff incomodou certos setores eclesiais dos redutos católicos, que se posicionaram alinhados a uma perspectiva mais tradicional e, ao mesmo tempo, preocupados de que a Teologia da Libertação viesse a promover contestação à estrutura hierárquica da Igreja, como apontava seu livro “Igreja: Carisma e Poder”¹³⁴.

Em tempos de Ditadura no Brasil, a Teologia da Libertação foi uma iniciativa de questionamento e tentativa de desconstrução do cerceamento dos direitos civis, políticos e sociais. Nota-se, desta forma, a disseminação de uma idéia que contribuiu para com o amadurecimento da cidadania e sua respectiva conquista para as classes menos favorecidas. Comblin nos ajuda a refletir dizendo:

O melhor da história da igreja na América Latina, nos últimos 30 anos foi ter-se inserido no meio dos pobres, participando diretamente em seu dia-a-dia, em meio a grandes lutas para poder viver humanamente apesar de tudo [...] os cristãos (conscientes ou inconscientes) que se decidiram a participar dessa graça [SC. de Deus que capacita a superar os limites das possibilidades humanas normais] entraram na luta pela libertação¹³⁵.

¹³³ Para o entendimento deste termo utilizamos o pensamento de Ruth Cardoso que defendia que o Estado deveria “aprender” com o “terceiro setor”, por meio do estabelecimento de parcerias. Este foi, aliás, o argumento usado para defender o Programa Comunidade Solidária colocado em prática pela então primeira-dama Ruth Cardoso no governo FHC. O “terceiro setor” se distinguiria por expressões de solidariedade por meio de atividades autônomas e voluntárias que implicam a “doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais”. Engloba desde práticas tradicionais de filantropia e caridade até ações com sentidos mais amplos de cidadania como a defesa de diversos direitos e de melhores condições de vida.

¹³⁴ BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder – Ensaios de Eclesiologia Militante*. ed. ver. Rio de Janeiro: Record, 2005.

¹³⁵ COMBLIN, José. *Cristãos Rumo ao Século XXI: nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996, p. 350

Podemos constatar que grande parte da exclusão social da sociedade está vinculada ao processo do capitalismo em suas variáveis históricas, correspondendo hoje à globalização e ao neoliberalismo.

Percebe-se aí uma completa insensibilidade ao sofrimento dos pobres. As igrejas cristãs, neste aspecto, teriam a responsabilidade de se organizarem no intuito de superarem essa exclusão e essa tendência de insensibilidade ao drama da pobreza e da injustiça.

Leonardo Boff, mesmo com sua saída do ministério presbiterial em 1992, nunca abandonou sua militância na Igreja e na sociedade. Além de trabalhar efetivamente no campo da Ecologia e da Ética, continua produzindo no campo da Teologia e da Espiritualidade.

Com suas críticas sempre contribuiu no avanço da politização no viés da teologia, em busca do cuidado para com o outro e da luta pela cidadania. Leonardo Boff afirma que:

A pobreza generalizada, a marginalização e o contexto histórico de dominação irrompeu agudamente na consciência coletiva e produziu uma virada histórica. Dessa consciência nova que impregnou todo o continente, nas ciências sociais, na educação, na psicologia, na medicina, nas comunicações sociais, participa também a existência cristã e repercute na reflexão teológica. O anelo de fundo se expressa mais pelo esforço de ruptura e transformação que pela celebração da vida e na continuidade da forma de convivência, mais que cantar a flor, olha para o jardineiro que passa fome e para o florista que é explorado. A teologia da libertação nasceu como propósito de resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo¹³⁶.

A consciência a que Boff aponta aqui é uma possibilidade de partir da percepção de tantos problemas sociais, vivenciados na América Latina e no Brasil, de romper em busca de perspectivas de novos horizontes na construção de uma cidadania que não se destine a um pequeno grupo, mas que parta em busca da coletividade do social na constante da solidariedade.

Propõe ele a compreensão de ser necessário que haja a união entre fé e justiça, pois é daí que nasce a perspectiva de libertação. O que importa é manter a chama da lamparina sagrada sempre acesa, de onde se alimenta a esperança humana de um futuro bom para a terra e para a humanidade.

¹³⁶ BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. 4. ed. Petrópolis:Vozes, 1985. p. 27-28.

Celso Furtado¹³⁷ nos remete a uma reflexão e questionamento a respeito desse problema social tão relevante em nossos dias – a exclusão social – lamentando o porquê não ser este tema destaque nos currículos universitários.

Acrescento que essa temática deveria ser pauta em todos os níveis educacionais e principalmente, nas igrejas cristãs em suas homiléticas, prédicas e em suas “escolas dominicais”.

Boff¹³⁸ remete à reflexão acerca do sistema capitalista, chamando-o de excludente, em que o mesmo não atende às reais necessidades da população, mas aos caprichos de um grupo que detêm o capital, uma vez que o povo não é o destinatário do desenvolvimento do capitalismo.

Mo Sung¹³⁹ diz que vivemos em um mundo profundamente desumano, em uma realidade cruel para os que sobrevivem nesse patamar de exclusão. Ele nos alerta que desumana também é a postura espiritual e ética dos que são insensíveis, ou até mesmo agressivos para com esses excluídos/as, e nos remete a uma reflexão a respeito das igrejas cristãs que deveriam se perguntar sobre qual a sua missão nos dias de hoje frente a essa insensibilidade social.

Mo Sung¹⁴⁰ continua sua reflexão apontando caminhos para as igrejas cristãs. Caminhos de como superar essa dicotomia cotidiana e aponta que o primeiro passo seria criticar as teorias econômicas que confundem crescimento econômico com desenvolvimento, e ainda apresentam a iniquidade social como condição para que isto aconteça.

Bernardo Kliksberg¹⁴¹, citado por Mo Sung, nos faz pensar sobre os círculos viciosos da pobreza, chamando-os de ‘círculos perversos’ de pobreza, apontando que dificuldades de nutrição, carências de estrutura familiar sólida, limitações de acesso e permanência na escola, colocação à margem do mercado de trabalho, vai se configurando em uma situação de exclusão social que se auto-reproduz.

¹³⁷ FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998. p. 14.

¹³⁸ BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 96.

¹³⁹ MO SUNG, Jung. *Cinismo e solidariedade na globalização*. Espaços. São Paulo: Instituto Teológico, 2000. p. 39.

¹⁴⁰ MO SUNG, 2000, p. 43.

¹⁴¹ KLIKSBURG, Bernardo. Repensando o Estado para o desenvolvimento social. Superando dogmas e convencionalismos. São Paulo, 1988, pp. 16 e 18. In: MO SUNG, Jung. *Cinismo e solidariedade na globalização*. Espaços. São Paulo: Instituto Teológico, 2000. p. 44.

Segundo Mo Sung, o cristianismo justifica o sofrimento dos pobres, culpabilizando-os. Sofredor é o pecador. Mas ele aponta:

Denunciar a idolatria é a condição preliminar para anunciar o Deus da Vida. Anunciar a boa-nova de Jesus aos pobres é, antes de mais nada, defender a inocência das vítimas e anunciar o Deus de Jesus que não quer sacrifícios, mas sim misericórdia¹⁴².

As ações práticas das igrejas cristãs devem ser em direção a rompermos com a idéia de que nada podemos fazer. As ações devem ser desenvolvidas numa visão sistêmica, como já abordado anteriormente nesta dissertação, em que uma junção de muitas ações pode sim, promover a transformação.

Há um alerta a ser entendido pelas igrejas e irradiado a todos: quem é o meu próximo? Questionamento que a Bíblia responde: [Lucas 10, 36-37] “aquele que usou de misericórdia” e Jesus ainda acrescenta “pois vá e faça o mesmo”.

De acordo com as palavras de Mo Sung¹⁴³, se nos fazemos próximos, nos deixamos ser tomados por compaixão e ainda nos tornamos solidários, superamos a distância social criada pelos rótulos e preconceitos, ou seja, nesse encontro seremos capazes de experimentar a graça de Deus.

Se entendermos que as pessoas possuem a riqueza de Deus, que ama a todos, lutaremos pela dignidade presente na vida de todos. “É da experiência espiritual do amor gratuito de Deus por todos nós que nasce o desejo e a força para lutar [...] vida digna para todos. [...] o engajamento na defesa da vida dos/as excluídos/as é uma questão de fé e espiritualidade cristã”.

Somos amados por Deus de forma gratuita e incondicional, sua misericórdia para com todos nós e infinita, assim também como Ele nos ama devemos amar a todos no mesmo tom da gratuidade e infinitude que emana de Deus.

Boff levanta a bandeira da politização [conquista dos direitos, acesso à cidadania] e do cuidado com a terra com o ser humano, que se encontra atrelada, à idéia do desenvolvimento da solidariedade.

Vejamos um fragmento do seu pronunciamento sobre a Carta da Terra:

Na verdade, o problema central da humanidade, a nova radicalidade da consciência e também do projeto da tecnociência é isso. Qual é o futuro do planeta Terra? Qual é o futuro da humanidade? Em que medida cada saber, cada religião, cada pedagogia, cada projeto deve dar a sua colaboração

¹⁴² MO SUNG, 2000, p. 45.

¹⁴³ MO SUNG, 2000, p. 46.

para garantir o futuro de esperança a essa nave espacial única que temos, que é o planeta Terra e a humanidade. Então, nós devemos politicamente decidir que nós queremos viver e garantir um futuro porque, ao deixar as coisas como são, podemos conhecer o destino dos dinossauros. Essa é a nova consciência da humanidade e a Carta da Terra veio responder a isso¹⁴⁴.

Nesta reflexão coloca-se uma necessidade, o da organização para luta, não só pela qualidade de vida da humanidade, mas pela conquista efetiva de cidadania, pelo cuidar do outro, o igual, mas também e, sobretudo, preocupar-se com as futuras gerações. Boff sobre necessidades básicas das pessoas, ainda coloca:

Nós precisamos fazer uma revolução. Não será uma revolução política, mas mais básica do que a política, que é uma revolução ética. Isto é, quando falamos de ética, falamos dos comportamentos, falamos de alguns valores fundamentais que devemos realizar. E se não os realizamos, colocamos em risco a vida da espécie humana e a nossa própria vida. Colocamos em risco as bases físico-químicas, que sustentam a biosfera. E esses valores têm que ser fundados em algo muito evidente, que não precisa ser explicado, que imediatamente pode ser vivido, colocado em prática, porque o tempo urge, não temos muito tempo. E eu vejo que a base fundamental para sustentar uma ética humana é a ética do cuidado, a ética da compaixão, a ética da responsabilidade e a ética da solidariedade e cooperação. Esses quatro valores básicos são sustentados na essência mais fundamental, proto-primária do ser humano, porque a essência do ser humano, a base fundamental do ser humano, a última estrutura do ser humano, não é a razão; a última estrutura do ser humano é a fé, a sensibilidade, é amorosidade¹⁴⁵.

Neste sentido, a contribuição de Boff é significativa, traz uma preocupação latente com o ser humano, principalmente quanto ao aspecto do cuidado, do ser solidário como o outro e com o próprio planeta terra.

Boff¹⁴⁶ utiliza para a compreensão do universo o caráter holístico, sistêmico, inclusivo, panrelacional e espiritual, é uma justaposição de coisas e objetos. Para ele, o sujeito tem uma relação com tudo, em todos os pontos, em todas as circunstâncias e em todas as direções, gerando uma imensa solidariedade cósmica.

Sinner nos aponta que Boff tem uma preocupação de colocar o ser humano na sua totalidade, seja ela na sua criação, na sua origem, no mundo ou no futuro. Apresenta Boff como alguém que enfrenta os antagonismos, não os nega, analisando-os tanto em nível micro como macro.

¹⁴⁴BOFF, Leonardo. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/portal/procampo/downloads/carta%20da%20terra;%20Leonardo%20Boff.pdf>>.. Carta da Terra. Acesso em: 23 dez. 2008 às 19h10min.

¹⁴⁵BOFF, 2008.

¹⁴⁶BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 14.

Na acepção de Boff, a globalização – muitas vezes ele também emprega o termo “mundialização” – não é idêntica à globalização da economia e à uniformização de seu funcionamento em nível mundial, não é a globalização de estruturas, mas a visão de uma comunhão planetária entre natureza e ser humano, de ser humano e ser humano, de ser humano e Deus, é cidadania (nacional), co-cidadania e cidadania da terra. (...) A SS. Trindade, mistério de comunhão das três divinas Pessoas, sempre se auto-entregou à criação e à vida de cada pessoa e se revelou às comunidades humanas sob forma de sociabilidade, abertura de uns aos outros, de amor e entrega e também de denúncia e protesto contra a ausência desses valores¹⁴⁷.

Assim, o pensamento de Boff aponta que a teologia tem muito a contribuir na sua prática, nos seus diversos contextos religiosos, para a produção de uma solidariedade planetária e de uma cidadania eficaz e plena.

Comblin¹⁴⁸ nos esclarece dizendo que a participação dos cristãos e das igrejas nas lutas contra os problemas sociais, não significou a sua superação plena, pelo contrário, manteve-se o dualismo entre a doutrina religiosa e a doutrina social, dizendo inclusive que nem a Teologia da Libertação escapou desse dualismo.

Comblin¹⁴⁹ acrescenta: “Não há tarefa mais urgente do que unir de novo o que esteve separado durante tanto tempo, o ‘político’ e o ‘religioso’, o ‘social’ e o ‘místico’. Tarefa prática mais que teórica”.

Reportando-nos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: “Os homens nascem e vivem livres e iguais em direitos”, podemos dizer que os direitos dos homens e sua dignidade não podem ser suplantados.

Todos somos cidadãos independente de raça, credo/religião, condição sócio-econômica. Parece que estes aspectos liberais foram deixados de lado e o capitalismo resolveu manter vivos apenas aqueles de seu interesse.

Defender a cidadania de todos é uma maneira de dizer que todos os seres humanos são filhos de Deus, que todos têm a dignidade de alcançar o patamar de filhos e iguais diante de Deus, sem restrições. A luta da Igreja é desmascarar a idolatria do mercado, a corrupção do capital que insensibiliza e torna cínica a consciência social.

O texto de Lucas 4.18-19 nos faz refletir sobre nossa prática enquanto cristãos: “O Senhor me deu o seu Espírito. Ele me escolheu para levar boas novas

¹⁴⁷ SINNER, Rudolf Von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 96.

¹⁴⁸ COMBLIN, 1996, p. 98.

¹⁴⁹ COMBLIN, 1996, p. 105.

aos pobres e me enviou para anunciar libertação aos cativos, restaurar a vista aos cegos, libertar os que estão sendo oprimidos e anunciar que chegará o tempo em que o Senhor salvará o seu povo”.

A teologia precisa manter um diálogo crítico com as ciências humanas, e/ou a sociedade, partindo do pressuposto de que a teologia tem responsabilidade de opinar nas discussões públicas sobre a sociedade em que convive. Deve aproximar-se das discussões acadêmicas que descrevem e prescrevem sobre a sociedade.

A teologia faz parte da sociedade, inclusive foi uma das principais responsáveis pela formação da mesma, assim deve assumir seu caráter social e manter um diálogo construtivo com os demais espaços de discussão.

De certa forma, essa discussão em parte já se estabelece, esse papel é desenvolvido pela teologia pública. A teologia pública então estaria apta a participar das discussões públicas e acadêmicas.

Entendemos que tanto a cidadania como a solidariedade, como já detalhados nesta dissertação, são temas contemporâneos e fazem parte das discussões da teologia pública.

De acordo com o Instituto Humanitas¹⁵⁰, que discute o tema teologia pública através de debates, simpósios e publicações, em seu programa específico para essa temática, a teologia pública visa reinserir a teologia no ambiente acadêmico, onde a teologia participa de debates envolvendo temas de caráter público na proposta de contribuir, elucidar e propor respostas.

Assim, a teologia pública deve se apresentar ao mundo oferecendo respostas autênticas para problemas de instância pública. A vida cotidiana em sociedade, a condição humana, as relações sociais, os diversos comportamentos não pertencem a áreas determinadas do conhecimento, não são um “nicho” de ciências específicas.

¹⁵⁰ O Instituto Humanitas unisinos, tem produzido diversos materiais que discutem sobre a visão do humanismo social cristão, tem buscado respostas para os grandes desafios da nossa época. Um dos eixos de debate e de produção de material, revistas e artigos acadêmicos é o da teologia pública, onde, por exemplo, são publicados os cadernos de teologia pública com periodicidade mensal. O objetivo é contribuir na discussão da teologia com a esfera pública da sociedade e na universidade, ampliando o diálogo com as ciências, com a cultura e as religiões. www.ihu.unisinos.br.

A teologia pública pode sim interessar-se e discutir sobre questões de ordem pública, sobre o pluralismo, publicizando os problemas com o qual ela se defronta no intuito da organização social e das críticas aos sistemas de exclusão e corrupção.

Assim percebe-se que ainda há um caminho importante a percorrer em direção a uma reflexão teológica, a partir das práticas e desafios políticos, econômicos e sociais em diálogo com outras ciências que se dedicam a estas questões.

Quando pensamos em cidadania e solidariedade, infelizmente percebemos que nem todos os brasileiros são tratados como cidadãos. Traduzindo para uma linguagem cristã, podemos dizer que nem todos são tratados como filhos de Deus.

Para acessar cidadania é preciso ser produtor e consumidor, ter dinheiro, estar no mercado. A cidadania aparece deturpada como direito de participar dos benefícios do mercado (poder de consumo). Podemos exagerar nos chavões, antes: “fora da igreja não há salvação” e “só os convertidos, batizados são filhos de Deus” hoje: “fora do mercado não há salvação” e “só os consumidores são cidadãos”.

A teologia é comprometida com a esperança. Ela busca transformar o mundo. Assim ela deve-se estar em constante avaliação. Ou seja, para isso a postura crítica é essencial, produzindo assim ações que possam libertar, transformar e promover uma organização social reivindicativa, e não a construção da alienação, da subordinação e produção de uma visão ingênua da realidade.

2 - ASPECTOS HISTÓRICOS DO PENSAMENTO DE CALVINO, DO PRESBITERIANISMO E DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA E SUAS PRÁTICAS SOCIAIS.

De forma sucinta, pretende-se discorrer sobre a trajetória histórica do Presbiterianismo, com enfoque no Espírito Santo, especialmente na Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória e suas práticas sociais.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CALVINISMO

As origens históricas do presbiterianismo estão relacionadas à Reforma Protestante do século XVI. Ela teve início com o monge católico alemão Martinho Lutero (1483-1546) a partir de 1517 que questionou a prática do catolicismo

medieval. Esse movimento teve muitos seguidores que passaram a ser denominados “luteranos”, nascendo assim a Igreja Luterana.

Segundo Matos:

A Reforma religiosa do século dezesseis deu origem, de modo direto ou indireto, aos diversos grupos que hoje constituem o protestantismo. Os nomes adotados por essas igrejas podem derivar do próprio nome do seu fundador ("luteranos", "menonitas"), de uma convicção doutrinária primordial ("batistas", "pentecostais") ou de sua estrutura eclesiástica e forma de governo ("episcopais", "congregacionais"). Nesta última categoria também se incluem os "presbiterianos"¹⁵¹.

Anos depois do início do luteranismo na Alemanha, surgiu na região de língua alemã da vizinha Suíça, mais precisamente na cidade de Zurique, outro movimento de reforma protestante, que foi denominada “Segunda Reforma.” Esse movimento teve como líder inicial o sacerdote Ulrico Zuínglio (1484-1531) e, pretendendo reformar a Igreja de maneira diferente a do movimento de Lutero, passou a ser conhecido como movimento reformado, e seus seguidores como “reformados.” Assim sendo, as igrejas derivadas do movimento se autodenominaram igrejas reformadas.

Os reformados, diferentes em alguns pontos com Lutero, partiam de um princípio que entendiam que só deviam abraçar aquilo que fosse claramente preconizado pelas Escrituras.

Ulrico Zuínglio morre em 1531, e então João Calvino (1509-1564) passou a ser o novo líder do movimento reformado. Calvino, em 1533, teve uma experiência de conversão à fé evangélica, sendo obrigado a fugir de Paris por causa das suas novas convicções. Começou então a escrever a sua obra magna, a Instituição da Religião Cristã ou Institutas, publicada em Basiléia, em 1536. Calvino foi convocado a auxiliar na implantação da fé reformada na cidade de Genebra, na Suíça francesa.

Os acontecimentos históricos que precedem a Reforma protestante na Suíça ajudam na promulgação das idéias libertárias presentes de forma muito forte no calvinismo. De acordo com Silvestre¹⁵² “para Calvino, era preciso reconhecer que a

¹⁵¹ MATOS, Alderi Souza de. <http://www.ipb.org.br/artigos/download/Presbiterianos>. Acesso em: 17 set. 2009.

¹⁵² SILVESTRE, Armando Araújo. *O direito de resistir ao Estado no pensamento de João Calvino*. Tese – São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2001. p. 46.

abertura de espírito e o amor à liberdade, trazidos pelo comércio e pelas trocas humanas, contribuíram para introduzir a Reforma em Genebra”.

Em Genebra, na ocasião da reforma calvinista, a estrutura social denunciava a existência de abastados e miseráveis. Desta forma nasce um movimento, juntamente com a Reforma, que propõe a criação de estratégias para o enfrentamento dessa situação, que segundo Biéler:

Em 1535, é fundado o Hospital Geral, destinado a dar assistência aos enfermos, aos pobres, aos órfãos e aos idosos. Depois, em consideração à penúria de víveres, a pobreza de uma parte da população e a avareza de outra, medidas de ordem econômica, são tomadas imediatamente contra o monopólio e a especulação¹⁵³.

Em relação a esse trabalho com os pobres e a função da Igreja, Calvino denomina uma quarta ordem eclesiástica, que são os diáconos. Assim ele designa as funções dos diáconos:

Uns são comissionados para receber, dispensar e conservar os bens dos pobres, tanto esmolas diárias quanto posses, rendimentos e pensões; outros para tratar e pensar os doentes e administrar a porção dos pobres, costume esse que mantivemos ainda presente¹⁵⁴.

Calvino teve uma vasta e competente produção teológica, exercendo assim uma poderosa influência que contribuiu para a disseminação do movimento reformado em muitos países. Com a fundação da Academia de Genebra em 1559, Calvino colaborou decisivamente para a formação de toda uma nova geração de líderes reformados que teriam um novo nome: “calvinistas.”

Calvino produziu e articulou um sistema completo de teologia cristã que ficou conhecido como calvinismo. Baseado nas Escrituras Sagradas, o calvinismo incluía normas específicas, acerca da doutrina, do culto e da forma de governo das comunidades reformadas. A base do sistema era a absoluta soberania de Deus como criador, preservador e redentor do mundo. Preconizava o governo das comunidades por presbíteros e a associação das igrejas em presbitérios regionais e em sínodos nacionais.

Calvino baseado em princípios evangélicos critica a hostilidade do estado, que favorecia as camadas mais abastadas, em detrimento de uma grande multidão

¹⁵³ BIÉLER, André. *O pensamento econômico e social de Calvino*. Tradução de Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Casa editora Presbiteriana S-C, 1990. p. 222.

¹⁵⁴ BIÉLER, 1990, p. 223.

de aliados do sistema. Biéler¹⁵⁵ denomina a doutrina de Calvino de “O humanismo social de Calvino”, afirmando que este humanismo social pode ser entendido como “um humanismo teológico que inclui há um tempo o estudo do homem e da sociedade através do duplo conhecimento do homem pelo homem, de um lado, e do homem por Deus, de outro”.

No caso da Suíça, os reformadores preocupavam-se em atacar os problemas sociais gritantes existentes na sociedade. Com essa iniciativa, eles conseguiram atrair os movimentos sociais populares, porém descontentaram os conservadores.

Para Biéler¹⁵⁶, “[...] a nobreza e o campesinato permanecem católicos, enquanto os burgueses e as chamadas classes populares das cidades adotam a nova fé”.

O movimento reformado de Calvino começou a difundir-se em muitas regiões da Europa, na França, na Alemanha, nos Países Baixos e também nas Ilhas Britânicas. Vários fatores contribuíram para a difusão do pensamento de Calvino, principalmente a utilização da imprensa e de outros meios de comunicação da época.

O grande marco de rompimento de Calvino com o catolicismo e sua conversão ao protestantismo seria a redação de sua grande obra, *as Institutas*, ou *Instituição da Religião Cristã*. Biéler diz a respeito:

[...] não é mais o humanista conformista que teme os remoinhos da política e recusa comprometer-se com aqueles que são qualificados como revolucionários; bem pelo contrário, é o cristão que, sem fingir aos riscos intervém, com todas as suas forças, contra os grandes deste mundo para restabelecer a justiça e a verdade¹⁵⁷.

Em torno de 1550, o movimento reformado experimentou notável crescimento. Em 1559, reuniu-se o primeiro sínodo da Igreja Reformada da França envolvendo em torno de duas mil comunidades locais. Era a primeira experiência do presbiterianismo organizado em âmbito nacional.

¹⁵⁵ BIÉLER, André. *O humanismo social de Calvino*. Trad. A. Sapsezian. São Paulo: Edições Oikumene, 1970. p. 13.

¹⁵⁶ BIÉLER, 1990, p. 84-85.

¹⁵⁷ BIÉLER, 1990, p. 124.

Em muitos lugares da Europa, a fé reformada (igreja calvinista) foi sendo introduzida e experimentou grande crescimento, mas eventualmente foram suprimidas pela Contra-Reforma.

Calvino foi um grande crítico do despotismo do estado, evidenciando em suas críticas o não cumprimento do estado das suas obrigações. Entretanto, a maior crítica de Calvino era sobre o controle que o estado exercia sobre a Igreja.

Sua teoria dizia que as pessoas em primeiro lugar deveriam submeter-se a Deus, mas concordava que o povo deveria submeter-se, também, às autoridades do estado, visto que estas eram instituídas por Deus.

Isso se respalda nas Escrituras Sagradas, por exemplo, em I Timóteo 2:1-2¹⁵⁸, em que Paulo diz ser nosso dever orar em favor das autoridades e também em Tito 3:1¹⁵⁹, que diz: "Lembra-lhes que se sujeitem aos que governam, às autoridades; sejam obedientes, estejam prontos para toda boa obra". Outras passagens bíblicas descrevem a respeito das autoridades:

¹Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. ²De modo que aquele que se opõe à autoridade, resiste à ordenação de Deus [...]. ⁵É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência¹⁶⁰.

¹³“Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor; quer ao rei como soberano; ¹⁴quer às autoridades como enviadas por ele, [...]. ¹⁷Tratai a todos com honra, amai aos irmãos, temei a Deus, honrai ao rei¹⁶¹”.

Calvino chama os cristãos a participarem da política, pois esta também teria uma relação com Deus. Assim nos diz Biéler¹⁶²: “Para evitar, pois, que todas as coisas descambem para a desordem e o caos, Deus suscita, no quadro geral da sociedade, uma ordem provisória, a qual Calvino dá o nome de ordem política”.

Biéler ainda sobre o pensamento de Calvino, tratando da política coloca:

A política não é, pois, sem relação com a ordem de Deus. Ela deve representar, em todas as sociedades, a ordem que mais se aproxima da ordem de Deus, tendo-se em conta o desenvolvimento espiritual dos habitantes em um lugar e momento dados¹⁶³.

¹⁵⁸ BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. (Novo Testamento). p. 273.

¹⁵⁹ BÍBLIA SAGRADA (Novo Testamento), 1993, p. 280.

¹⁶⁰ BÍBLIA SAGRADA (Novo Testamento), Romanos 13:1-5, 1993, p. 210.

¹⁶¹ BÍBLIA SAGRADA. (Novo Testamento), I Pedro 2:13-19, 1993, p. 305.

¹⁶² BIÉLER, 1970, p. 25.

¹⁶³ BIÉLER, 1970, p. 25.

Calvino nos faz refletir então, acerca da participação e atuação dos cristãos nos espaços públicos. Neste sentido, procura-se atuar de forma a fazer com que o Estado responsabilize-se por desenvolver suas ações de forma eficaz e efetiva. Podemos perceber com esta reflexão que a Igreja, desde este momento histórico, já atuava na busca da harmonia na sociedade com o Estado.

Calvino, ainda se colocando em relação à Igreja, chamada por ele de comunidade cristã, nos traz uma reflexão interessante, dizendo que ela deve expressar a solidariedade com o próximo através dos seus bens. Biéler nos diz:

A existência, no seio da sociedade humana, desse núcleo celular que é a comunidade de cristãos, por pequena que seja, constitui o estímulo para a restauração social da humanidade, desde que, evidentemente... seja verdadeiramente cristã. A Igreja com sua comunidade de homens e mulheres reais, que recuperam em Cristo sua humanidade, torna-se o embrião de um mundo inteiramente novo onde as relações sociais, outrora pervertidas, reencontram sua natureza original¹⁶⁴.

A Igreja, desta forma, tem uma função real, no aspecto profético. Ela é chamada a denunciar as injustiças sociais e a pregar o evangelho de Jesus Cristo. No entanto, contraditoriamente, também teria contribuído com a desigualdade social, quando se apresentava por vezes omissa, ao favorecer a ignorância, a desordem social e a alienação. Biéler nos apresenta o que pensa Calvino a respeito do que é ser Igreja:

[...] é o fermento regenerador da vida social, política e econômica. E se a Igreja é morta, (...) se sua presença não imprime a sociedade total o impulso de sua própria e constante regeneração pela Palavra de Deus, então, ela mesmo participa da propagação da desordem social¹⁶⁵.

Calvino traz à tona problemas sociais importantes sobre as práticas sociais daquele momento, que refletem na formação de uma Igreja mais social e humana. Ele decreta: “[...] que os pobres, os enfermos e os inválidos sejam reeducados profissionalmente¹⁶⁶” Calvino instaurou um processo educativo prático em Genebra pensando de forma solidária nos excluídos:

A comunhão humana se realiza nas inter-relações que decorrem da divisão do trabalho, visto que cada pessoa é chamada por Deus para uma atividade particular, parcial e complementar das atividades das outras. A

¹⁶⁴ BIÉLER, 1970, p. 21.

¹⁶⁵ BIÉLER, 1970, p. 26.

¹⁶⁶ BIÉLER, André. 1990, p. 225.

comunicação natural dos bens e dos serviços é o sinal concreto da solidariedade profunda que une o gênero humano¹⁶⁷.

Quando o pensamento de Calvino chega às Ihas Britânicas, esse movimento de reforma passa a se denominar “presbiterianismo.” O nome se dá pela insistência dos reformadores da Escócia e Inglaterra por uma igreja governada por presbíteros, eleitos pelas congregações e reunidos em concílios.

Era uma reivindicação de independência da igreja em relação ao poder público. Tal foi à origem histórica do termo “presbiteriano” ou “igreja presbiteriana”.

De acordo com Matos¹⁶⁸, o termo "presbiteriano" [...] decorre do fato de que nas igrejas desse nome o governo ser exercido por "presbíteros." A palavra grega *presbyteros* encontra-se no Novo Testamento e significava originalmente "ancião," "homem idoso."

A introdução do presbiterianismo na Escócia, onde as idéias reformistas de Calvino tiveram grande repercussão, foram realizadas por George Wishart, mas o grande divulgador dessas idéias foi John Knox.

Em dezembro de 1560, reuniu-se a primeira assembléia geral da Igreja Presbiteriana escocesa, que elaborou o Livro de Disciplina. A Escócia formalmente presbiteriana foi governada por uma rainha católica, Maria Stuart.

Com a morte de Knox, passou a ser o principal defensor do sistema presbiteriano e de uma igreja autônoma do Estado, Andrew Melville.

As igrejas presbiterianas têm sua liderança exercida pelos presbíteros, os presbíteros "regentes" (que governam), com funções administrativas, e os presbíteros "docentes" os que se dedicam ao ensino. As funções dos presbíteros se baseiam, localmente, no "conselho" de cada igreja; regionalmente nos presbitérios e sínodos; nacionalmente, no Supremo Concílio.

Na América do Norte o calvinismo chegou através dos puritanos ingleses que se radicaram em Massachusetts, no início do século XVII.

Esses calvinistas optaram pela forma de governo congregacional, não pelo sistema presbiteriano. Entretanto, muitos fizeram a opção pela forma de governo

¹⁶⁷ BIÉLER, André. 1970, p. 19.

¹⁶⁸ Matos, Alderi Souza de. Disponível em: <<http://www.ipb.org.br/artigos/download/Presbiterianos>>. Acesso em: 17 set. 2009.

presbiteriano, dentre estes estavam os holandeses que fundaram Nova Amsterdã (depois Nova York) em 1623.

Os huguenotes franceses também foram em grande número para a América do Norte, fugindo da perseguição religiosa em sua pátria. Um numeroso contingente de reformados alemães igualmente emigrou para os Estados Unidos entre 1700 e 1770. Esses imigrantes formaram as suas próprias denominações e, mais tarde, muitos deles ingressaram na Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

Muitos presbiterianos escoceses foram diretamente da Escócia para os Estados Unidos, nos primeiros tempos da colonização. Todavia, foram os escoceses-irlandeses os principais responsáveis pela introdução do presbiterianismo naquele país.

Muitos foram os reformadores europeus que cruzaram o Atlântico no século XVIII. Eles se instalaram em Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia e nas Carolinas.

No oeste da Pensilvânia, eles fundaram Pittsburgh, por muito tempo a cidade mais presbiteriana dos Estados Unidos. O Rev. Ashbel Green Simonton, o introdutor do presbiterianismo no Brasil, era descendente desses escoceses-irlandeses da Pensilvânia.

Os presbiterianos tiveram uma atuação destacada Durante a Revolução Americana, muitos deles lutaram na guerra da independência dos Estados Unidos, em 1776.

No período de 1789, reuniu-se pela primeira vez a “Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América.” Naquela época, a Igreja Presbiteriana era a denominação mais influente do país. Em 1800, já contava com 180 pastores, 450 igrejas e cerca de 20 mil membros. Em 1801, presbiterianos e congregacionais iniciaram um trabalho cooperativo conhecido como “Plano de União”.

O objetivo era evangelizar com mais eficiência a população que se locomovia em direção ao oeste, a chamada “fronteira.” Foi esse o período do avivamento conhecido como Segundo Grande Despertamento. O resultado foi um avanço fenomenal. Em 1837, a Igreja Presbiteriana já contava com 2140 pastores, quase 3000 igrejas e 220 mil membros. O Seminário de Princeton foi fundado em

1812. Entre seus grandes professores estiveram Archibald Alexander, Charles Hodge, A. A. Hodge e Benjamin B. Warfield.

Em 1857 e 1861 ocorreram grandes divisões ocasionadas pelo problema da escravidão. As igrejas Nova Escola e Velha Escola do sul, favoráveis à escravidão, separaram-se das do norte. Eventualmente, foram criadas duas grandes denominações presbiterianas, a Igreja do Norte (PCUSA) e a Igreja do Sul (PCUS).

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA IGREJA PRESBITERIANA NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

No caso do Brasil, segundo relata Floriano Sant'anna¹⁶⁹ os presbiterianos missionários que aqui chegaram foram da missão de Nova York da PCUSA da missão do norte. O missionário pioneiro dessa Igreja, ao chegar ao Brasil em 12 de agosto de 1859, foi Ashbel Green Simonton. Ele desempenhou um papel importante na articulação das atividades de expansão do presbiterianismo no Brasil, porém faleceu em 1867.

Segundo relata Matos

A Igreja Presbiteriana do Brasil é a mais antiga denominação reformada do país, tendo sido fundada pelo missionário Ashbel Green Simonton (1833-1867), que aqui chegou em 1859. Mais tarde, ao longo do século 20, surgiram outras igrejas congêneres que também se consideram herdeiras da tradição calvinista. São as seguintes, por ordem cronológica de organização: Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (1903), com sede em São Paulo; Igreja Presbiteriana Conservadora (1940), com sede em São Paulo; Igreja Presbiteriana Fundamentalista (1956), com sede em Recife; Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil (1975), com sede em Arapongas, Paraná, e Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (1978), com sede no Rio de Janeiro¹⁷⁰.

Em 1869 chegam ao Brasil missionários oriundos dos Estados Unidos da Igreja da missão do sul, PCUS. Segundo Ferreira:

¹⁶⁹ SANT'ANNA, Floriano. *Da entrada do Calvinismo ao sesquicentenário: da Igreja Presbiteriana do Brasil, 1859 – 2009: Memórias da nossa história*. Belo Horizonte: Gráfica Betânia, jul. 2009. p. 43.

¹⁷⁰ Matos, Alderi Souza de. Disponível em: <<http://www.ipb.org.br/artigos/download/Presbiterianos>>. Acesso em: 17 set. 2009.

A partir de 1869, algumas modificações sensíveis se notaram no presbiterianismo brasileiro. Neste ano, estabeleceram-se em Campinas (Estado de São Paulo) missionários do Committee de Nashville, da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos. Esse trabalho teve como ocasião a vinda de emigrados do Sul, após a guerra da secessão¹⁷¹.

Da Igreja presbiteriana do sul vieram Edward Lane e George Nash Morton.

Segundo Sant'anna¹⁷², com a vinda dessas duas missões houve um avanço considerável do presbiterianismo no Brasil, se fortalecendo no sudeste e ampliando seus trabalhos para norte e nordeste.

Sant'anna¹⁷³ nos diz que, nestes 150 anos de presbiterianismo no Brasil, a igreja presbiteriana tem mantido sua linha de pensamento forte quanto à evangelização, no Brasil e no exterior. Ainda segundo ele, houve fortalecimento e reorganização de seus educandários e a igreja tem produzido uma maior comunicação através de diversos meios.

No Espírito Santo, onde se localiza a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, o presbiterianismo chegou por volta de 1902, segundo Sathler no volume 1º de atas do Conselho da Igreja Presbiteriana de Alto Jequitibá, leste de Minas Gerais, folha nº 25, 13º sessão extraordinária na data de 18 de outubro de 1902, está registrado:

No dia 12 do corrente mês de outubro teve o prazer de pregar também pela primeira vez na Villa do Alegre, no Espírito Santo, onde existem diversas pessoas interessadas no Evangelho, recebendo por pública profissão de fé e batismo os irmãos¹⁷⁴.

Complementa Sathler¹⁷⁵ que o próprio Reverendo Mathathias Gomes dos Santos em artigo para jornal oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil – O PURITANO, nº 1735, de 24 de março de 1940, diz: “Na Vila do Alegre, procuramos consolidar a obra iniciada em nossa primeira viagem”. E afirma ainda que na mesma Vila, onde haviam entrado pela primeira vez, com tanta perplexidade, abusando com ousadia de um convite, havia agora três famílias interessadas no santo evangelho.

¹⁷¹ FERREIRA, Julio Andrade. Galeria Evangélica. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1952. p. 17.

¹⁷² SANT'ANNA, 2009, p. 56.

¹⁷³ SANT'ANNA, 2009, p.110-111.

¹⁷⁴ SATHLER, Anderson. *Uma Igreja Centenária. A propagação do Presbiterianismo no Estado do Espírito Santo a partir do Leste de Minas. Igreja Presbiteriana do Brasil*. Vitória, 2003, p. 42-43.

¹⁷⁵ SATHLER, 2003, p. 49-51.

A chegada em Vitória se deu no ano de 1925, e segundo Sathler¹⁷⁶: “O Rev. Jader G. Coelho disse que a decisão tomada de enviar um missionário para Vitória (ES) prova que o Leste de Minas e o Estado do Espírito Santo estão fortemente ligados”. O escolhido para desenvolver os trabalhos na capital do Espírito Santo (Vitória), foi o Reverendo Mário Neves, ficando em Vitória de 1926, data de sua efetiva instalação, pois no ano de 1925 ele apenas havia visitado o local para encontrar uma residência própria, até 1930.

Inúmeros foram os Reverendos que passaram pela Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, a saber:

Mário Neves (1926 –1930 e 1934 – 1938); Trasilbo Filgueiras (1930 – 1934); Jader Gomes Coelho (1938 – 1942); Renato Ribeiro dos Santos (1945 – 1952); Joaquim Beato (1952 – 1954); Orlando Sather (1954 – 1961); Eduardo Coelho (1962 – 1975); Silas Rebouças Nobre (1977 – 1984); Hernandes Dias Lopes (1985 – até a presente data); Valdeci da Silva Santos (11.04.2000 a 17.09.2001 durante ausência de Hernandes Dias Lopes)¹⁷⁷.

A Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória se desenvolveu muito. No ano de 1981, foi lançada a pedra fundamental do templo que hoje se encontra na Avenida Beira-Mar. A ocupação deste templo aconteceu no ano de 1983 e a inauguração se deu no dia 26 de dezembro de 1984.

Segundo a Revista Comemorativa:

O templo foi projetado para 600 pessoas e na ocasião a igreja contava com 80 membros comungantes e 100 menores. A construção aconteceu durante o pastorado do reverendo Silas Rebouças Nobre, sob orientação técnica do presbítero Jairo Brasil, e tendo como mestre-de-obras Fernando Delacosta, hoje diácono da igreja¹⁷⁸.

A Revista Comemorativa¹⁷⁹, atualmente a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória conta com 695 membros comungantes e dirige um projeto assistencial de grande valor social, denominado Projeto Sarça que atende mais de 140 crianças. Este trabalho social é o principal objeto de análise para interpretação dos dados pesquisados a respeito do entendimento dos membros sobre cidadania e solidariedade.

¹⁷⁶ SATHLER, 2003, p. 127.

¹⁷⁷ Revista Comemorativa dos 80 anos de fundação da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória: 80 anos de fidelidade ao Evangelho. Vitória: Next editorial, dez. 2008. p. 29.

¹⁷⁸ Revista Comemorativa, 2008, p. 27.

¹⁷⁹ Revista Comemorativa, 2008, p. 28.

Outros trabalhos sociais que são realizados pela Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória também serviram como parâmetros para analisar o entendimento dos membros a respeito de cidadania e solidariedade, como foi o caso do Projeto Venturosa - PE, entre outros que acontecem esporadicamente. Adiante abordaremos aspectos sobre esses projetos sociais.

2.3 A PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA E O PROJETO SARÇA

Um dos trabalhos sociais de maior relevância, desenvolvido pela Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, é o projeto Sarça. Um projeto contínuo e que desenvolve suas atividades sociais há 17 anos. Esse trabalho social é desenvolvido no Bairro Forte São João em Vitória, anexo à Congregação Presbiteriana no Forte São João, próximo à sede da Primeira Igreja Presbiteriana.

O início desse trabalho social, segundo o Projeto Político Pedagógico do Sarça foi:

[...] em 1992, através de um ponto de pregação desenvolvido pela União de Homens Presbiterianos na casa de um dos moradores do bairro e membro da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória. O trabalho era apenas de cunho evangelístico e tinha como finalidade levar as boas novas de Jesus aos moradores daquele lugar¹⁸⁰.

Segundo a Revista Comemorativa a respeito do Projeto Sarça:

Tudo começou, quando desafiados por uma série de sermões pregados pelo Rev. Hernandes acerca da responsabilidade social da igreja [...] resolveram subir o morro com o firme propósito de reunir crianças e compartilhar com elas o evangelho, com a distribuição concomitante, de alimentos e outros donativos. O trabalho cresceu rapidamente e diante de necessidade de um local adequado para abrigar as crianças medidas foram tomadas¹⁸¹.

No desenvolvimento do trabalho evangelístico, observou-se a necessidade de um trabalho específico para as muitas crianças que estavam aparecendo para participar das atividades.

¹⁸⁰ SARÇA, Instituto. Associação Presbiteriana de Ação Social. Projeto Político Pedagógico. Vitória, 2007.

¹⁸¹ Revista Comemorativa, 2008, p. 30.

O trabalho era destinado a adultos e não para crianças. E segundo o Sarça¹⁸² “Isto trouxe grande satisfação para o grupo, mas também grande preocupação por parte da liderança, uma vez que o mesmo não era um trabalho específico para crianças. Daí a idéia e o início de algumas atividades evangelísticas com crianças”.

O Instituto Sarça possui um Conselho diretor cuja presidência é exercida por Geraldo Magela e, de acordo com ele, em depoimento à Revista Comemorativa¹⁸³ após a doação feita por um casal da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, o local foi reformado e se transformou na base de operações.

Com o tempo, novos imóveis ao redor foram comprados e hoje, neste local, funciona o Instituto Sarça e, em anexo, uma congregação da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória.

O Instituto Sarça é considerado, pela Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, o braço de sua ação social, que não para de dar bons frutos. Até o ano de 2000 os recursos eram exclusivos da Igreja, a partir daí surgiram parceiros no desenvolvimento deste trabalho social.

Segundo Magela¹⁸⁴: “as primeiras parcerias começaram a surgir em 2000, até porque a desvinculação do Instituto da Igreja só ocorreu em 1999, quando ele criou personalidade jurídica própria”.

De acordo, ainda, com o Magela¹⁸⁵ as atividades do Instituto sempre foram norteadas pela evangelização e ação social. Ele diz que o trabalho didático-pedagógico com as crianças começou de maneira simples, com acompanhamento e reforço escolar.

Após esta etapa ocorreu à oferta da musicalização e cursos de informática. Para a informática foi realizado uma parceria com o Comitê para a Democratização da Informática (CDI) tendo sido montado no Instituto Sarça um infocentro¹⁸⁶. Também contribuiu para a estruturação do infocentro a Unimed e a Vale (Vale do Rio Doce).

¹⁸² SARÇA, 2007.

¹⁸³ Revista Comemorativa, 2008, p. 30.

¹⁸⁴ Revista Comemorativa, 2008, p. 31.

¹⁸⁵ Revista Comemorativa, 2008, p. 31.

¹⁸⁶ Entende-se aqui como infocentro um espaço apropriado dotado de computadores e equipamentos de informática com conexão a internet, para ofertas de cursos e interação com o mundo virtual.

O Projeto Sarça começou a realizar um trabalho com poucas crianças, sendo que, em pouco tempo houve um crescimento numérico. Hoje, são atendidas em média 180 crianças.

Sendo assim, houve a necessidade de sistematização de um trabalho que atendesse às novas demandas e necessidades que emergiam.

É importante explicitar o objetivo geral do Projeto Sarça que é “[...] desenvolver ações educativas fortalecendo o sucesso escolar e o desenvolvimento social da criança e do adolescente”¹⁸⁷.

Além desse, são apontados como objetivos específicos:

Estimular um aprendizado crítico e a sociabilidade, buscando despertar as potencialidades nas crianças e adolescentes; Viabilizar a permanência e o sucesso escolar dos atendidos; Estimular o empreendedorismo juvenil viabilizando sua inserção no mercado de trabalho; Promover a integração entre Escola X Família X Comunidade X Atendidos¹⁸⁸.

A partir de uma melhor sistematização do Projeto Sarça, percebeu-se a necessidade de um trabalho realizado de forma continuada. Encaminhou-se “[...] ao Conselho Deliberativo da Igreja a solicitação e apoio na implantação de um Projeto que atendesse as necessidades diversas daquelas crianças, com vistas a um trabalho de cunho Social e Espiritual”.

Em 1994 foram contratados um educador e uma cozinheira, que diante da nova realidade e início de trabalho partiram para o campo. Através de um processo de triagem, realizado com visitas às famílias do bairro Forte São João, cadastrou-se 39 crianças, das quais 15 foram selecionadas para compor o primeiro quadro de crianças a serem assistidas pelo Projeto, ainda em processo de formação.

O número de crianças ainda era pequeno, no início do Projeto, e com muitas limitações. Um trabalho que estava se iniciando, e em cujas instalações básicas, ainda não atendiam a uma demanda maior, seria inviável ampliar naquele momento, sem a devida melhora nas instalações, o atendimento a um número maior de crianças.

O ano de 1994 findou com o atendimento a 25 crianças, demonstrando que o caminho estava certo e que tinha tudo para crescer.

¹⁸⁷ SARÇA, 2007.

¹⁸⁸ SARÇA, 2007.

Paralelo ao período de 1994/1995 iniciou-se no Bairro Jaburu, um trabalho com as mesmas bases do já realizado no Bairro Forte São João. Devido a isto e ao êxito dos trabalhos, surgia naquele momento à segunda unidade, já denominada Projeto Sarça, tendo como única fonte de sustento a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória.

A nomenclatura SARÇA foi cogitada ante ao símbolo da sarça ardente, planta originária do Oriente, que, segundo o livro de Moisés, em um dos seus encontros com Deus, ardia em fogo e não se consumia. Devido à analogia de vida e força que a passagem refletia foi incorporado à Associação tal nome. Em um determinado momento este nome já representou uma sigla. No entanto, hoje, seu significado restringe-se apenas à sua idéia original.

Apesar dos conceitos religiosos, havia muito mais a se fazer e como disse John Stott, citado no Sarça¹⁸⁹: “[...] não estamos lidando com espíritos desencarnados, para tratarmos só da questão espiritual; nem com corpos desalmados para pensarmos só em necessidades físicas”, daí se iniciou um trabalho mais expressivo com crianças e adolescentes atendidos.

Assim, o Projeto Sarça vem atuando nos bairros “*Forte São João e Jaburu*”, desde maio de 1994, propondo desenvolver um trabalho de cunho educativo, voltado para seus diversos campos, tais como: educação, cultura, lazer, esporte, saúde, alimentação e evangelismo, destinados às crianças e adolescentes na faixa etária de quatro a quatorze anos dos bairros e comunidades circunvizinhas.

Em 1999, o Projeto inicial começou a passar por um processo de reestruturação organizacional, revendo sua história e traçando seu plano de ação e vislumbrando o seu futuro. Com isso, tornou-se um programa complementar na área educacional, social e popular.

Atualmente, o Projeto Sarça atende 160 crianças e adolescentes, na faixa etária de sete a dezessete anos de idade, com atividades sócio-educativas, estendendo sua ação junto às famílias e comunidade na área de geração de renda e cursos profissionalizantes.

O trabalho com as famílias é realizado no sentido do acompanhamento e avaliação das atividades e o desenvolvimento das crianças, mas também são

¹⁸⁹ SARÇA, 2007.

oferecidas às famílias, palestras e orientação familiar sobre diversos assuntos.

Segundo Magela:

As crianças estão inseridas em suas famílias, e muitas demandas precisam ser trabalhadas em conjunto, de forma que possamos melhorar a qualidade de vida dessas crianças. Além das reuniões, que são bimensais, a nossa assistente social visita as famílias, ocasião em que são tratadas questões pontuais e levantadas demandas específicas, até em função daquilo que se percebe na vida das crianças e adolescentes que freqüentam o Instituto. Procuramos trabalhar caso a caso cada necessidade¹⁹⁰.

A entidade conta com um corpo funcional de um assistente social (coordenação geral), seis educadores sociais, duas cozinheiras, um auxiliar de serviços gerais, estagiários de nutrição, serviço social e psicologia, profissionais contratados para atuação no projeto sarça, além da atuação de voluntários.

O trabalho bem sucedido por parte do Instituto Sarça vem atraindo novas parcerias como, por exemplo, a Petrobrás, que firmou um convênio com o Instituto, com objetivo de geração de renda para as famílias assistidas. Segundo Magela:

A parceria com a Petrobras começou em julho de 2006, e foi a nossa primeira experiência na área de geração de renda. O projeto, com duração de dois anos, teve o objetivo de formar um grupo produtivo na área de moda no Forte São João, por sugestão da própria comunidade, e temos hoje um grupo de senhoras que obtém sua renda produzindo e comercializando sacolas ecológicas¹⁹¹.

O Instituto Sarça tem como objetivo, conforme relata seu presidente, o de ampliar os horizontes nas campanhas de arrecadação e parcerias futuras para além dos membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, buscando também parceiros da sociedade local e de grandes empresas.

Assim, busca ampliar suas parcerias além da Petrobrás, do CDI (Comitê de Democratização da Informática), da Vale e da UNIMED, como relatado anteriormente.

São parceiros também do Instituto Sarça, a Fundação Otacílio Coser, Grupo COIMEX, Banco do Brasil, Distribuidora Aurora, Programa Mesa Brasil, Rede Gazeta, entidades como a ACES (Ação Comunitária do Espírito Santo), Universidade de Vila Velha (Curso de Nutrição) Faculdades: Salesiano, EMESCAM e Metodista-ES (Curso de Serviço Social), UNIVIX (Curso de Psicologia), Escolas Municipais e Estaduais da Região de abrangência do Projeto e Prefeitura Municipal

¹⁹⁰ Revista Comemorativa, 2008, p. 31.

¹⁹¹ Revista Comemorativa, 2008, p. 32.

de Vitória (através da Secretaria de Municipal de Assistência Social – PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, CONCAV – Conselho da Criança e do Adolescente de Vitória, COMASV – Conselho Municipal Assistência Social de Vitória) Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude de Vitória.

Sobre o trabalho realizado até o ano de 2008, data do artigo da Revista Comemorativa dos 80 anos da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, com 16 anos de Instituto Sarça, Magela diz:

Contribuir para a melhora da qualidade de vida dessas pessoas, que são desprovidas, infelizmente, das mais simples necessidades – de habitação, instrução, alimento e até de afeto -, é um sentimento de alegria muito grande não só para mim, mas para toda a equipe de colaboradores, voluntários e estagiários, assim como para toda a congregação da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória¹⁹².

Quando se planeja algum projeto, elaboram-se metas, criam-se expectativas e existem objetivos a alcançar. Para que um projeto tenha êxito é necessário que à medida que se envolve e explora a realidade, haja flexibilidade nos objetivos e metas e ampliação do olhar sobre a realidade.

É importante amadurecer o olhar e se envolver de forma a transformar o meio em que o projeto está inserido. Acredita-se que o Projeto Sarça tem alcançado isso hoje.

O Instituto Sarça vem realmente desenvolvendo um trabalho social, que faz diferença na vida das crianças da região do bairro Forte São João, os relatos das entrevistas que serão trabalhados e analisados no terceiro capítulo, mostram várias falas a respeito desse trabalho.

¹⁹² Revista Comemorativa, 2008, p. 33.

2.4 A PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE VITÓRIA E O PROJETO VENTUROSA PERNAMBUCO

O Projeto Venturosa Pernambuco¹⁹³ foi um trabalho social de ação evangelística acompanhada de assistência médica, odontológica e social desenvolvido pelos membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória/ES com a Igreja Presbiteriana de Venturosa - PE – Igreja Presbiteriana do Brasil. Esse projeto foi desenvolvido entre os dias 21 a 27 de julho de 2008.

Segundo o relatório social¹⁹⁴, a iniciativa para que ocorresse o Projeto foi do Conselho missionário e seus membros, que assumiram o compromisso de adquirir um terreno para a construção do Templo Presbiteriano em Venturosa – PE, atendendo um desafio feito pela Banda Sal da Terra, por ocasião da Conferência Missionária 2007.

De acordo com André Vicente, presidente do Conselho de Missões da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória:

O conselho missionário é formado por membros que também participam de outras sociedades internas de nossa igreja, mas que sentem este chamado, essa vontade. São pessoas que estão efetivamente envolvidas com missões, participantes ativos do trabalho. Nós nos reunimos periodicamente [...] e nosso assunto é basicamente apoio, sustentação e oração por quem está no campo¹⁹⁵.

André Vicente¹⁹⁶ complementa que ao final da Conferência, após o desafio lançado pelo Pastor Hernandes Dias Lopes ao dizer: “Olha, eu lanço agora um desafio ao Conselho de Missões: de estar trabalhando com o objetivo de construir um templo no sertão”, a igreja já estava se mobilizando em torno da questão. O vocalista e líder da banda Sal da Terra, Marcos André Fernandes, comentou a respeito de conhecer um pastor chamado Mariano Alves Júnior que desenvolvia um trabalho, que exatamente era em Venturosa, interior de Pernambuco.

¹⁹³ Relatório Social do Projeto Venturosa: Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória. Vitória, Espírito Santo, 2008, p. 1.

¹⁹⁴ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 1.

¹⁹⁵ Revista Comemorativa. 2008 p. 38-39.

¹⁹⁶ Revista Comemorativa, 2008, p. 41.

Visitas foram feitas à região para se perceber a viabilidade do Projeto e no retorno à Vitória André Vicente diz:

Fizemos um projeto da obra, o Conselho da Igreja aprovou, e começamos a levantar os recursos, da ordem de R\$ 70 mil, para a construção do templo no sertão. Essa a estimativa de custo para comprar um terreno e erguer o templo. [...] Só com as doações e ofertas levantamos R\$ 81 mil. [...] Nós apresentamos o projeto ao Conselho da Igreja no dia 30 de dezembro de 2007. Em maio do ano seguinte, 2008, nós compramos o terreno e começamos a prepará-lo. Em julho, o templo ficou pronto¹⁹⁷.

O Projeto Venturosa contribuiu com o objetivo de promover a ampliação do reino de Deus e o exercício da diaconia, visando o bem estar social e comunitário naquela cidade.

Verificamos traços de solidariedade neste projeto, quando observamos a disponibilização dos membros em buscar construir juntos, um espaço físico, como é o caso do templo, para que ali pudesse se desenvolver uma comunidade cristã, e, além de outras ações para Venturosa.

Os recursos destinados ao Projeto Venturosa foram obtidos através de ofertas espontâneas de seus membros, onde toda a Igreja esteve envolvida nesta empreitada, ora consumindo, ora trabalhando, bem como ofertando.

Para a inauguração da nova igreja em Venturosa, PE, organizou-se uma caravana com 52 membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória que viajou cerca de 30 horas para o sertão. Segundo André Vicente:

O plano era chegarmos uns dias antes, fazer um trabalho de impacto na cidade e depois inaugurar a igreja no sábado, antes de irmos embora, à noite. [...] permanecemos lá por cinco dias. Levamos médicos, dentistas, enfermeiros, assistente social, pastores, um estilista e outros membros da igreja. Distribuímos quase uma tonelada de roupas e remédios que conseguimos com doações. Enquanto uma equipe prestava assistência, outra ia fazendo o trabalho de evangelização, batendo de porta em porta, falando de Deus, entregando bíblias, chamando o povo para participar da inauguração. Tínhamos uma equipe de jovem só para trabalhar com as crianças, à tarde, com música, teatro, lanche, tudo com cunho evangelístico. No dia da inauguração um rapaz cedeu para nós um salão ao lado da igreja recém construída e colocamos lá cadeiras e uma tela para transmitir o culto, porque já não cabia tanta gente. O templo comporta 120 pessoas e já tinha 140 lá dentro! Os dois espaços ficaram lotados de gente que estava conhecendo Deus. Muita gente aceitou Jesus¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Revista Comemorativa, 2008, p. 41-42.

¹⁹⁸ Revista Comemorativa, 2008, p. 42.

Entre as doações, segundo o Relatório Social¹⁹⁹, coletadas para distribuição em Venturosa, além dos remédios e roupas pessoais e de cama, mesa e banho, foram coletados calçados, acessórios e aproximadamente 25 colchões.

No primeiro dia de trabalho, 21 de julho de 2008, houve distribuição dos donativos a todos os moradores que procuraram nossos serviços. As famílias eram numerosas e cada membro podia levar para suas casas em torno de 2 peças, algumas levavam até 14 peças.

Cerca de 160 pessoas foram beneficiadas pelo trabalho social realizado, em torno de 1% da população da cidade, levando em consideração que Venturosa – PE possui 15 mil habitantes.

O Relatório Social²⁰⁰ relata que de posse de uma senha, os moradores responderam a um questionário para realização de um Levantamento Sócio-Econômico, aguardando, assentados em cadeiras preparadas para tal, o atendimento da equipe médica com a medição de massa corpórea e circunferência, aferição de pressão e batimentos cardíacos, exame de glicemia e orientações específicas ou aconselhamento, quando houve necessidade.

Apenas ao término deste atendimento eram conduzidos para o recebimento das doações, “[...] o significado desta ação era assistir a comunidade local em suas carências materiais, físicas e espirituais, contemplando a integralidade do ser humano”.

De acordo com o Relatório Social:

Embora as doações tenham oferecido satisfação à comunidade, a assistência social não contempla este tipo de ação por ser extremamente paliativa e de auxílio imediatista, sem eficácia e sem possibilidade de conduzir o ser humano ao desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, ignora todas as habilidades técnico-científicas do Serviço Social, enquanto profissão. Para tanto, foi elaborado um Levantamento Sócio-econômico que foi aplicado com a finalidade de construir um Diagnóstico Social da cidade de Venturosa e viabilizar o acompanhamento, através de visitas pelos membros da igreja da cidade, àquelas famílias assistidas naqueles dias, bem como avaliar projetos que visem atenção especial aos problemas detectados neste documento²⁰¹.

¹⁹⁹ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 2.

²⁰⁰ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 2.

²⁰¹ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 3.

É importante perceber esta avaliação crítica que o próprio documento (Relatório Social) elaborado pela equipe que desenvolveu este trabalho social em Venturosa nos traz.

Ele confirma que esse tipo de trabalho social não consegue de imediato alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento humano e social. Por ser um trabalho bem rápido, de poucos dias, ele não traz qualidade de vida à população, principalmente sendo esta de extrema vulnerabilidade e com diversificadas expressões da questão social²⁰².

Não devemos, porém, deixar de acreditar e de ter esperança neste tipo de trabalho, uma vez que quando se planta uma semente pode-se colher bons frutos, desde que se regue e adube bem a planta.

Acreditamos que todo este solidário trabalho desenvolvido, a construção da igreja, as relações estabelecidas com a comunidade e com a prefeitura local, pode prever um acompanhamento dessas famílias posteriormente.

O Relatório Social²⁰³ teria então o propósito de finalizar esse diagnóstico social retratando as condições sócio-econômicas do público atendido, disponibilizando-o ao Pastor Mariano, responsável pela Igreja de Venturosa, para a realização do monitoramento daqueles usuários junto à Secretaria de Assistência Social, Saúde, Educação e Urbanismo, ou seja, à Prefeitura de Venturosa, PE.

Assim serviria de subsídio para a fomentação e desenvolvimento de políticas sociais na implementação de projetos societários que promovam a melhoria na qualidade de vida daquela comunidade. Assim diz o Relatório Social:

A expectativa dos resultados deste empreendimento sócio-evangelístico foi e é a libertação de cativos do pecado e da opressão social, assim, consideramos que a divulgação deste documento poderá ser de grande valia para o pastorado local e para os missionários daquela região, bem como ao poder público e organismos não-governamentais²⁰⁴.

Segundo o Relatório Social²⁰⁵ muitos foram os objetivos alcançados pelo Projeto Venturosa desde a Integração da Igreja Presbiteriana de Vitória/ES com a de Venturosa/PE; Conclusão e inauguração do novo templo Presbiteriano em Venturosa; Colaboração na área de saúde inclusive junto ao hospital da cidade com

²⁰² Esse termo já foi esclarecido anteriormente na citação 117.

²⁰³ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 4.

²⁰⁴ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 4.

²⁰⁵ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 4-5.

realização de pequenas cirurgias; Realização do Levantamento sócio-econômico com elaboração do Diagnóstico Social da cidade; Realização de palestras nas Escolas públicas sobre diversos temas: HIV/AIDS; Noções de Higiene; Higiene Bucal (onde kits de higiene bucal foram distribuídos); Pregação da palavra de Deus; Trabalhos evangelísticos para crianças através de atividades específicas.

O Relatório Social²⁰⁶ discute também sobre o compromisso ético-político e cristão de cada um na contribuição e incentivo de as ações promovidas pelo poder público para que alcancem seus objetivos focando no compromisso de efetivar, através das políticas sociais, os direitos sociais, conforme prescrito na Constituição de 1988, capítulo II, Art. 6º que são os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O Projeto Venturosa desenvolveu, então, uma ação comprometida com os ensinamentos cristãos e com a integridade humana, atendendo às necessidades básicas e fomentando a promoção da qualidade de vida da população daquela região, em parceria com o governo local. Prestou assistência médico, odontológica e social e ofereceu a pregação do evangelho que é o poder de Deus para a salvação do ser humano.

A questão social, embora presente em todos os momentos do desenvolvimento econômico de todas as nações é, ainda hoje, especialmente no Brasil, fator limitante para a experimentação da justiça social de forma igualitária e sem fronteiras de classe, raça e etnia, descumprindo o artigo 5º, do Capítulo I da Constituição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Reforçamos, ainda, a necessária participação da comunidade nas tomadas de decisão que, sendo a maior interessada, deverá ser tratada como sujeito da ação. Tal desprendimento é que possibilitará a existência de uma gestão pública efetivamente democrática e participativa em todas as etapas do processo de

²⁰⁶ Relatório Social do Projeto Venturosa, 2008, p. 13.

Desenvolvimento Local, e, assim, oportunizar o acesso adequado às políticas sociais.

Os Governos, por sua vez, também vêm investindo no equacionamento e no tratamento da chamada política social de uma forma que começa a romper com a maneira tradicional de olhar o problema, incorporando em suas estratégias e em seus programas as idéias de descentralização, articulação, convergência e focalização das ações em locais determinados, assumindo a necessidade da parceria com o empresariado e com a sociedade civil e da participação da comunidade²⁰⁷.

As formas de conduzir e praticar as políticas públicas, não deve ser algo inerente apenas a órgãos governamentais, é preciso que haja participação, da sociedade em geral. Através do exemplo do Projeto Venturosa, podemos observar que as igrejas, de uma forma geral, têm muito a oferecer. Podem elas promover, resgatar, fomentar, organizar, informar, prevenir em favor da população.

Segundo a visão do Reverendo da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, Hernandes Dias Lopes²⁰⁸, a igreja precisa acordar para ser mais missionária; ela deve deixar de se voltar para si mesma, ou seja, deve pensar em si mesma tornando-se não como o Mar Morto que recebe as águas do Rio Jordão e não as distribui; ela precisa ser como o Mar da Galiléia que recebe as águas do Rio Jordão e as distribui. Ele acrescenta que missões precisam ser feitas aqui, ali e sem fronteiras. Precisamos ser ousados, arrojados, sermos luz para as nações.

Observamos que a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória se dedica e é incentivada pelas suas lideranças a práticas sociais, sejam elas num movimento de missões e evangelização ou mesmo de solidariedade para com o próximo. Ambos os trabalhos realizados pela igreja, tanto o Projeto Venturosa quanto o Instituto Sarça, realizam essas práticas e sintonizam-se com a fala de sua liderança.

3 – METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

²⁰⁷ FRANCO, Augusto de. *Por que precisamos de Desenvolvimento Local, Integrado e sustentável*. 2. ed. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000, p. 21.

²⁰⁸ Revista Comemorativa, 2008, p. 64.

A discussão teórica referenciada no capítulo 1 e 2, serve de fundamento e direção para um maior aprofundamento do conhecimento da realidade que se constitui objeto desta pesquisa, ou seja, o conceito e a compreensão de cidadania e solidariedade no discurso de membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, com base no trabalho social por ela desenvolvido, em especial nos projetos chamados comunitários.

3.1 Metodologia de Pesquisa

A metodologia utilizada para esta pesquisa é dividida em três modalidades: pesquisa bibliográfica, social e qualitativa. Foram computados dados quantitativamente para melhor entendimento da pesquisa e ilustrados na forma de gráficos, junto aos comentários referentes. A seguir descreveremos a respeito de cada uma das três modalidades de pesquisa citadas acima.

Em se tratando de investigação literária, que também têm sua relevância na construção de projetos de pesquisa, os autores colocam sua importância na continuidade das idéias propostas, afinal a pesquisa é contínua e a academia produz uma rede de conhecimentos.

Lakatos²⁰⁹ afirma que a pesquisa bibliográfica é caracterizada quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos, periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Lakatos nos orienta sobre a ciência e a pesquisa:

A própria ciência como um todo pode ser considerada um imenso programa de pesquisa com a suprema regra heurística de Popper: 'arquitetar conjecturas que tenham maior conteúdo empírico do que as suas predecessoras'²¹⁰.

²⁰⁹ LAKATOS, Imre. *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica*. In: LAKATOS, Imre e MUSGRAVE, Alan (org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 161.

²¹⁰ LAKATOS, 1979, p. 162.

Freire nos faz refletir afirmando a relevância da pesquisa com a objetivação de diferenciar o olhar do pesquisador e formador de opinião em tese.

[...] não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação²¹¹.

A pesquisa bibliográfica requer conhecimento de termos técnicos e sinônimos próprios da área a ser pesquisada, ela é imprescindível para qualquer pesquisa científica, e complementa o estudo de campo.

Registrar e organizar os dados bibliográficos referentes aos documentos obtidos e empregados na pesquisa científica faz parte da metodologia própria da pesquisa bibliográfica.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica o pesquisador tem como objetivos: desvendar, recolher e analisar as principais contribuições sobre um determinado fato, assunto ou idéia.

Para Pádua:

A Pesquisa bibliográfica é fundamentada nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa²¹².

Outra metodologia utilizada para realização desta dissertação, foi a pesquisa social, que se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, a compreensão sobre cidadania e a solidariedade na visão dos membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, mas toda riqueza presente na realidade e no conhecimento do objeto.

A pesquisa social tem como objetivos de acordo com Lakatos²¹³ relacionar o conhecimento humano a partir da leitura da ciência. O conhecimento a partir da pesquisa social torna-se objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível, daí sua importância.

Para tanto poderíamos especificar como objetivos: descrever a realidade sem lentes; usar a razão e não sensações ou impressões; criar sistemas de idéias

²¹¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 31.

²¹² PÁDUA, Elisabete. M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 10. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 16.

²¹³ LAKATOS, 1979, p.163.

organizadas racionalmente; incluir conhecimentos parciais em totalidade cada vez mais amplas; preocupar-se com leis ou normas gerais aplicadas a todos os fenômenos de certo tipo; verificar-se a veracidade das informações; é falível, reconhecer sua própria capacidade de errar.

A pesquisa social segundo Lakatos²¹⁴ envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Demo²¹⁵ viabiliza a produção de conhecimento através da pesquisa, pois a inovação de atitudes e formação acadêmica se faz a partir do olhar diferenciado do conhecimento empírico. A pesquisa social transforma hipóteses em conhecimento constatado, portanto científico, diferenciando a atitude vigente e viabilizando políticas.

Conhecimento inovador, entretanto, não se obtém pela cópia, reprodução, imitação, aula e prova, mas pela pesquisa como atitude cotidiana. Saber pensar e aprender a aprender correspondem ao compromisso de sair da mera cópia, para postar-se como capaz de construir conhecimento. E isto inclui, no mesmo processo, compreender e inovar a realidade.

Utilizou-se também para construção desta dissertação a pesquisa qualitativa, que expressa as “falas” dos sujeitos, objetos em análise.

Pesquisa qualitativa se baseia na busca profunda de entender um fenômeno específico. Ao invés da utilização de estatísticas, de regras matemáticas e de outros aspectos cartesianos, a pesquisa qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

O significado, os símbolos e a subjetividade tornam-se o conceito central para entender o fenômeno nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos.

²¹⁴ LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

²¹⁵ DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, p. 102.

A pesquisa qualitativa é mais participativa e, portanto, menos controlável. De acordo com Rey²¹⁶, os participantes da pesquisa podem direcionar o rumo da pesquisa em suas interações com o pesquisador.

Minayo²¹⁷ diz que a abordagem qualitativa não pode pretender o alcance da verdade, com o que é certo ou errado; deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade. Deve preocupar-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Baseando-se nesta tríade metodológica: bibliográfica, qualitativa e social realizou-se a construção desta dissertação.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica da entrevista.

Segundo Cruz Neto²¹⁸, a entrevista é o procedimento mais usual no estudo de campo, ele diz que a entrevista “[...] não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores sociais, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

Segundo Gil²¹⁹, com a entrevista podemos obter informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram.

A opção foi por uma entrevista semi-estruturada, que segundo Triviños²²⁰, parte de alguns questionamentos básicos preliminares, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e na medida em que vão acontecendo às

²¹⁶ GONZÁLEZ REY, Fernando. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os Processos de Construção da Informação*. Trad. Marcel A. F. Silva. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2005, p 45.

²¹⁷ MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 45.

²¹⁸ CRUZ NETO, Otávio. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 57.

²¹⁹ GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 113.

²²⁰ TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 146.

interrogativas elas se ampliam, sendo fruto de novas hipóteses que vão surgindo na medida em que se recebem as respostas dos informantes.

Para esta dissertação foram realizadas 12 entrevistas com membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória.

A respeito da Instituição em análise, já nos posicionamos na descrição de suas características, história e trabalhos sociais, constantes nesta dissertação no Capítulo 2. O roteiro com as entrevistas encontra-se no apêndice 1.

A partir da coleta de dados e de sua análise, pautado na reflexão teórica das duas categorias em questão, cidadania e solidariedade, desenvolvida no corpo desta dissertação, tentou-se responder ao objetivo desta pesquisa. Para entendermos melhor a utilização do termo categoria, refletimos o que diz Gomes:

A Palavra *categoria*, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para estabelecer classificações. Neste sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa²²¹.

Nos esforçamos para aproximar os resultados coletados empiricamente pelas entrevistas ao campo teórico da discussão bibliográfica e acadêmica, pretendendo chegar-se à respostas das questões levantadas enquanto problema de pesquisa desta dissertação.

No desenvolvimento desta análise de dados, realizou-se uma reflexão das questões e suas respectivas respostas, fazendo-se comparações entre as diversas compreensões apresentadas por cada membro entrevistado.

Utilizaremos para cada entrevistado uma letra, sendo expostas as respostas de acordo com nossa análise e critérios pré-estabelecidos.

A interpretação será baseada no método defendido por Minayo, que compreende dois níveis:

[...] o primeiro diz respeito à ideia de que não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento (...) o segundo se refere ao fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a

²²¹ GOMES, Romeu. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 70.

razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta²²².

Depois de realizada a transcrição das entrevistas com qualidade, respeitando na íntegra as expressões e idéias dos sujeitos da entrevista, será feita uma análise qualitativa dos dados, seguindo os passos sugeridos por Minayo²²³.

a) *Ordenação dos dados*: leitura e releitura do material, transcrição e organização das entrevistas coletadas;

b) *Classificação dos dados*: identificação do que é relevante no texto e sua articulação com as categorias já estabelecidas e outras mais de significância que possam surgir para agrupar elementos, idéias e expressões em torno de um conceito, tendo como base o objetivo do estudo.

c) *Análise final*: momento de estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, trazendo respostas aos objetivos da pesquisa e promovendo relações entre a teoria e a prática.

Os critérios para exposição das falas dos sujeitos da pesquisa, se fará na importância e relevância dentro das categorias cidadania e solidariedade e sua aproximação com a teoria desenvolvida nos Capítulos I e II.

3.2 Análise dos Dados

Ao se realizar um estudo com pessoas ou uma pesquisa qualitativa, devemos sempre ter em mente o universo a ser pesquisado, a percentagem de sujeitos a ser entrevistados. No caso desta pesquisa com os membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, nos propomos a pesquisar 12 membros em um universo de 695 membros comungantes.

Utilizamos a técnica da amostragem, como forma de obter informação com base percentual, sobre o totalidade dos membros. Assim poderíamos com uma

²²² GOMES, 1994, p. 77.

²²³ GOMES, 1994, p. 78-79.

parcela do universo da pesquisa (os entrevistados) termos um panorama do que pensam os membros da igreja como um todo.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa, acreditamos que a partir da reflexão dos entrevistados as questões propostas, poderá se perceber, mesmo que as vezes de forma subjetiva, o ideário dos membros da igreja.

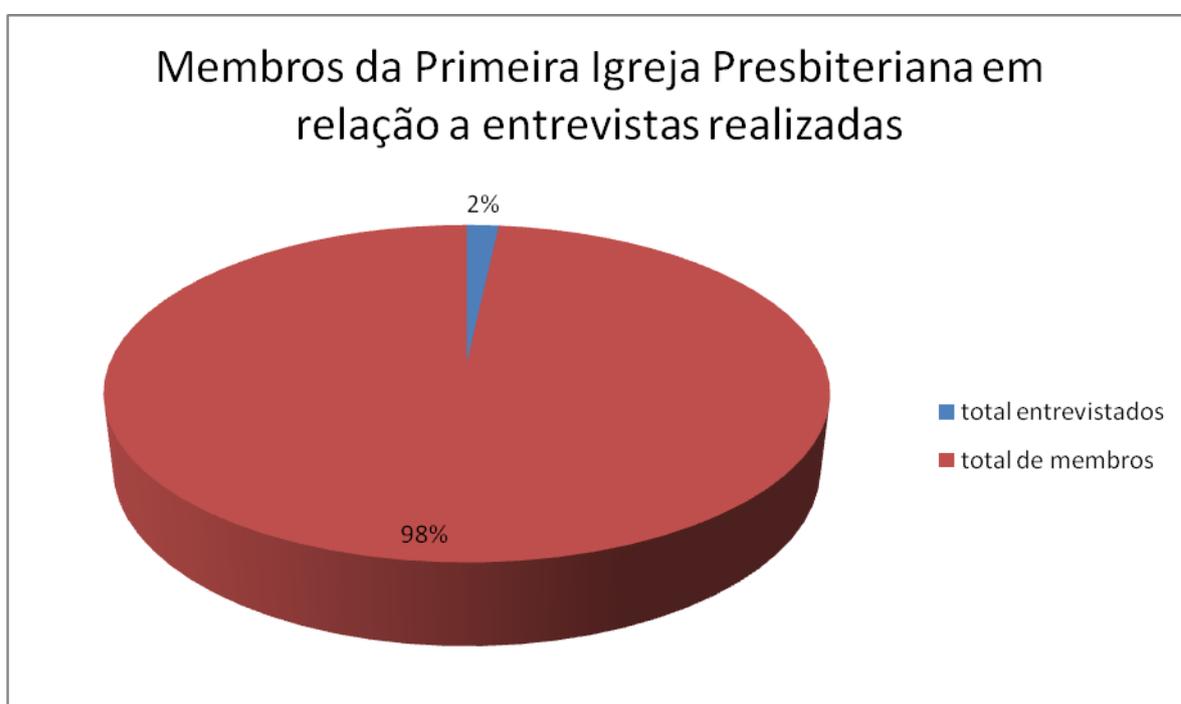
A escolha dos sujeitos de pesquisa para a realização das entrevistas foi aleatória. Os membros foram abordados e colocavam-se à disposição para a realização da entrevista. Assim marcava-se um local específico ou realizava-se a entrevista no próprio templo.

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória e o número de entrevistas realizadas, divididas por gênero.

Tabela 1 - Total membros da Igreja, total de entrevistas e divisão por gênero

SEXO	POPULAÇÃO	AMOSTRA
Masculino	304	7
Feminino	391	5
Total	695	12

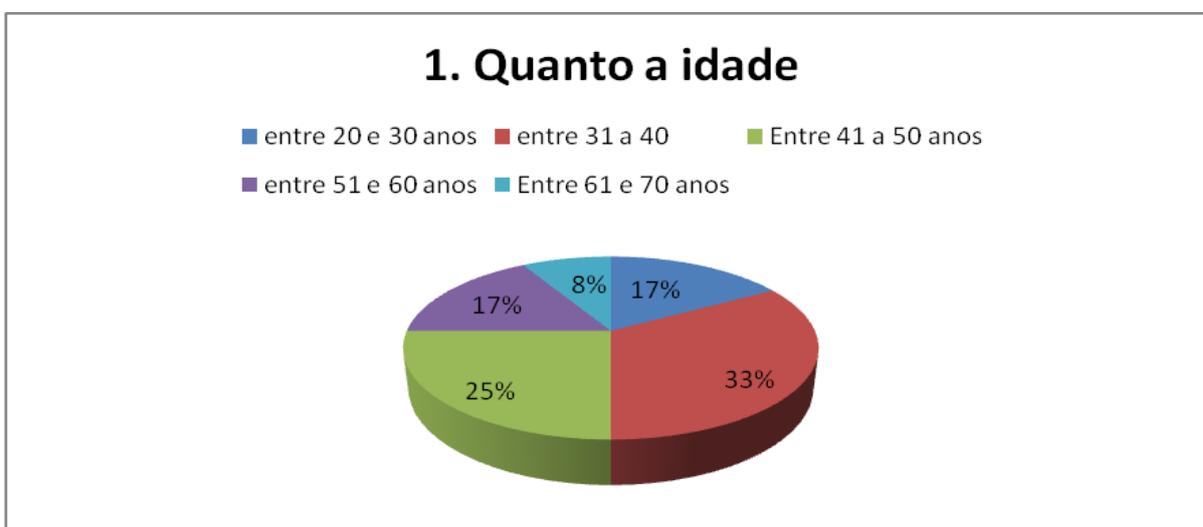
Gráfico 1



O gráfico 1 demonstra o percentual de entrevistados em relação a totalidade de membros da igreja. Ao todo foram entrevistados 2% do total de membros.

Traçaremos a partir daqui, o perfil dos membros selecionados para a entrevista, expressaremos através de dados quantitativos em formato de gráficos traduzindo os seguintes aspectos: 1) idade; 2) gênero; 3) estado civil; 4) escolaridade; 5) tempo que frequenta a igreja; e, 6) se possui funções específicas na igreja, perfazendo assim o total de seis aspectos.

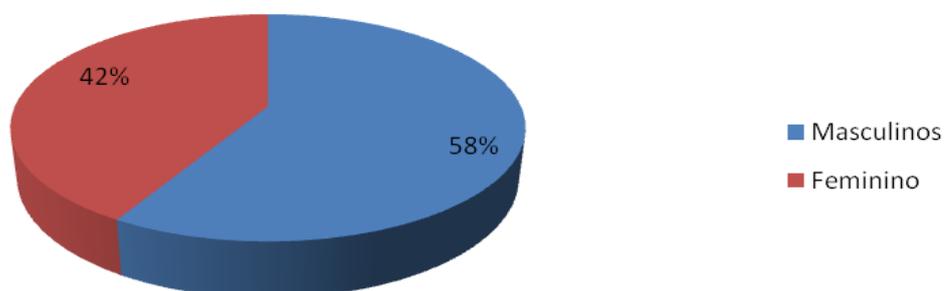
Gráfico 2



No gráfico 2 percebemos que a maioria dos entrevistados tem entre 31 e 40 anos 33%, seguidos por 41 e 50 anos 25%, o que nos leva a perceber um percentual significativo de pessoas adultas e um percentual pequeno de jovens.

Gráfico 3

2. Quanto ao gênero dos entrevistados

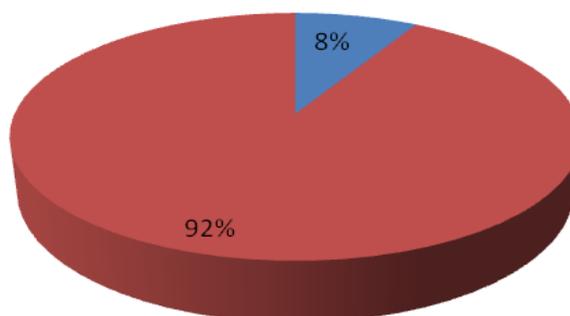


Em relação ao gráfico 3, há um equilíbrio do quantitativo de entrevistados do sexo masculino, 58% e do sexo feminino, 42%.

Gráfico 4

3. Quanto ao estado civil

■ Solteiro(a) ■ Casado(a)

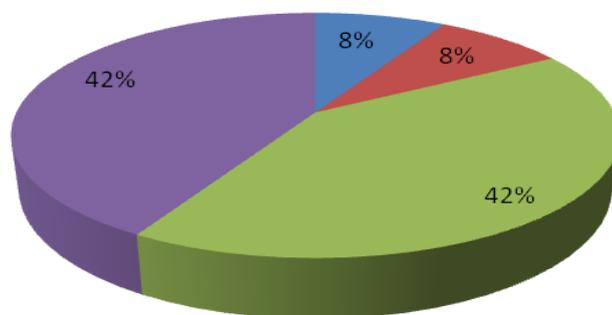


Observa-se no gráfico 4 que é quase unânime o índice de pessoas casadas 92%, tendo-se apenas 8% de pessoas solteiras.

Gráfico 5

4. Quanto a escolaridade dos entrevistados

■ Ensino Médio incompleto ■ Ensino médio completo
■ Curso Superior completo ■ Curso de Pós-Graduação

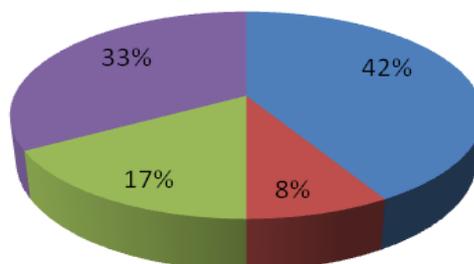


No gráfico 5, podemos observar que a maioria tem curso superior e pós-graduação, perfazendo um total de 84% dos entrevistados, o que pode nos ajudar a entender a facilidade da maioria dos entrevistados em se pronunciar e articular as respostas referentes a algumas questões.

Gráfico 6

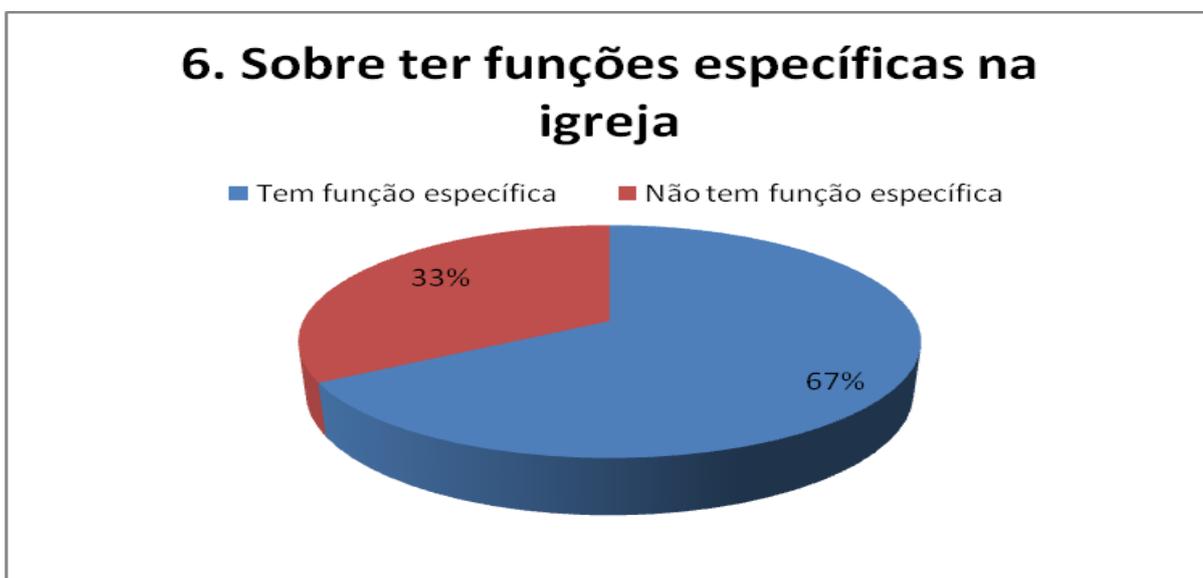
5. Quanto ao tempo que frequenta a igreja (em anos)

■ 1 a 5 anos ■ 6 a 10 anos ■ 11 a 20 anos ■ mais de 20 anos



No gráfico 6, observamos um fato interessante que é o de a maioria dos entrevistados, 42%, frequentar a igreja há apenas entre 1 e 5 anos, mas segue-se o fato de 33% serem frequentadores há mais de 20 anos, o que nos leva a perceber que gerações diferentes convivem dentro da igreja.

Gráfico 7



No gráfico 7, pode-se perceber que a minoria, ou seja, 33% dos membros, tem funções específicas dentro da igreja, o que nos levaria a crer que há uma participação dos membros em atividades das mais variadas desenvolvidas pela igreja. Apesar de 67% não possuir funções específicas, muitos relatam em suas entrevistas a participação em coral, atividades missionárias e atividades sociais em geral e dizem participar frequentemente dos cultos e da escola dominical.

Através da abordagem qualitativa realizou-se a primeira questão da pesquisa, sendo: “Qual seu entendimento sobre cidadania?”, as respostas podem ser agrupadas em dois entendimentos.

Em um primeiro entendimento os entrevistados B, D, E, F, G, I, J, foram unânimes em suas respostas, relacionando cidadania a questões de: relações de convivência social, regras e normas sociais, sociabilidade, ética e valores, civilidade, doutrina cristã, ajuda, cidadão que vive na pólis, respeito da lei. Vejamos a transcrição de algumas respostas:

“Cidadania é quando a gente respeita e colabora com situações para promover o bem comum [...] cidadania tem a ver com direitos e deveres”.
(Entrevistado B)

“Cidadania vem de cidadão, aquele que vive na pólis, na cidade [...] cidadania é a capacidade de você se envolver socialmente [...] você se relaciona num ambiente urbano e que tem que saber conviver com o outro [...]você tem que saber que está debaixo da lei, tem limite de seus direitos,

tem que respeitar o direito do outro. Você tem ética pra cumprir [...] as relações são reguladas pela lei”. (Entrevistado D)

“Cidadania para mim é o Estado preocupado com as pessoas, e isso parte de cada cidadão. Cidadania é você estar preocupado com o outro, não só o Estado, mas todos nós estarmos preocupados com o bem-estar do outro”. (Entrevistado E)

“Você está fazendo o bem para com a sociedade [...] você sendo honesto, sendo competente naquilo que você faz [...] tudo em cima da doutrina que você recebe, seja teológica ou familiar [...] trabalhando em prol da sociedade, sendo benéfico, isso é ser cidadão”. (Entrevistado F).

“Seria o ato de exercer para com o outro aquilo que você gostaria que fizessem com você [...] ser íntegro, honesto”. (Entrevistado G).

Em um segundo entendimento, entrevistados A, C, H, L, M relacionaram cidadania a questões de: participação política, lutas e conquistas, promoção e efetivação, positividade, formalidade, direitos e garantias constitucionais, dignidade, gozo dos direitos, direitos civis, políticos, sociais e econômicos, direito de ação. Vejamos algumas respostas:

“É você poder usufruir todos os direitos constitucionais que estão a disposição do povo brasileiro [...] ter acesso a todos os direitos e garantias que a Constituição Federal do Brasil disponibiliza para todos os brasileiros e estrangeiros aqui residentes”. (Entrevistado A).

“O conceito de cidadania é você viver como cidadão, usando das prerrogativas legais para você ter acesso aos meios que proporcionam a ter uma vida plena, com saúde, com educação [...] cumprir seus deveres observando a legislação, zelando pela cidade, pelas pessoas, zelando por aquilo que vai proporcionar uma vida melhor [...] cumprir seus deveres e usufruir das benesses da lei, do que a lei proporciona [...] como direito a educação, a vida, a ir e vir”. (Entrevistado C).

“É o cidadão se encontrar dentro de seu país, digno, defender suas idéias, cumprir as leis [...] compreender as suas obrigações. Por exemplo ele tem o direito de votar e a obrigação de escolher o representante digno, creio que isso se enquadra no princípio de cidadania”. (Entrevistado H).

“É a participação das pessoas na vida política onde você está inserido [...] seja na forma de você estiver. É ter o direito de agir”. (Entrevistado L).

“É uma pessoa viver de maneira plena, exercendo os seus direitos e respeitando os direitos dos outros, lutando pelos direitos dos outros [...] porque isso que causa a diferença [...] são muitas diferenças sociais, diferenças de oportunidades [...] cidadania é promover as coisas, para que elas se efetuem realmente”. (Entrevistado M).

A segunda questão traz o seguinte questionamento: “Você acredita ser importante que a igreja se envolva com a luta pela cidadania? Como isso poderia ser realizado concretamente?”.

As respostas foram unanimemente positivas, defendeu-se a participação da Igreja na perspectiva da cidadania.

Entretanto, é importante perceber, como na primeira questão, que há por parte da maioria dos entrevistados, um entendimento ainda distante da cidadania pretendida como análise da discussão teórica deste trabalho.

Cidadania entendida enquanto direitos acessados por todos e que garanta patamares onde se usufrua de benefícios sociais que produzam qualidade de vida.

Vejamos algumas respostas sobre a segunda questão:

“Com certeza, a fé sem obras é morta, a luta pela cidadania é uma obrigação nossa. Se você consegue fazer essa inclusão de pessoas, que é papel sim da igreja, você pode formar cidadãos [...] contribuir para a formação de pessoas conscientes, é uma forma de melhorar a sociedade. Você forma cidadãos se você faz a inclusão de pessoas comprometidas com a palavra, obedientes a lei, pessoas sérias e corretas, que fazem exigências de acordo com a lei. O evangelho pode mudar esse país [...] com pessoas em pleno exercício de cidadania, a corrupção com certeza seria menor nesse país, o número de miseráveis seria menor [...] os benefícios seriam muito maiores se o número de pessoas vivendo a cidadania de forma concreta fosse maior”. (Entrevistado A).

“Com certeza, o primeiro ponto para a igreja, é se importar com as coisas espirituais, mas é difícil falar de Cristo para quem está com fome [...] é difícil falar que Cristo salva quem Cristo perdoa para quem está com frio [...] uma coisa dá suporte a outra [...] dentro da cidadania se a gente se envolver enquanto igreja, no aspecto de ampliar a sua mesa, o seu cobertor, sua comida [...] as pessoas vão entender racionalmente o que é evangelho [...] fazer entender aquelas pessoas que não tem acesso aos meios mais básicos de sobrevivência. A igreja é efetivamente um agente de efetivação da cidadania [...] a gente tem um bairro que a igreja frequenta (Forte São João). Se cada igreja como a primeira igreja procurar agir ou praticar a cidadania, como tem sido feito no Jaburu e Forte São João que tem um risco muito grande, estaríamos ampliando a cidadania. Muitas das vezes a gente fica pensando fora dos muros e dentro do muro não ajuda [...] a gente concretizando essas ações de cidadania dá um grande passo, é importante a igreja pensar nisso. A proposta do projeto sarça é essa, abraçar quem está perto, próximo a igreja [...] o projeto sarça é um projeto social”. (Entrevistado C).

Os entrevistados A e C, positivam suas respostas e contextualizam, conforme suas impressões do entendimento de cidadania. Aproximam suas reflexões às práticas da própria Igreja, estabelecendo relações entre questão social, cristianismo, evangelho, direitos e cidadania. Elucidam que a prática verdadeira de um evangelho e um trabalho social praticado pela Igreja pode realizar a inclusão de pessoas ao patamar de cidadão.

O entrevistado B reflete o envolvimento da Igreja, porém questiona uma prática maior, expressando que há muita pregação (teoria) e pouca prática.

“Claro [...] a igreja está caminhando pra isso, tem os projetos, mas, ela pode fazer muito mais [...] eu acho que se prega muito e faz pouco [...] a gente pode se envolver muito mais”. (Entrevistado B).

Vejamos a resposta do entrevistado D, que faz uma reflexão diferente mais ligada ao exemplo de Cristo, e que com uma visão de exemplo cristão, traz a idéia de sermos sal e luz, essencial, se partirmos do ponto de vista cristão de que somos todos iguais perante a Deus.

“Sim, eu acho sim. O fator principal, primordial da igreja é a pregação do evangelho [...] o ministério de Jesus era o ministério das cidades, era no ambiente das cidades que o ministério acontecia [...] você percebe isso nos evangelhos, ele pregava nas cidades, nas aldeias e nas sinagogas, ensinava as pessoas dentro das cidades, ele curava dentro das cidades [...] ele fazia ação social também [...] o papel da igreja é essa imitação de Cristo nas cidades. Pregador o evangelho, preparar os de dentro para trabalhar fora [...] Jesus se importava com as crianças com a viúva de Naim, com o doente, com o órfão. O papel da igreja é esse, papel de preparar os de dentro para proclamar o evangelho genuíno na cidade, ser sal e luz e também de ajudar de qualquer forma [...] a ajuda principal da igreja é de mudar a estrutura, preparar os de dentro a ser sal e luz [...] mudança de estrutura [...] por exemplo, se tem um advogado na igreja, ele vai mudar a estrutura se viver genuinamente o evangelho, o médico crente genuíno vai mudar a estrutura do hospital, e o empresário cristão vai mudar a estrutura do empresariado a partir de sua empresa [...] esse é o papel da igreja na cidadania, na construção do cidadão, você prega, você ensina para as pessoas a cuidar umas das outras [...] por exemplo, um fato que aconteceu comigo. Ninguém assinava a carteira de trabalho para trabalhadores domésticos, mas eu assinei a carteira de trabalho da pessoa contratada pela minha esposa [...] isso aconteceu em Afonso Claudio [cidade do interior do Espírito santo], nós precisamos de uma pessoa para atividades domésticas, e na cidade todo mundo contrata pela metade do salário, uma exploração mesmo [...] e nós pagamos o salário, pagamos o INSS, e ninguém acreditava, diziam: _ o que é isso? Como você arrumou isso? [...] Isso serviu para testemunho, porque eu respondia: _ Faço não porque sou bonzinho, mas por ser o correto. O bom testemunho contribui para a glória de Deus [...] você tem a cosmovisão [...] você olha com o olhar de Cristo [...] a igreja não é armazém de secos e molhados onde se empilha sacos de sal e caixas de lâmpadas, a igreja é para brilhar”. (Entrevistado D).

O entrevistado F, reflete uma visão da Igreja como um conjunto que chama de evangélicos e de corpo de Cristo, aponta aspectos sociais do papel deste corpo. Para o entrevistado I a igreja deve ser sal e luz e se envolver com políticas públicas.

“Todos nós evangélicos fazemos parte do corpo de Cristo, todos nós somos importantes [...] algumas pessoas sabem ser corpo outras vão entendendo no seu caminhar, entendendo que um corpo não trabalha sem o olho, sem o intestino [...] assim é a igreja de Cristo para mim, todos têm uma função específica [...] se todos não trabalharem em harmonia, a igreja de Cristo não cresce. A igreja tem uma função muito importante. A igreja forma cidadãos

[...] então a igreja tem essa responsabilidade [...] Essa igreja [Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória] se envolve, tem o projeto sarça, que é um grande projeto de formação de cidadãos porque, se você vê aqueles meninos que estão jogados na rua [...] aí você entra (no projeto sarça) e vê o foco da igreja [...] o objetivo do projeto para a igreja é o de mudar o jeito deles verem a vida [...] então isso nem precisa discutir”. (Entrevistado F).

“Claro. É missão de a igreja ser sal da terra e luz do mundo, promover políticas públicas. Igreja é braço do Estado nas ações sociais”. (Entrevistado I).

Outros entrevistados acreditam ser importante o envolvimento da igreja com a cidadania, como os entrevistados G e J, e fazem relações com benesses, caridade, doações.

“Sim [...] acho que Jesus foi alguém que exerceu isso então todas as igrejas que seguem a Ele [Jesus] devem fazer o mesmo. O projeto Sarça trabalha com crianças e também fornece cestas básicas a quem procura a igreja”. (Entrevistado G).

“Sim. É obrigação da igreja, é uma ordem. Devemos participar de campanhas de doações. A igreja deve envolver profissionais da igreja, médicos, dentistas, advogados, assistentes sociais nas ações sociais. É importante beneficiar pessoas carentes financeiramente com doações, com alimentos”. (Entrevistado J).

O entrevistado M faz uma reflexão bem interessante sobre o papel da igreja na promoção da cidadania; estabelece uma relação da igreja com a comunidade a qual está inserida, na luta pelo bem estar de todos e na defesa dos direitos.

“Claro, a igreja deve estar engajada como todo brasileiro. A igreja tem que estar na linha de frente [...] para exercer o evangelho pleno, que é o bem estar de todos. Ela (a igreja) tem que defender os direitos [...] não abrindo mão de seus princípios, mas na linha de frente. Aqui na Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória isso já acontece. Tem sempre o departamento social, um departamento que promove esse tipo de ajuda [...] eu acho que o homem não pode ficar só [...] ele tem que se envolver nisso, a igreja não pode se isolar [...] a igreja tem que fazer [...] promovendo alfabetização, começando o atendimento à própria comunidade [...] o cristão tem que viver o que ele prega [...] onde tem um projeto você tem que ir lá e ajudar”. (Entrevistado M).

A terceira questão questiona sobre: “O que você entende sobre solidariedade?”. A maioria dos entrevistados A, B, E, F, G, H, I, J, L expressam seu entendimento sobre solidariedade relacionando-o a empatia, ajuda, cooperação, emotividade, misericórdia, compaixão, amizade, amor, amenizar dores, suprir necessidades, envolver-se, dividir, retribuição, suporte, agradecimento a Deus. Vejamos alguns exemplos:

“Solidariedade é uma forma de você agradecer muito a Deus o que você tem [...] de que Deus não te deixe esquecer aqueles que não têm [...] e na medida de sua disponibilidade ajudar [...] não falo uma ajuda individual [...] mas falo em procurar uma instituição séria que alcance um grande número de pessoas necessitadas [...] falo da importância de você fazer uma contribuição, disponibilizar uma ajuda, dar instrumentos ao trabalho desenvolvido por esta instituição [...] nós temos o projeto sarça, que auxilia jovens em situação de risco. A igreja tem o auxílio a missionários, que abandonam o conforto de sua casa e se embrenham por cantos do mundo para levar o evangelho [...] solidariedade é você poder dividir o que você tem com aqueles que estão realmente em necessidade”. (Entrevistado A).

“É você colocar o seu coração na miséria do outro [...] deixa eu te dar um exemplo [...] eu gosto muito de [ler e assistir] jornais e entrevistas, então a gente vê os problemas, e eles dão o telefone das pessoas necessitadas, aí você pega o seu telefone e liga e diz: _ Eu posso ajudar dessa forma [...] contribuindo de alguma forma para ajudar a pessoa necessitada. Ser solidário é isso”. (Entrevistado E).

“É você ser solícito com o outro, é você ter o coração misericordioso [...] é você ser integrante dessa sociedade, ajudando de qualquer forma, de acordo com a sua disponibilidade, que só você pode saber como”. (Entrevistado F).

“Exatamente diferente de egoísmo, você olhar pro outro [...] é você olhar a necessidade do outro. Infelizmente nós estamos num país que muitos têm pouco e poucos não têm nada [...] o exemplo atual que estamos vivendo são as muitas enchentes que estão acontecendo [...] eu fico feliz em participar do socorro a essas pessoas [...] creio que tudo isso esta na solidariedade”. (Entrevistado H).

“É pensar além do próprio “umbigo”. É amenizar as mazelas sociais [...] amenizar as dores do outro [...] é se envolver com a necessidade do semelhante”. (Entrevistado I).

“Compaixão de diversos tipos por pessoas necessidades, é sentir amizade por quem não se conhece direito [...] é se colocar no lugar do outro, sentir misericórdia pelas pessoas necessitadas. É ajuda por amor [...] a solidariedade é um sentimento do coração”. (Entrevistado J).

“Solidariedade é a empatia com o seu próximo. É você fazer para o seu próximo o que for possível [...] ser solidário é se colocar no lugar do outro [...] e não ficar só dizendo: _ Aí que pena! Tadinho! [...] quando você está na igreja ser solidário fica mais fácil [...] para as pessoas que participam de uma sociedade interna (grupos da igreja) fica mais fácil. O grupo de juniores, (grupo com faixa etária de 10 a 12 anos), eles querem participar, então, você chama os pais e explica a atividade ou ação e dentro da realidade deles, é claro eles ajudam no que podem (autorizados pelos pais)”. (Entrevistado L).

O entrevistado D reflete a solidariedade de forma diferente, com reflexões sobre o exemplo de Jesus e a questão da Igreja, o importar-se com o outro e entender o outro, a solidariedade deve fazer parte do ensino da igreja.

“Ser solidário [...] você só é solidário quando você se importa com o outro, quando você está entendendo o drama do outro [...] então você vai ajudá-lo [...] e a fundamentação para isso nós vemos na passagem bíblica do sermão da montanha, onde Jesus coloca sobre a oração: Você pode pedir e receberá, vai buscar e achar vai bater a porta e abrir-se-vos-á, fala do respeito de pai, de um Deus perfeito que dá coisas boas para seus filhos [...] nesse contexto de petição Jesus coloca como uma pérola, você pode pedir o que você quiser, porque Deus é bom ele vai te dar, mas depois no verso 12 capítulo 7 de Mateus, Jesus diz: _ Porém faça com os outros, o que gostaria que fizessem com você [...] quando você tem essa consciência, você é solidário, tudo o que quando você quer para você, você fará para o outro [...] é isso que deve ser feito, esta questão da solidariedade está escasso na igreja [...] no ensino da igreja [...] uma vez eu fui falar disso, num ambiente religioso e um empresário se levantou e disse não é bem assim [...] mas eu disse, isso está claro, se você se colocar no lugar de alguém que está necessitando, isso é ser solidário, é entender o outro, se importar com o outro”. (Entrevistado D).

Os entrevistados C e M são os únicos que comentam a solidariedade envolvida com a cidadania, além de falar de dividir o que se tem, do evangelho e do serviço o que podemos relacionar com diaconia.

“Solidariedade está interligada com cidadania [...] cidadania seria você usar suas prerrogativas legais e ser cidadão [...] ter direito a saúde, a educação [...] solidariedade é você distribuir o que você tem, mas não aquilo que sobra, porque isso é fácil, mas o que você tem [...] esticar o seu cobertor [...] esticar a sua mesa de comida, para que alguém possa comer com você [...] levar aqueles que nos cercam aquilo que a gente tem”. (Entrevistado C).

“Cidadania seria dar a promoção de igualdade às pessoas [...] solidariedade é dividir o que eu tenho com os outros [...] solidariedade de serviço, tempo, de atenção, o que você puder dividir. A solidariedade é um princípio bem ligado ao evangelho [...] nós temos que amar os outros como a nós mesmos [...] o dia que eu amar alguém [...] o dia em que eu desejar para alguém o que eu desejo pra mim, eu vou ser solidário com todo mundo [...] eu preciso dividir [...] as vezes a gente se acomoda fica lutando por algumas coisas e se esquece de dividir o pouco ou o muito que a gente tem”. (Entrevistado M).

A quarta questão está relacionada ao engajamento da igreja na solidariedade: “Você acha que as igrejas inclusive esta, devem se engajar na solidariedade? Você acredita que elas fazem isso, de que forma?”.

Nesta questão aparece por unanimidade a confirmação positiva, de que a igreja deva se envolver com a solidariedade. Deve ficar claro que o entendimento da maioria dos entrevistados a respeito de solidariedade vai ao encontro de sentimentos de empatia, ajuda, cooperação, emotividade, misericórdia, compaixão, amizade, amor, amenizar dores, suprir necessidades, envolver-se, dividir, retribuição, suporte, agradecimento a Deus. Assim verificamos que mesmo sendo

atitudes dignas, não correspondem plenamente à discussão teórica sobre solidariedade apresentada neste trabalho.

Alguns entrevistados, A, B, I, L, relacionam a solidariedade ao Projeto ou Instituto Sarça, assunto abordado como prática social da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória no segundo capítulo desta dissertação. Comentam também sobre atividades de visita hospitalar com oferta de lanches no Hospital São Lucas.

“Com certeza [...] a gente já se engaja [...] o projeto sarça é um trabalho solidário, que tem rendido frutos [...] a sede onde está localizado é muito complicado [...] nós temos conseguido levar dignidade a muitos jovens que não conhecem o outro lado [...] nós temos tentado mostrar aos jovens a possibilidade de ver que a vida tem outro lado [...] tem muitos jovens que saem do projeto (sarça) com o sentimento de dignidade humana, sentimento de cidadania, este é o objetivo do nosso projeto (sarça) [...] você as vezes cresce num meio que não vê o outro lado [...] considera a violência como algo normal [...] é normal usar drogas, é normal parar de estudar”. (Entrevistado A).

“Sim, essa questão de solidariedade tem a ver com o instituto sarça [...] também, além do sarça, toda sexta-feira é preparado lanche para as pessoas que tem algum familiar internado no hospital São Lucas [...] lá no hospital tem a oração, mas você leva o lanche pra quem ta lá esperando o lanche [...] eles já sabem que o lanche vai chegar [...] e tem o projeto sarça [...] que tem as crianças que são atendidas [...] foi dado o kit escolar às crianças que participam do projeto”. (Entrevistado B).

“Deve fazer atividades sim. A missão da igreja é fazer diferença no mundo. Sim a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória faz essa diferença com os projetos sociais no Morro do Jaburu e no Forte São João, e com o trabalho semanal no hospital com lanche, levando a palavra, e a assistência emocional aos familiares dos internados”. (Entrevistado I).

“Acho. Acho que a igreja poderia fazer mais [...] mas faz [...] um exemplo são os projetos [...] agora no final do ano (2009) ficou mais exarcebado os pedidos e apelos para ajudar [...] as pessoas se reuniram, foram até o pastor [...] que estava encabeçando, junto com um presbítero esses pedidos para ajudar as crianças [...] nós colaboramos para dar uns kits para umas crianças [do projeto sarça] [...] nós colaboramos com doação de kits escolares, que é melhor do que brinquedos [...] que estimula a criança com material novinho a estudar [...] tem o lanche no hospital São Lucas [...]. a situação do pessoal no São Lucas é muito ruim [...] as pessoas ficam no corredor”. (Entrevistado L).

O entrevistado D comenta também do Projeto ou Instituto Sarça, mas aborda também a prática missionária da igreja, acreditando que o envio de missionários promove a solidariedade por onde eles passam, diz que o evangelho que se vive genuinamente transforma.

“Eu acho. E a igreja se engaja [...] ela envia missionários, ajuda missionários [...] parece pequena, mas não é, porque ajuda muitas pessoas, isso é uma solidariedade indireta, um trampolim para a solidariedade [...] ao

mesmo tempo que você ajuda um missionário, você ajuda muitas pessoas [...] como? Ele pode ser um missionário médico, um missionário professor, um missionário que vai criar mecanismos para melhorar as condições sociais do lugar para onde foi enviado [...] o evangelho quando é vivido genuíno, ele transforma [...] e tem o projeto sarça, que é genuíno. Crianças passaram pelo projeto, mesmo que não sejam crentes, mas vão ser bons cidadãos [...] gente que não podia sonhar, pode sonhar agora por causa do projeto sarça [...] o projeto é uma forma muito clara de solidariedade [...] a igreja tem esse projeto [...] as pessoas deveriam se envolver mais [...] conhecer as crianças [...] teve um kit escolar lá esse ano [2009], que foi muito legal, porque a gente quis agregar ajuda aos pais e crianças porque todo mundo quer material escolar novo [...] aqui na Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, as pessoas são muito solidárias na questão financeira [...] isso não é pouca coisa [...] tem gente que acha é fácil dar dinheiro, botar a mão no bolso, mas não é [...] a parte financeira não é fácil [...] a campanha foi adote uma criança [...] foram adotadas 130 crianças [...] foi no fim do ano [2009], era pra ser no meio do ano [2009] [...] o interessante foi você juntar pessoas de diferentes níveis financeiros para este fim de ajudar”. (Entrevistado D).

Os entrevistados E e F comentam sobre o Projeto ou Instituto Sarça, e trazem também em suas falas aspectos do projeto Venturosa que também foi tratado no segundo capítulo desta dissertação e o entrevistado F aponta um trabalho social parecido com o Venturosa no Mato Grosso do Sul.

“A igreja é muito solidária [...] as pessoas são muito prontas em ajudar [...] a nossa igreja tem um nível financeiramente alto, mas mesmo as pessoas pobres querem ajudar [...] olha o projeto Venturosa foi assim, eles vieram, contaram o problema pra nós e o que foi pensado a partir do pedido deles foi feito com dinheiro dos membros da nossa igreja [...] todos contribuíram [...] foi feito sem tirar dinheiro dos cofres da igreja [...] a igreja se envolveu como um todo [...] tem um outro projeto que aconteceu agora [...] foi envolvendo o projeto sarça [...] as crianças do sarça são pobres e eles desafiaram a igreja [...] cada pessoa deveria adotar uma criança, e para isso deveria doar um kit escolar R\$40,00. Era preciso contribuir para ajudar [...] e eles [o pastor e o presbítero organizadores] disseram: _ Nós vamos procurar você [...] mas nem precisou, eu fui uma, eu cheguei e adotei [...] teve gente que adotou 10 crianças, porque tem um poder aquisitivo alto, e foi um trabalho lindo [...] material de primeira qualidade [...] isso também gosto da igreja, aqui se faz sempre o melhor [...] compra-se como se fosse para você [...] eu acho a minha igreja solidária”. (Entrevistado E).

“Claro que sim, Jesus cristo já pregava isso. Você prega a palavra do Senhor, você deve ser solícito [...] sim, com certeza, é só você ver os projetos sociais dessa igreja [...] como sarça, do Romão [Forte São João], o que mais conheço é o sarça [...] Venturosa do nordeste e tem o projeto do sul, que é a construção da igreja”. (Entrevistado F).

Os entrevistados C, H, M falam um pouco de solidariedade com relação ao evangelho, e especificamente o entrevistado M amplia a atuação da igreja relatando outras atividades que considera de solidariedade.

“Com certeza. Como eu falei, é difícil levar o evangelho pra quem tá com fome [...] se a fome dele suplanta o vazio do coração dele [...] eu acho muito

importante as igrejas se envolverem nessas ações de solidariedade, mas não de festa de natal, não imediatista, mas uma solidariedade mediatista, efetiva”. (Entrevistado C).

“Com certeza, você pode e deve dar o alimento espiritual, mas também o material [...] porque não adianta só pregar o evangelho, a pessoa pode ficar rica com a palavra e morrer a míngua. As igrejas têm sim que se envolver nisso [...] sempre que há uma necessidade, sempre que é exigida, a igreja se apresenta [...] sempre que há um chamado, acontece o movimento, a igreja participa, as pessoas se mobilizam [...] creio que não de forma tão efetiva quanto deveria, mas participa”. (Entrevistado H).

“Acho sim, como igreja e como pessoa, como o indivíduo e como evangélico, e digo como seguidor de Jesus [...] no sentido da orientação dada pela igreja [...] porque a pessoa então que segue a orientação ela tem que ser solidária [...] ele devia até ser mais [...] porque a igreja evangélica segue o evangelho [...] muitas vezes a gente se fecha num mundinho, e não abre o leque maior [...] olha, a gente atende muitas pessoas, nos hospitais, nós temos um grupo que atende o pessoal no hospital São Lucas e outro grupo que faz um trabalho no hospital HPM [Hospital da Polícia Militar] [...] a igreja tem várias segmentos [...] sociedade de homens, sociedade de mulheres, sociedade de jovens e cada sociedade tem um planejamento social [...] eu acho que a gente pode se envolver mais [...] na sociedade de mulheres a gente tem a preocupação de visitar, de montar enxoval [...] às vezes mais ligados a datas [...] muitas vezes a coisa não é bem estruturada [...] fica na mão de uma ou duas pessoas (crítica a monopolização de algumas atividades em alguns grupos)”. (Entrevistado M).

A quinta questão perguntada aos entrevistados foi: “Você conhece algum projeto social ou de solidariedade que sua Igreja tenha participado ou participa?”. Todos os entrevistados apontaram o instituto ou projeto sarça, como o projeto social da igreja, e a maioria relata também, sobre o projeto Venturosa. Entretanto, muitas outras atividades sociais e de solidariedade na concepção dos entrevistados aparecem. Trabalho em hospitais, trabalho no asilo, projeto semelhante ao Venturosa, para o Mato Grosso do Sul, projeto fortificando, oficinas de costura, bazar, brincart.

“Com certeza, isso é verificado no instituto sarça. O projeto sarça é paradigmático em matéria de solidariedade. Você pega os jovens em situação de risco, eles vão para lá depois da escola [...] lá eles tem refeição, reforço escolar e outras demais atividades [...] aprendem outra profissão e depois voltam para casa alimentados [...] é um projeto bonito [...] graças a Deus a cada ano, mais membros estão engajados neste trabalho social da igreja”. (Entrevistado A).

“Eu como diácono participo [...] a gente participa fornecendo alimento pra um asilo na Serra [cidade vizinha a Vitória, pertence à região metropolitana] [...] os diáconos, levam o leite lá todo domingo, tem o diácono certo para ir pregar, levar a palavra e o leite [...] lá não falta o leite, e isso é uma forma de ajudar. Tem o projeto sarça [...] são meninos em alto risco social [...] tem pai e irmãos bandidos, e aí a gente traz os meninos para o projeto [...] lá no

sarça eles tem alimentação, reforço escolar. A igreja tem-se engajado nesse projeto social”. (Entrevistado C).

“Sarça, Venturosa [...] tem o projeto no sul agora [...] no Mato Grosso do Sul”. (Entrevistado E).

“Sim, o projeto sarça. Há pessoas engajadas neste projeto [...] a igreja contribui [...] e há a disponibilidade de profissionais, doação de tempo e trabalho com assistência. Tem o trabalho no asilo, eu participo há mais ou menos 10 anos [...] onde nós contribuimos efetivamente com 300 litros de leite, e visitamos o asilo regularmente [...] e isso faz um bem para nós e para eles. Foi feito uma movimentação ano passado no nordeste do país, em Pernambuco, na cidade de Venturosa [...] foi feito lá uma micro ação global, com doação de mantimentos, roupas [...] e nós conseguimos verba para a construção da igreja em Venturosa [...] e as doações foram levadas pessoalmente, quando da inauguração da igreja [em Venturosa] muitos voluntários da igreja foram a Venturosa [...] isso revolucionou o lugar [Venturosa], até o prefeito abriu o hospital do local para que os nossos profissionais usassem [...] porque estava parado, o médico vai pouco lá [...] Venturosa é um lugar bem carente”. (Entrevistado H).

“Sim. Projeto Fortificando no Forte São João, foi um dia de atendimento em geral a população do bairro. Venturosa no nordeste no Estado de Pernambuco”. (Entrevistado I).

“Projeto Fortificando, realizou diversas ações no bairro Forte São João que fica nos arredores da igreja. Oficinas de costura de roupas, enxovais de bebe, agasalhos para doação a pessoas carentes. Projeto sarça no Forte São João. Bazar que recebe doações e o produto da venda é revertido para a ação social e solidariedade, como também manter os missionários da igreja [...] trabalho nos presídios, auxílio a detentos [...] trabalho em hospitais: São Lucas, HPM [hospital da polícia militar]”. (Entrevistado J).

“Sarça [...] o projeto Venturosa, que era uma igreja que não tinha sede [...] o pastor veio lá de Venturosa até aqui, ele era de lá e fez esse apelo [...] ele veio junto com os músicos da banda Sal da Terra. Todos gostaram muito, o pastor (de Venturosa) era muito ativo [...] a igreja achou interessante, a ideia de montar uma igreja em Pernambuco [...] eles eram carentes estavam sendo despejados [...] todos os membros se envolveram e conseguiu-se juntar dinheiro para construir a igreja, e quando foi a época da inauguração nós fizemos uma caravana com doações roupas, alimentos [...] muita gente foi [...] dentistas, médicos [...] envolveu a prefeitura do lugar [...] realizamos palestras de higiene [...] nós fizemos a ação social [...] tinha atividades pela manhã e a tarde nós íamos de casa em casa, para sensibilizar e convidar as pessoas para participarem das atividades [...] tinha muitas crianças à-toa e fizemos muitas atividades com elas [...] e se a criança conhece a igreja fica mais fácil [...] elas levam os pais [...] tiveram várias frentes de trabalho lá [...] saúde, escola, divulgação da palavra, divulgação da igreja [...] formamos grupos de três pessoas, mais ou menos para visitarmos as casas [...] nós fomos de casa em casa”. (Entrevistado L).

“O projeto sarça, o brincart, o grupo do hospital São Lucas, o hospital da Polícia Militar [...] na penitenciária de mulheres [...] a gente fazia mesmo [...] agora a sociedade de mulheres se organizou e tá fazendo, realizando várias atividades [...] às vezes mais acentuado em datas [...] nesse trabalho do morro (sarça) a gente mesmo que subia, fazíamos visitas às famílias [...] agora se organizou no projeto sarça e o trabalho ficou com um caráter mais

organizado [...] nossa igreja construiu uma igreja em Venturosa [...] foi um projeto muito bonito [...] a gente tem que incentivar esses trabalhos, porque na igreja tem muita gente capacitada, com curso superior”. (Entrevistado M).

Para a questão, que é desdobramento da quinta, sobre a participação dos entrevistados em um projeto social e de solidariedade: “Caso positivo: você participou ou participa dele(s)?”. Os entrevistados A, B, C, D, E, H, I, J, L, M participam dos projetos sociais ou de solidariedade apresentados acima e somente os entrevistados F e G não participam.

“Esse projeto [Sarça] foca os dois conceitos simultaneamente: solidariedade e cidadania [...] a partir do momento em que você exerce sua solidariedade doando alimentos, seu tempo, ajudando financeiramente você tá praticando solidariedade [...] e com todos esses instrumentos o instituto sarça procura mostrar o outro lado da vida aos jovens, que eles podem ter uma vida digna com exercício pleno da cidadania [...] você exerce cidadania conhecendo seus direitos, você não pode exigir ou pleitear aquilo que você não conhece [...] dizendo ao jovem que ele tem direito a isso, a isso [...] que está na Constituição Federal para todos [...] melhorar o conceito de dignidade [...] a vida pode ser diferente [...] o jovem pode entender que ele pode viver diferente desta vida de drogas, gravidez na adolescência, prostituição. Acho que se você consegue fechar um ciclo com solidariedade e cidadania principalmente amparado na palavra de Deus, pode ser abençoado e Deus abençoando esse projeto [...] esse projeto vai dar frutos, crescer, não atabalhoadamente, mas de forma organizada [...] essa árvore vai dar muitos frutos [...] você nunca pode pleitear o que você não conhece [...] quando a pessoa conhece ela pode dizer: _ Eu posso ter uma vida diferente! [...] a vida pode ser diferente [...] aí entra o instrumento que é a palavra de Deus [...] eu creio plenamente que se Deus abençoar o projeto ele vai dar muitos frutos [...] é necessário a contribuição dos membros”. (Entrevistado A).

“Tanto o projeto de Venturosa quanto o projeto de São Mateus do Sul em Mato Grosso do Sul [que está em fase de coleta de ofertas], participei [...] nas ofertas, nós viajamos, evangelizamos na cidade, doamos roupas [...] levamos remédios [...] mas podemos fazer isso sem viajar [...] podemos fazer isso aqui”. (Entrevistado B).

“Sim, no projeto sarça eu participo da diretoria [...] o asilo é apoiado pela junta diaconal que tem como função olhar a situação física e social da igreja [...] no caso do asilo, nós votamos em assembléia a ajuda, uma pessoa foi, sensibilizou-se, trouxe a situação e decidimos ajudar [...] não tem membros da igreja neste asilo, mas os gastos saem dos cofres da igreja e todos contribuem. O projeto sarça é um projeto da igreja [...] a igreja paga todo o projeto [...] o projeto sarça tem uma unidade do brincar [atividade desenvolvida em parceria com a Prefeitura de Vitória que atende a crianças de 5 anos em horário contra-turno ao da escola] em Santo Antônio [...] a gente vai fazendo convênios [...] o projeto sarça é um projeto grande [...] como diácono, a gente recebe pessoas, transeuntes, mas não damos dinheiro, encaminhamos, compramos passagens [...] ligamos para os parentes [...] e se estiver com fome, damos cestas básicas [...] como entidade também ajudamos”. (Entrevistado C).

“Sim, eu participei do projeto Venturosa, mas não indo, porque eles foram em período de férias, mas participei financeiramente. Eu estou no conselho

missionário e nós somos os primeiros a ir e a pagar. Ajudei a organizar eventos para angariar fundos para Venturosa”. (Entrevistado E).

“Projeto fortificando, sim. E com Marta [membro da igreja] no presídio algumas vezes. Venturosa indiretamente”. (Entrevistado I).

“Projeto fortificando participei. E no projeto sarça participo indiretamente”. (Entrevistado J).

“Não, hoje eu só ouço falar [...] participo indiretamente ajudando, eu participava mais quando era presidente da União da Mocidade Presbiteriana”. (Entrevistado F).

“Não participo diretamente, participo mais quando tem algum evento e alguém da música é chamado”. (Entrevistado G).

A sexta questão questiona sobre: “Você acredita que sua participação neste projeto levou a um aprofundamento do que você considera cidadania e solidariedade?”. Os entrevistados A, B, C, D, H, I, J, L, M afirmam positivamente o aprofundamento destas categorias na medida em que participam nos projetos sociais.

Mas o interessante a perceber é que a maioria dos entrevistados usa ações práticas e, muitas vezes, de suas próprias atividades profissionais para elucidar os conceitos cidadania e solidariedade. Não se traduz que esses projetos sociais são um caminho ou um movimento que possibilite o acesso à cidadania pelo público-alvo destes projetos. Alguns colocam que sua prática profissional aprofundou o conceito de cidadania.

Em se tratando de solidariedade, como já observado anteriormente, o conceito por vezes não é bem entendido como sendo o conceito expresso nesta dissertação. A maioria dos entrevistados não se posiciona de forma crítica diante da percepção de solidariedade e ainda a compreende como ações de filantropia, caridade, ajuda e benevolência. Assim fica difícil perceber se há um avanço teórico em relação à solidariedade.

“Só do projeto sarça [...] os outros projetos a gente ajuda, mas envolvido só com o sarça e os com pré-adolescentes da igreja. A gente tenta passar [...] às vezes a União Presbiteriana de Homens faz alguma contribuição aos demais projetos como fraldas para o hospital [...] às vezes os adolescentes fazem visita ao hospital [...] com os pré-adolescentes a gente faz a leitura da importância desta prática [...] tentando passar para eles a visão de cidadania e solidariedade”. (Entrevistado A).

“No projeto sarça [...] duas vezes nos subimos o morro [Forte São João], para fazer uma ação [...] e aí você toma a verdadeira noção da realidade, da vida das pessoas [...] como a situação ali é diferente [...] e isso me motivou

a continuar trabalhando e passar isso para os jovens [...] e não crescer com a visão de meu mundinho [...] esse projeto sarça mexeu dessa forma comigo [...] a melhor forma de fazer inclusão social é dar dignidade ao trabalhador [...] aqui na superintendência [do Trabalho] fazemos isso [...] e a participação no projeto sarça mudou a minha visão [...] a carteira assinada não é favor, é cidadania, o salário em dia não é favor é cidadania”. (Entrevistado A).

“Eu acho que sim. Mas que isso deva ser uma constante e não um simples evento [Venturosa] [...] uma ação para constar no relatório [...] e se a igreja não faz seu papel, não faz diferença, ela é uma igreja de quatro paredes”. (Entrevistado B).

“Com certeza [...] a partir do momento que você se envolve você vê essas crianças do projeto sarça [...] com uma sede [...] e isso faz a gente se engajar cada vez mais [...] às vezes a gente tem sobrando e pessoas bem perto da gente precisam de tão pouco [...] e quando você se engaja nesse tipo de trabalho você muda a visão, você vê essas crianças [...] muda o seu olhar [...] às vezes chama de pivete. E hoje eu vejo como uma criança que precisa de abraço de oportunidade”. (Entrevistado C).

“Sim, você tá de fora é uma coisa [...] mas você vê um menino que o pai é alcoólatra e a mãe não tá nem aí [...] você vê que ele é um menino bom, mas tá desviando, tá deixando de ser um bom cidadão, isso vai dar problemas no futuro [...] lá no projeto sarça eles vêem a importância de obedecer as leis [...] eu falei com as meninas do projeto que eu quero visitar as famílias ano que vem [...] fazer o mapeamento [...] e visitar [...] tem assistente social que faz isso, mas eu quero ir”. (Entrevistado D).

“Com certeza. Quando você participa desses projetos você é beneficiado, você tem consciência dos seus deveres e direitos [...] você pensa melhor”. (Entrevistado H).

“Sim, tudo a ver [...] cidadania e solidariedade [...] os médicos faziam entrevistas, um cadastro (na cidade de Venturosa) [...] nós fazíamos uma entrevista [...] quem elaborou o questionário da entrevista, foi à assistente social [...] pelo questionário nós víamos o perfil das pessoas [...] muito carentes [...] o que a gente fez foi muito rápido”. (Entrevistado L).

“Lógico, porque conhecendo a necessidade, você se doa, quando você vê que tem alguém precisando e o seu trabalho pode mudar isso, você se doa [...] eu fiz isso muito na parte de música [...] eu levava músicos na região de Aracruz [cidade do interior do Espírito Santo] [...] coloquei gente para formar corais de crianças [...] essa é uma solidariedade que pode dar profissão para muita gente [...] muitos hoje são professores de música [...] porque muita gente se profissionalizou, começou assim e hoje tem uma profissão [...] mas tudo tem o tempo de Deus [...] hoje eu estou no tempo do “eu era” (reflexão saudosa) [...] é o tempo de Deus para eu hoje cuidar de minha mãe”. (Entrevistado M).

O entrevistado E, mesmo participando dos projetos e trabalhos sociais da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, não sabe se essa participação lhe proporcionou um entendimento mais profundo sobre cidadania e solidariedade.

“Eu não sei se aprofundou bem, porque eu olho pela solidariedade [...] toca em mim sempre quando alguém passa por dificuldade [...] eu sou muito

assim de coração [...] eu não tenho tantas culturas, inteligências [...] você conversa com as pessoas e aprende algo [...] eu não era muito ligada em política, eu acho que isso tem a ver com cidadania [...] hoje em dia eu procuro saber, mas antes eu escolhia por indicação em quem votar [...] hoje eu quero saber quem é, quando é indicado pra alguma coisa [...] mesmo que seja evangélico, vou na internet e procuro saber tudo dessa pessoa”. (Entrevistado E).

Os entrevistados F e G não participam diretamente ou participavam em outros tempos dos projetos sociais da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, como é o caso do entrevistado F, e por isso acreditam não terem seus conceitos sobre cidadania e solidariedade aprofundados por estas práticas.

“Não. Veja bem [...] eu antes tinha uma participação mais profunda [...] eu hoje, na minha participação nos projetos é quase nada, hoje eu só ouço falar, só participo indiretamente, ajudando [...] eu acho que cada pessoa já nasce com uma formação, eu já tinha uma noção do que é ser cidadão, do que é ser cristão, do que é ser solidário isso só veio a desenvolver”. (Entrevistado F).

“Digamos que superficial, exercer isso é cotidiano [...] contínuo [...] todos os dias no ano inteiro [...] eu acho que o exercício da cidadania da solidariedade deveria ser de forma mais sólida, contínua”. (Entrevistado G).

A sétima questão apresentada para os entrevistados é a seguinte: “A partir dessas perguntas você poderia diferenciar Cidadania de Solidariedade?”. Tentamos aqui propor e provocar uma reflexão de como diferenciar dentro das práticas sociais da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, na visão dos seus membros, as ações que proporcionam aspectos mais direcionados a cidadania e outras mais direcionadas a solidariedade, entendendo que ambas as categorias caminham bem próximas em suas articulações teóricas e empíricas como já abordado no Capítulo 1 desta dissertação.

Os entrevistados A, B, M relacionam a cidadania e a solidariedade como algo interligado, imbricados como categorias que andam juntas.

“Solidariedade [...] tentar dar condições para que as pessoas tenham acesso a cidadania [...] você pega aqueles jovens e dá uma palestra sobre direitos básicos [...] como eles tiveram acesso àquela palestra [...] aquelas aulas de cidadania [...] porque tiveram isso [...] porque pessoas solidárias possibilitaram toda essa estrutura [...] contribuíram com tempo e financeiramente [...] por isso que eu acho que neste aspecto cidadania e solidariedade estão interligados”. (Entrevistado A).

“Cidadania [...] ela compreende direitos e deveres [...] solidariedade é uma oportunidade da gente exercer a cidadania ajudando o outro, se colocando no lugar dele [...] não só dando peixe, mas dando a vara e ensinando a pescar [...] não praticando assistencialismo e apenas dar [...] o legal e ensinar uma profissão ao adolescente [...] uma aula de computação e outras

mais [...] para que ele possa seguir seu caminho [...] não só receber sem aprender. Solidariedade está incluído dentro da cidadania”. (Entrevistado B).

“No meu entender é isso [...] cidadania é ajudar na formação de pessoas melhores [...] que podem ser gente [...] quando eu vejo preparar um cidadão para o mundo [...] ter direito de fazer, não ser colocar a margem [...] porque às vezes tem muita coisa, muita gente com um potencial, mas não faz por falta de oportunidade [...] cidadania é isso [...] viver os direitos de ir e vir, mas sabendo que deve respeitar o direito do outro [...] a solidariedade vem do amor, você se doa, se não tem dinheiro, doa tempo e atenção [...] quando eu vejo a preocupação em preparar cidadãos, penso [...] é dar oportunidade [...] e essa oportunidade está na mão da gente, como solidariedade”. (Entrevistado M).

Os entrevistados C, D, E, F, G, H, I, J, L compreendem cidadania dizendo como sendo: direitos e deveres; relações sociais; ética; respeito; ajudar as pessoas; ser boa pessoa; conscientização dos direitos; direitos políticos e civis; envolver-se com políticas públicas; organização e ação. A solidariedade já é vista como: ver a necessidade do outro; ajuda afetiva e cultural; transformar o outro em bom cidadão; relações sociais; emoção, coração aberto; doação de alimentos; cestas básicas; ajuda individual e social; compaixão; envolvimento com a questão social; dividir o que você tem; empatia; misericórdia; amor; ações externas à igreja; se voltar para o outro; e, ser suporte.

“A cidadania tá ligada a lei [...] e a solidariedade tá ligada ao coração [...] é dar o que você tem. Você tem um pão, come meio e dá para outro a outra parte. É dividir o cobertor”. (Entrevistado C).

“Cidadania é a capacidade de viver em grupo, na pólis, tendo uma relação ética, sadia, de respeito com o outro, ser cidadão. Você para ser solidário, deve perceber aquele que convive com você na pólis, a necessidade do outro na pólis [...] e ajudar com seus talentos, com a sua disponibilidade [...] aquele que é carente [...] nem sempre é o financeiro, mas às vezes é carente afetivamente, culturalmente [...] através da solidariedade você transforma o outro em bom cidadão na polis”. (Entrevistado D).

“Cidadania é baseada no preceito de eu cumprir com os meus deveres com a sociedade e a solidariedade vai mais além [...] eu entendi mais ou menos isso [...] eu posso ajudar através de outras pessoas que são minhas amigas [...] dizer que eu conheço alguém que pode explicar mais [...] levar a pessoa que precisa para conversar com ela”. (Entrevistado E).

“Solidariedade é estar sempre com o coração aberto, solícito a pessoa, a ajudar [...] de que forma [...] dando cestas básicas [...] dando alimentação [...] ser cidadão é você estar também ajudando as pessoas, sendo uma boa pessoa, ajudando a sociedade e não uma pessoa só”. (Entrevistado F).

“Cidadania são os papéis que cada um deve exercer [...] direitos e deveres [...] e solidariedade seria o ajudar o próximo [...] ajudar [...] dar suporte”. (Entrevistado G).

“A cidadania é a consciência dos direitos, dos documentos, que você é alguém [...] e aí você participa do processo político [...] a consciência de votar [...] saber que você existe [...] aí você participa do processo político. Solidariedade é você se voltar para o outro [...] aí está à diferença”. (Entrevistado H).

“É complexo. Cidadania é votar e ser votado, exercícios dos direitos e deveres em comum, é exercer os direitos de ir e vir e de expressão. Solidariedade é compaixão, perceber a necessidade do outro, se envolver com questões sociais, diminuir mazelas”. (Entrevistado I).

“Cidadania é o exercício dos direitos e deveres, é se envolver com questões políticas da sociedade [...] políticas públicas. Solidariedade é se colocar no lugar do outro, misericórdia e ajuda por amor”. (Entrevistado J).

“Cidadania [...] ela tá ligada a você dentro de uma sociedade política, agindo dentro da sociedade [...] buscando o que você tem direito [...] melhorando de alguma forma, seus direitos [...] solidariedade você exerce de qualquer forma, com a pessoa que esta ao seu lado [...] com o seu vizinho [...] você precisa ter envolvimento [...] você não precisa estar organizado, é bom estar organizado, mas você não precisa [...] já cidadania você precisa estar organizado [...] você precisa ter envolvimento [...] inclusive antes, eu não era orientadora dos juniores, você resolve fazer uma coisa a mais, por isso assume a classe dos juniores [já citado em transcrição anterior] [...] você decide dar um passo a frente [...] esse ano [2010] nós vamos repetir o acompanhamento da classe dos juniores [...] esse ano [2010] a gente vai buscar ação externa [...] o ano passado [2009] nós ficamos muito na sociedade interna [ações dentro da própria igreja] [...] esse ano [2010] os juniores vão apoiar um orfanato em vila velha, meio que adotar esse orfanato [...] foi uma ideia lançada ano passado [2009] pelo pastor [...] são crianças de 0 a 6 anos [...] eles estão para adoção [...] nós percebemos a carência mais afetiva das crianças”. (Entrevistado L).

Na oitava questão pergunta-se: “Você frequenta regularmente os cultos da sua igreja?”. Todos os membros entrevistados responderam que sim, e observamos que a frequência de participação da maioria dos entrevistados é de duas ou mais vezes na semana, já que a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória realiza três cultos semanais, um nas quartas-feiras à noite, um nos domingos pela manhã, antes da escola dominical, e outro nos domingos à noite.

Na segunda parte da oitava questão questionou-se: “As prédicas que são realizadas nestes cultos te fazem entender melhor a cidadania?”. Todos os entrevistados A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M responderam que sim, alguns titubearam no início das respostas, mas no decorrer afirmam que de alguma forma as prédicas fortalecem seu entendimento sobre cidadania.

Vale ressaltar, porém, que alguns entendimentos de cidadania, respondidos pelos entrevistados, se confundem com práticas sociais de cunho emotivo; ação

social; satisfação de necessidades físicas do outro; amor ao próximo; compaixão; pensar no outro; ajudar ao próximo e assim ser abençoado e feliz; relacionando-se assim a cidadania a estes exemplos, podemos constatar a partir das reflexões já realizadas nesta dissertação, que o entendimento às vezes está mais próximo a caridade, misericórdia, filantropia, evangelismo, empatia e obediência a palavra baseando-se na Bíblia, como aparece em alguns trechos das respostas dos entrevistados.

“Com certeza [...] porque ele [pastor] sempre faz um “link” entre a pregação e a cidadania [...] ele não dissocia dos problemas da vida [...] ele sempre faz uma aplicação prática da palavra com a vida e os problemas do mundo [...] é uma característica dele”. (Entrevistado A).

É importante ressaltar aqui que quando aparece “ele” como na resposta acima, e na maioria das entrevistas, os membros entrevistados estão se referindo sempre ao Pastor Titular da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, pois é ele quem prega nos cultos realizados, com raras exceções.

“Sim. Principalmente quando se fala do instituto sarça que está engajado tanto cidadania quanto na solidariedade [...] a igreja precisaria investir mais neste projeto. O investimento neste projeto deveria ser uma constante da participação dos membros da igreja [...] você pode investir mais na vida das crianças”. (Entrevistado B).

“Com certeza, essa relação de você entender que por mais que você tenha que levar o evangelho, mas se você não satisfizer a necessidade física, fica muito difícil levar o evangelho [...] isso é muito batido não só pelo pastor [...] mas por todos [...] são 3 pastores na sede [Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória] [...] a igreja tem-se envolvido e participado nisso [...] nessa época, as pessoas adotaram os meninos do projeto para orar, para levar kit-escolar, palavra [...] e as prédicas estimulam isso”. (Entrevistado C).

“Sim [...] o que o pastor faz, ele não se atém a temas específicos [...] ele prega a Bíblia toda [...] e quando você prega a Bíblia toda, você faz isso, você não consegue falar do sermão da montanha, sem falar de cidadania, quando você fala de Romanos a partir do capítulo 12, você não fica sem falar do amor ao próximo [...] o evangelho de João fala sobre isso, do amor ao próximo [...] então não existe como não falar sobre isso [...] foi falado em um culto de domingo sobre designar uma parcela do imposto de renda para o projeto sarça [...] a gente tem visitado as famílias da igreja, na verdade é Deus tocando o nosso coração para a gente fazer isso, através do pastor titular”. (Entrevistado D).

“Faz sim, ele inclusive tem alguns sermões que falam sobre isso. Ele estimula sim [...] tem uma pregação fantástica que fala sobre César, que as pessoas reclamavam de pagar os impostos, que Jesus falou que devia dar a Cesar o que é de Cesar, ele falou sobre isso, que nós só podemos exigir nossos direitos quando cumprimos nossas obrigações”. (Entrevistado E).

O entrevistado E especificamente, apresenta sua reflexão à questão, na possibilidade de exigir direitos, o que estaria em consonância com algumas reflexões desta dissertação, porém atrela esta possibilidade ao cumprimento de obrigações, o que diverge do pensamento de “direitos a ter direitos”, ou seja, eu não só tenho e possuo direitos pelo fato de cumprir obrigações.

“Claro. Ajuda a desenvolver o seu raciocínio teológico e enquanto cidadão [...] isso vai te alimentando [...] vem a sua formação e vai te alimentando [...] vai ser sempre baseado na Bíblia [...] se você pegar um filho de pastor e um filho de outro cristão, são diferentes, porque o filho do pastor vai ter uma maior facilidade de ser um bom cidadão, porque tem as armas da bíblia como parâmetro para ser bom cidadão”. (Entrevistado F).

É importante uma reflexão na segunda parte da resposta do entrevistado F, já que o mesmo faz uma distinção, dizendo que o filho do pastor teria possibilidade de ser “um bom cidadão” pelo fato de ser um “filho de pastor”. Será que a base de formação da cidadania está no fato de espaços e cargos eclesiais construídos hierarquicamente dentro da igreja, ou a formação com bases bíblicas podem contribuir para a formação de cidadãos, ou seja, para todos aqueles que vivenciam e praticam as lições da Bíblia?

“Creio que sim, baseado na Bíblia [...] e a Bíblia mostra as diretrizes de vida, de ser honesto”. (Entrevistado G).

“Geralmente no horário de culto não se trata desse assunto, como eu já disse [...] nós deveríamos aprofundar esse assunto em momentos separados [...] como palestras [...] mas muitas vezes dentro do sermão a gente consegue entender algo de cidadania”. (Entrevistado H).

O entrevistado H, diz a princípio que os cultos não tratam deste assunto, cidadania, e que na opinião dele este tema deveria ser aprofundado em outros momentos, mas ao fim da resposta diz que nos sermões existe algo sobre o tema, a resposta fica confusa, talvez, precisaríamos entender nesta confusão o real entendimento que o mesmo faz de cidadania. Assim observando suas respostas em outras questões como é o caso da um e dois verificamos que o entrevistado E relaciona a cidadania à questão política e ao direito de votar e diz não ser função da igreja se envolver com política.

“Sim. Às vezes os sermões são sobre cidadania. Cidadania e compaixão. Prédica sobre crise econômica e consumismo desenfreado, pensar só em si mesmo. Prédicas de como organizar melhor os recursos para ajudar ao próximo [...] sobre quem ajuda, é abençoado e feliz”. (Entrevistado J).

“Olha não é voltado para isso [...] eu não vejo a pregação voltada para isso não [...] a nossa pregação é voltada para palavra de Deus [...] o que Deus quer de você [...] não só saber o que Deus quer, mais agir [...] entretanto a palavra de Deus fala de ajudar o próximo [...] e o próximo é quem está mais próximo [...] a fé sem obra ela é morta [...] o próximo pode ser qualquer um [...] neste sentindo sim [...] como cidadão [...] ele [pastor] fala que devemos participar da vida política de nossa sociedade [...] ele é a favor disso, é a opinião dele [...] ele trabalha muito baseado na palavra [...] fala que a gente deve se manifestar sim, porque ele é a favor [...] ele coloca a opinião dele sim, em várias situações”. (Entrevistado L).

O entrevistado L, mesmo não concordando que as prédicas desenvolvam o entendimento de cidadania, dizendo que estas seriam relacionadas à pregação da palavra, ao final diz que percebe algo neste sentido quando se fala do próximo e de uma participação política da igreja nas questões da sociedade, porque o pastor coloca em suas falas a necessidade de manifestar-se em relação à vida política. Mais uma vez a cidadania aparece como algo intrínseco à política, outros aspectos da cidadania como o cunho social, filosófico, histórico e jurídico não aparecem.

“Ajuda a entender principalmente nos estudos de escola dominical. Porque as aulas são em grupos separados [...] então às vezes vem bem específico como doutrina [...] porque nós mudamos o bloco de três em três meses [...] as revistas, as lições vem não só com a palavra, mas voltadas também para cidadania, a fé tem que ser exercitada, praticada [...] a pregação é mais espiritual, voltada para posição de vida [...] mas de vez em quando o pastor dá uma chamada sobre isso, sobre solidariedade [...] porque as vezes a mensagem fica só no céu [...] e às vezes a mensagem chama para colocar o pé no chão”. (Entrevistado M).

O entrevistado M também diz que as prédicas não são voltadas para cidadania, e que isso acontece mais nos estudos da escola dominical, mas acrescenta o fato de o pastor, de vez em quando, chamar a atenção para isso, mas coloca somente a solidariedade como tema e não a cidadania. Percebemos então, como já exposto em análises anteriores, que se confunde muito a cidadania com a solidariedade, relacionando-se por vezes conceitos de ambas as categorias, equivocadamente.

Na terceira parte da oitava questão questionou-se: “Você percebe um estímulo a solidariedade nestas prédicas?”. Todos os entrevistados A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M afirmam que sim, inclusive alguns afirmam que a solidariedade aparece nas prédicas muito mais do que a cidadania. É claro que devemos mais uma vez ressaltar o entendimento que os entrevistados têm sobre a cidadania e a solidariedade.

“Sim, com certeza, porque à medida que ele fala que a fé sem obras é morta, que o crente não pode ficar passivo [...] ele trabalha isso muito com a congregação. Não adianta a pessoa chegar com fome e você dizer vai com Deus [...] dê alimento [...] se ele está com frio, dê agasalho [...] ele trabalha isso muito”. (Entrevistado A).

“Percebo mais estímulo a solidariedade [...] mas poderia ser mais praticado [...] voltado mais para ação social”. (Entrevistado B).

“Com certeza [...] esses kits escolares para os meninos do projeto sarça [...] essas ações, são ações de solidariedade [...] as mensagens tem movido o coração das pessoas [...] essas prédicas levam as pessoas a pensar e participar [...] levam as pessoas a distribuir o amor que recebem de Deus [...] serem mais solícitas”. (Entrevistado C).

“O fundamento é esse, o evangelho [...] eu não faria nada disso senão fosse a fundamentação teológica, faço porque eu sei que deve ser feito [...] por causa da fundamentação bíblica [...] eu não posso ser superficial [...] eu tenho que me envolver”. (Entrevistado D).

“Sim, estimula sim [...] em quase todas as prédicas”. (Entrevistado E).

“Sim, porque quando você vê uma pregação lá do velho testamento e do novo testamento, você começa a trazer isso para os dias atuais [...] como eram os primeiros cristãos [...] e você vê os exemplos dos cristãos isso ajuda na sua formação [...] quando você trazer o exemplo de lá pra cá [...] você vai se posicionar”. (Entrevistado F).

“Sim [...] há estímulo e pouca prática, talvez fique só no estímulo”. (Entrevistado G).

“Sim, aparece. Até mesmo nas passagens bíblicas, como o bom samaritano [...] que em sua viagem parou no meio do caminho para socorrer um desconhecido e levou para o hospital e pediu que cuidassem dele e disse que na volta pagaria aquilo que excedesse a quantia deixada [...] isso é um princípio de solidariedade que aparece na Palavra de Deus. E, em parte, as prédicas falam mais de solidariedade”. (Entrevistado H).

“Claro. Despertando para questão prática do cristianismo, para se tornar uma pessoa melhor, sensível a necessidades dos outros, ajudar a socorrer [...] a fé sem obras é morta”. (Entrevistado I).

“Sim, percebo [...] como te falei [...] você deve tá sempre buscando agir”. (Entrevistado L).

“Sim [...] mais voltada para solidariedade, e menos voltada para cidadania [...] somente em datas específicas é que se fala em cidadania”. (Entrevistado M).

Percebemos que as respostas nos mostram em relação à solidariedade, mesmo com uma visão um pouco limitada, que os membros percebem uma relação clara e nítida entre ela, o evangelho e as práticas cristãs.

Expressam-se, quase em sua maioria, que a solidariedade é algo implícito na vida de qualquer cristão, quem viver verdadeiramente o evangelho é solidário, ou seja, é a práxis da vida cristã.

O que poderíamos questionar é que alguns entrevistados não conseguem perceber a relação da solidariedade com a cidadania. Entender que a prática da solidariedade deve levar o sujeito a ser um verdadeiro cidadão, mesmo entendendo que viveremos uma vida após esta, mas se tenho direitos enquanto ser humano e filho de Deus, posso usufruí-lo agora, neste momento, neste mundo.

CONCLUSÃO

A cidadania e a solidariedade têm suas expressões cada vez mais solidificadas e vivenciadas em nossos tempos, elas vêm suprindo em suas abordagens aspectos essenciais da vida humana.

Na medida em que a sociedade avança no tempo, na história e em suas complexidades, as necessidades do Homem tornam-se cada vez mais emergentes e cotidianas. Não há tecnologias suficientes que possam suprir a necessidade do outro, seja pelo aspecto humano seja pelas necessidades materiais.

Em se tratando da cidadania, a busca é superar o seu papel político-civil que ela vem trazendo em suas entranhas ao longo de sua história, o que pode ser percebido em muitas “falas” trazidas pelos entrevistados.

A cidadania precisa avançar por outras dimensões como a social, a econômica, a educacional e a existencial²²⁴; precisa ser concretizada nas camadas mais populares das sociedades em geral.

É importante pensar que, na maioria dos países pobres, a população menos favorecida não consegue acesso a cidadania e sua conquista só é possível mediante uma ação coletiva.

Os direitos de cidadania são estabelecidos em lei, incluindo o caso do Brasil, mas sua concretude depende muitas vezes de ações radicais para que essas leis sejam cumpridas.

Existem muitas formas de promover este movimento, através dos conselhos populares e de direitos, movimentos comunitários, associações, ONGs e a própria igreja, como visto neste trabalho.

Sabemos que o Estado deve cumprir seu papel de promotor da cidadania, através das políticas públicas e sociais, que é ele quem deve investir para que a

²²⁴ A dimensão da cidadania existencial nos leva a pensar a condição de ser humano. Uma pessoa que pelo fato de existir é respeitada enquanto ser humano. A transcendência aparece como justificadora dessa dimensão, a vida e a história humana transpõe o tempo. O ser humano é entendido, por nós cristãos, como uma centelha de Deus.

população possa usufruir de seus direitos, sentir-se pertencente a sua nação, ou seja, incluída no rol dos que vivem dignamente.

Uma das políticas sociais brasileiras que merece destaque e que deveria produzir tanto a cidadania como a solidariedade na visão expressa nesta dissertação é a assistência social²²⁵. Ela, em consonância com outras políticas públicas, seria a proposta para o enfrentamento da vulnerabilidade social, da extrema restrição de acessos a direitos básicos, a uma democracia verdadeira, e ao não acesso da população ao patamar da cidadania efetiva.

O Estado deve ser o responsável pela implantação de uma rede de assistência social universalmente acessível e, por que não dizer, por uma rede que promova a solidariedade entre as pessoas.

Como as ações promovidas pelo Estado ainda não suprem e nem se possui modelos que comprovem a superação das grandes expressões da questão social, surgem então outros atores a que podemos chamar de sociedade civil, terceiro setor. O nosso objetivo com este estudo é exatamente mostrar este outro lado, os aspectos de trabalhos e projetos sociais desenvolvidos por instituições não governamentais, no caso específico desta pesquisa, a Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória.

Podemos usar o pensamento de Pletsch²²⁶ ao afirmar que aquilo denominado pela igreja como diaconia, em termos legais, precisaria ser levado à sociedade como assistência social, garantindo-se seu caráter público de universalidade e de direito. As igrejas precisam oferecer seus serviços, e o que chamamos de trabalhos sociais, ofertado de forma profissionalizada e sem clientelismo, promovendo os sujeitos ao patamar de cidadãos e, ao mesmo tempo, filhos de Deus.

²²⁵ A assistência social é uma política que compõe a chamada seguridade social (saúde, previdência e assistência social) previsto em nossa Constituição Federal de 1988 deste o artigo 194 até o 203. Essa política ganha mais força a partir da lei orgânica da assistência social de 1993 a LOAS, é concebida como uma política, envolvendo as dimensões racional, ética e cívica que tem a vinculação com os direitos de cidadania. A partir de 2004 com a nova política nacional da assistência social, o Brasil ganha um sistema chamado sistema único da assistência social, que tem como objetivo oferecer de forma universal em todo território brasileiro, serviços que possam atender a população em vulnerabilidade.

²²⁶ PLETSCHE, Rosane. *Diaconia Pública: a assistência social da igreja em contexto brasileiro*. *Estudos Teológicos*, v. 43, n. 2, 2003, p. 125.

Na busca de aprofundar e estudar o caso da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória é possível elucidar e verificar uma série de ações que são promovidas pela mesma, umas permanentes e outras ocasionais.

Na tentativa de entender se estas ações promovem o que entendemos ser essencial ao ser humano, a cidadania e a solidariedade, percebemos que há uma necessidade de se entender de forma mais clara e objetiva por parte dos membros da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória o que seria cidadania ou a forma de torná-la efetiva nos trabalhos sociais desenvolvidos pela igreja. Em relação à solidariedade há a necessidade de se ampliar um pouco mais o seu entendimento, horizontalizando-o.

Em relação à questão prática e teórica da cidadania é importante perceber que alguns membros da igreja têm noção da articulação desta com os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e humanos. O nível de formação intelectual dos membros pode, talvez, elucidar isso.

O importante seria ampliar alguns conceitos e entendimentos e promover uma irradiação destes para toda a igreja e seus membros. Fortalecer os trabalhos sociais com aspectos mais práticos e encaminhamentos.

Precisa-se entender que em um regime democrático não pode haver limites de quem é portador dos direitos de cidadania. Esses direitos devem ser amplificados; as igrejas devem ser formadoras de agentes da cidadania, que convoquem as pessoas a participar da dinâmica democrática, e, claro, conhecer o caminho, a verdade e a vida, o Cristo.

Em se tratando de solidariedade, a igreja tem realizado ações importantes, Projeto Sarça, Venturosa entre outros. A Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória é extremamente pró-ativa a ser solidária.

Entretanto, necessita-se esclarecer que a solidariedade é mais ampla do que o entendido pelos seus membros, como já citado na análise dos dados. A compreensão maior é perceber que a cidadania é alcançada através da solidariedade. Os membros da igreja devem perceber e entender com profundidade que a solidariedade deve ser um direito a ser recebido.

A Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória é uma igreja atuante, comprometida e que promove a solidariedade nos moldes da sociedade vigente,

oferece algo mais do que é o evangelho, a transformação da vida, a palavra, a transformação de vidas. Seus membros têm muito a oferecer a sociedade.

Em um mundo onde milhares de pessoas passam fome, são desnutridas, se alimentam de forma precarizada, sofrem todos os tipos de preconceitos, violências, são exploradas, maltratadas, abusadas, a igreja tem um papel fundamental.

A Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória tem se preparado para estes desafios, não se tornando ausente dos debates contemporâneos e se sensibilizando com o outro em necessidade, trazendo em si um olhar sobre o outro como alguém que, como todos, é cidadão.

Os sofrimentos a que muitas pessoas estão expostas e passam todos os dias nos faz pensar, como nós igrejas podemos ser Sal e Luz, assim nos abrilhanta com seu pensamento o entrevistado D: “[...] o papel da igreja é [...] preparar os de dentro para proclamar o evangelho genuíno na cidade, ser sal e luz [...] ajudar de qualquer forma [...] a ajuda principal da igreja é de mudar a estrutura, preparar os de dentro a ser sal e luz”.

Ele ainda complementa dizendo: “[...] a igreja não é armazém de secos e molhados onde se empilha sacos de sal e caixas de lâmpada, a igreja é pra brilhar”. Ser sal, agindo, dando gosto e tempero a vida, ser luz não sob a mesa e sim iluminando o caminho daqueles que precisam. Oferecendo os dons que o próprio Deus nos deu, transbordando a alegria da vida gratuitamente nos dada pelo próprio Filho Jesus Cristo, que morreu por nós e que nos deu a vida eterna.

A Teologia da Libertação contribui no anúncio de uma Igreja que liberta os cativos, que emana de si o amor uns aos outros, mandamento supremo, sensibilizando a todos na busca coletiva por um mundo transformado, não apenas pelas leis, mas pelo próprio amor de Jesus Cristo, transcendendo a qualquer lei, perdendo sem regras e exceções, transformando as pessoas e a sociedade na construção de novos e velhos valores cristãos.

A luta constante pela cidadania, plena e verdadeira, equânime, universal, sem fronteiras, que traz a dignidade e o bem estar como bandeiras principais, não pode parar. As lutas por transformações, mudanças por acesso igualitário de todos aos benefícios necessários para viver com dignidade, não podem morrer, mesmos em momentos de desilusão e retrocessos.

As igrejas cristãs vivenciam um tempo em que se anuncia a extremidade, o contraditório, o inseguro. Vivemos momentos de profunda desigualdade, injustiça, restrição à liberdade, exclusão profunda. O ideário capitalista neoliberal contagia nosso viver. Que respostas teremos, nós igrejas, a partir do discernimento dos sinais desses tempos? Que evangelho anunciaremos? Que práxis haveremos de assumir, propor e estimular?

Que missão assumirá a igreja, que tipo de cidadania e solidariedade estimulará? Quando se pensa em humanidade, devemos traduzi-la, em vida, em esperança, em amor, em cidadania, em solidariedade, é o povo de Deus. Isso não pode faltar no horizonte da missão das igrejas cristãs. Nessa caminhada, a Teologia da Libertação, a Teologia Pública é, e será uma parceira crítica de diálogo em vista da conquista da libertação e da construção de uma esperança viva e que nos motiva.

O evangelho deve fazer uma opção pela solidariedade verdadeira, pela cidadania vivida, plena que vá ao encontro dos interesses e as lutas dos despossuídos, vulnerabilizados. Esta é a dimensão política que as igrejas não podem deixar de praticar.

Comunicar o amor de Deus, que Ele nos ama, seu dom gratuito derramado sobre nós, tem esse caráter, da percepção que somos iguais diante do nosso Pai e que podemos compartilhar desse presente infinito.

A vivência do amor do Pai que nos faz filhos e nos transforma, tornando-nos mais plenamente homens e irmãos dos homens. Não podemos nos fechar em nós mesmos, é preciso viver a fraternidade, a solidariedade, a cidadania entre nós e na amplitude de nosso mundo.

Temos que ser propositivos, primeiro compreendendo a dinâmica histórica na qual nos inserimos e somos sujeitos, pensando a partir daí nas possibilidades de desconstrução de paradigmas que nos oprimem e nos aprisionam a sistemas político-econômicos perversos. Significa um recomeço para aprender a aprender e encontrar meios para a transformação.

Assim podemos nos respaldar em Hugo Assmann²²⁷ que nos propõe uma continuidade da Teologia da Libertação traduzindo-a, no que tanto discutimos nesta dissertação, em uma “teologia da solidariedade”, com três possibilidades: a) a denúncia da fome e do pisoteamento da dignidade humana; b) o fim das ilusões sobre a pretensa solidariedade como algo natural; c) o laço íntimo entre solidariedade e exercício da cidadania.

De acordo com ele, a solidariedade não é um impulso psíquico natural, mas deve ser aprendido. Ser solidário se aprende, não se recebe como herança genética. O sentimento de solidariedade precisa ser inserido na evolução bio-psíquica, precisa fazer parte do ideal do ego.

Isto significa que a teologia deveria repensar em profundidade não só o conceito de conversão como pré-condição para viver a solidariedade, mas ao mesmo tempo criar um novo conceito de conversão, criando-se processos de solidariedade efetiva, e não um mero processo individual.

Outro pensamento importante referente à “teologia da solidariedade” é levantado por Almeida²²⁸ que em sua obra mostra que a teologia de Gutiérrez não só aborda sobre uma consistente Teologia da Libertação, abre a perspectiva para uma Teologia da Solidariedade. Esta não é um abandono da Teologia da Libertação. Não é sua superação. É uma conquista em nível qualitativo. Uma espécie de síntese em grau dialeticamente superior.

Almeida²²⁹ diz que para fazer teologia da solidariedade será necessário encontrar nexos de sentido com busca das ciências sociais, por exemplo, nas inúmeras iniciativas de propor uma economia solidária, na filosofia, na produção de uma cultura mundial da paz e da solidariedade.

Almeida²³⁰ nos faz refletir sobre a atitude de solidariedade que aparece nos comportamentos de Jesus enquanto misericordioso e compassivo, aquele ainda que é o “bom pastor” que concede a vida, a inseparabilidade do amor a Deus e ao próximo, que são raízes para a Teologia da Solidariedade. Assim cita em seu livro:

²²⁷ ASSMANN, Hugo. *Teologia da solidariedade e da cidadania ou seja: continuando a Teologia da Libertação*. **Jornal Notas**, São Bernardo do Campo, vol. 1, n. 2, p. 2-9, 1994.

²²⁸ ALMEIDA, João Carlos. *Teologia da Solidariedade: uma Abordagem da Obra de Gustavo Gutiérrez*. São Paulo: Loyola, 2005.

²²⁹ ALMEIDA, 2005, p. 304.

²³⁰ ALMEIDA, 2005, p. 305.

Há duas tarefas, ou ações, nesta imensa pauta que a que teologia de Gutiérrez já iniciou com muita propriedade e que serve como ótimo e necessário ponto de partida. O “ato” primeiro é “a opção preferencial pelos pobres” e o “ato” segundo é o método teológico. As duas coisas estão intimamente implicadas. A pertinência e a relevância da Teologia da Solidariedade dependerá da sua capacidade de ser aprendiz dos pobres. Neles Deus escondeu a sabedoria que gostaríamos de ver escrita em nossas teses e nossos livros²³¹.

Assim como, a exemplo da Primeira Igreja Presbiteriana de Vitória, que se encontra em um processo de compreensão e amadurecimento de suas práticas sociais, necessitando de um aprofundamento maior da teorização sobre cidadania e solidariedade e, ao mesmo tempo, uma práxis mais efetiva, ela não cruza os braços, enfrenta os desafios e as diversidades contemporâneas na busca de efetivamente encontrar respostas e produzir no outro uma liberdade genuína, uma vitória, uma corrente que busca na força coletiva as perspectivas para que todos possam ser cidadão no mundo.

²³¹ ALMEIDA, 2005, p. 305.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário jurídico Acquaviva*. São Paulo: Rideel, 2008.

AÇÃO DA CIDADANIA. Cartilha para ajudar a formar comitês. Brasília, Secretaria Nacional da Ação contra a Miséria e da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida. 1993.

ALMEIDA, João Carlos. *Teologia da Solidariedade: uma Abordagem da Obra de Gustavo Gutiérrez*. São Paulo: Loyola, 2005.

ANJOS, Márcio Fabri dos. Bioética nas desigualdades sociais. In. GARRAFA, Volnei; COSTA, Sergio Ibiapina Ferreira (org.). *A bioética no século XXI*. Brasília, UnB, 2000.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.

ASSMANN, Hugo. *Teologia da solidariedade e da cidadania ou seja: continuando a Teologia da Libertação*. Jornal Notas, São Bernardo do Campo, vol. 1, n. 2, 1994.

ASMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ALVARENGA, Márcia soares de. *A inter-relação entre educação popular e organização comunitária como um fator de contribuição à construção da cidadania: um estudo de caso*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

BARBALET, J.M. *A Cidadania*. Lisboa: Editora Estampa, 1989.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. (Novo Testamento).

BIÉLER, André. O pensamento econômico e social de Calvino. Tradução de Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana S-C, 1990.

BIÉLER, André. *O humanismo social de Calvino*. Trad. de A. Sapsezian. São Paulo: Edições Oikumene, 1970.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. Disponível em:
<<http://www.pa.gov.br/portal/procampo/downloads/carta%20da%20terra;%20Leonardo%20Boff.pdf>>. Carta da Terra. Acesso em: 23 dez. 2008 às 19h10min.

_____. *Igreja: Carisma e Poder – Ensaios de Eclesiologia Militante*. ed. rev. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Teologia do cativo e da libertação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Edição atualizada em 2000. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2000.

BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto. *Globalização a olho nu*. São Paulo: Moderna, 1998.

CAMPS, Victoria. *Virtudes públicas*. Madri: Piliar Cortés, 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997. v.1.

CARVALHO, André; MARTINS, Sebastião. *Nacionalidade e cidadania*. 4. ed. Coleção Pergunte ao José. Belo Horizonte, MG: Lê, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÔRREA, Darcício. *A construção de cidadania*. 3. ed. Rio Grande do Sul: Ed.Unijuí. 2002.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

CHEVALLIER, Jacques. La resurgence du theme de la solidarite. In: CHEVALLIER, Jacques. (org.) *La Solidarité: Un Sentiment Republicain?* Paris: Presses Universitaires de France.1992.

COMBLIN, José. *Cristãos Rumo ao Século XXI: nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CONSEA. (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Relatório final). Brasília, Consea/Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. 1995.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. Representação de Interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, Sonia Flury (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: CORTEZ/ABRASCO, 1989. p. 47-70.

_____. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

CRUZ NETO, Otávio. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAL RI JÚNIOR, Arno. *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais-regionais-globais*. Ijuí: Editora Unjuí, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integral.htm>>. 10 de dezembro de 1948. Acesso em: 20 ago. 2009.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DEMO, Pedro; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. *Cidadania e Direitos Humanos – Sobre o Olhar das Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FARIA, José Eduardo. *Direito e globalização econômica*. São Paulo: Malheiros, 1994.

FARIAS, José Fernando de Castro. *A origem do direito de solidariedade*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

FERREIRA, Julio Andrade. *Galeria Evangélica*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1952.

FLORA, P; HEIDENHEIMER, A. J. *The Development of Welfare State in Europe and America*. 5. ed. New Jersey (EUA): Transaction Publishers, 1995.

FRANCO, Augusto de. *Por que precisamos de Desenvolvimento Local, Integrado e sustentável*. 2. ed. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GETILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GODOI, Marciano Seabra de. Tributo e solidariedade social. In: GRECO, M. A.; GODOI, M. S. de. [coord.]. *Solidariedade social e tributação*. São Paulo: Dialética, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Classes Sociais e Movimentos Sociais*. Brasília: UNB/Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000, v. 2. p. 37-54.

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os Processos de Construção da Informação. Trad. Marcel A. F. Silva. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2005, p 45.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados Nacionais Diante do Processo de Globalização. In: GADELHA, R.M.F. (org.). *Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Romeu. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

HERKENHOFF, João Batista. *ABC da Cidadania*. 2. ed. rev. e amp. Vitória: Editora Bravim, 1997.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1992.

KING, Desmond S. *O Estado e as Estruturas Sociais de Bem-Estar em Democracias Avançadas*. Trad. Artur R. B.Parene. São Paulo: Novos Estudos - CEBRAP – n° 22 – Outubro de 1998, p. 45-52.

KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social*. Superando dogmas e convencionalismos. São Paulo, 1988, pp. 16 e 18. In MO SUNG, Jung. *Cinismo e solidariedade na globalização*. São Paulo: Espaços – Instituto Teológico São Paulo, 2000.

KYMLICKA, Will. «Teorias da Cidadania» In: Disponível em: <http://www.didacticaeditora.pt/arte_de_pensar/leit_cidadania.html>. Acesso em: 13 ago 2009.

KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne. *El retorno del ciudadano*. Agora, Buenos Aires, ano 3, n. 7, p. 5-42, Inverno 1997.

LAKATOS, EVA. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

LAKATOS, Imre. *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica*. In: LAKATOS, Imre e MUSGRAVE, Alan (org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

LEAL, Rogério Gesta. *Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

MALBERG, Raymond Carré de. *Teoría general del Estado*. México: Facultad de Derecho/UNAM, Fondo de Cultura Económica, 2001.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATOS, Alderi Souza de. Disponível em: <<http://www.ipb.org.br/artigos/download/Presbiterianos>>. Acesso em: 17 set. 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Direitos humanos, constituição e os tratados internacionais: estudo analítico da situação e aplicação do Tratado na Ordem Jurídica Brasileira*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. 456 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MO SUNG, Jung. *Cinismo e solidariedade na globalização*. São Paulo: Espaços - Instituto Teológico São Paulo, 2000.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

NABAIS, José Casalta. Solidariedade social, cidadania e direito fiscal. In: GRECO, M. A.; GODOI, M. S. de. [coord.]. *Solidariedade social e tributação*. São Paulo: Dialética, 2005.

NOVAES, Washington. "A era da solidariedade". O Estado de São Paulo, São Paulo, 05/05/00. In: ASMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OFFE, Claus. *Contradicciones en el Estado de Bienestar*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. *O que é formação para a cidadania?* Entrevista realizada por Sílvio Caccia Bava, em 1999. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/textos/coliveira.htm>>. Acesso em: 14 maio 2002.

PÁDUA, Elisabete. M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 10. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

PLETSCH, Rosane. *Diaconia Pública: a assistência social da igreja em contexto brasileiro*. Estudos Teológicos, v. 43, n. 2, 2003.

RELATÓRIO SOCIAL DO PROJETO VENTUROSA. Primeira Igreja Presbiteriana de REVISTA COMEMORATIVA. 80 anos de fundação da Primeira Igreja Presbiteriana

de Vitória. 80 anos de fidelidade ao Evangelho. Vitória: Next editorial, Dezembro de 2008.

RIOS, Dermival Ribeiro. *Dicionário global de língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: DCL, 2004.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-Estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SACRISTÁN, José Gimeno. *Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania*. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANT'ANNA, Floriano. *Da entrada do Calvinismo ao sesquicentenário: da Igreja Presbiteriana do Brasil, 1859 – 2009: Memórias da nossa história*. Belo Horizonte: Gráfica Betânia, julho de 2009.

SARÇA, Instituto. Associação Presbiteriana de Ação Social. Projeto Político Pedagógico. Vitória, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SATHER, Anderson. *Uma Igreja Centenária. A propagação do Presbiterianismo no Estado do Espírito Santo a partir do Leste de Minas*. Igreja Presbiteriana do Brasil, Vitória, 2003.

SELLI, Lucilda.; GARRAFA, Volnei.: *Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 13, n. 2, 239-251, abr.-jun. 2006.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVESTRE, Armando Araújo. *O direito de resistir ao Estado no pensamento de João Calvino*. Tese. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2001.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SINNER, Rudolf Von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

_____. *Da teologia da libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública*. Texto publicado no International Journal of Public Theology. a. 1, n.3/4, p. 338-363, 2007. Trad. Luís Marcos Sander.

SOUKI, Lea Guimarães. *A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil*. In: Civitas. Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 39-58.

SPINK, Mary Jane Paris (org). *A cidadania em construção: Uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 2000.

TELLES, Vera. da S. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: públicos. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TESSLER, Luciane Gonçalves. O papel do judiciário na concretização dos direitos fundamentais. In MARINONI, Luiz Guilherme (coord.). *Estudos de direito processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ZAFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. 2. ed. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 69.

Apêndice 1- Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1	Total membros da Igreja, total entrevistas e divisão gênero	102
Gráfico 1	Membros da Igreja percentual em relação a entrevistas	102
Gráfico 2	Quanto à idade dos entrevistados	103
Gráfico 3	Quanto ao gênero dos entrevistados	103
Gráfico 4	Quanto ao estado civil dos entrevistados	104
Gráfico 5	Quanto à escolaridade dos entrevistados	104
Gráfico 6	Quanto ao tempo que frequenta a igreja (em anos)	105
Gráfico 7	Sobre ter funções específicas na igreja	105

Apêndice 2 - Roteiro de Pesquisa

() 1ª Igreja Presbiteriana de Vitória

Nome:

Idade:

Sexo: F () M ()

Escolaridade:

- Quanto tempo frequenta esta igreja.
- Tem funções específicas aqui nesta igreja.
- Qual seu entendimento sobre cidadania.
- Você acredita ser importante que a igreja se envolva com a luta pela cidadania. Como isso poderia ser realizado concretamente.
- O que você entende sobre solidariedade.
- Você acha que as igrejas inclusive esta devem se engajar na solidariedade. Você acredita que elas fazem isso, de que forma.
- Você conhece algum projeto social ou de solidariedade que sua Igreja tenha participado ou participa.
- Caso positivo: você participou ou participa dele.
- Você acredita que sua participação neste projeto levou a um aprofundamento do que voce considera cidadania e solidariedade.
- Mesmo não participando deste projeto você acredita que ele fez seu conceito de cidadania ou de solidariedade avançar.
- A partir dessas perguntas você poderia me diferenciar Cidadania de Solidariedade.
- Voce frequenta regularmente os cultos da sua igreja. As prédicas que são realizadas nestes cultos te fazem entender melhor a cidadania.
- e a solidariedade.
- Você percebe um estímulo a solidariedade nestas prédicas e estímulo a cidadania. De que forma.

Apêndice 3 – Reflexão sobre Cidadania e Solidariedade

Reflexão

Existe um laço estreito entre a solidariedade e a cidadania.

Cidadania é a prática dos direitos, solidariedade a forma de expandi-los e acessá-los.

Cidadania é o respeito a dignidade humana, solidariedade é o sentimento expresso da dignidade humana.

Cidadania é o gozo de ser cidadão, solidariedade é forma sublime de amar a todos.

Ambas precisam ser horizontais.

A cidadania promove os direitos humanos e sociais.

A solidariedade transforma a caridade e a filantropia em direitos.

Darison Nalesso